

I - Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2014, cujas contas agora se apresentam, a Câmara Municipal desempenhou as suas atribuições dentro dos princípios normais de gestão, encontrando-se o executivo a funcionar no cumprimento do quadro jurídico-legal que lhe dá corpo e em função, quer das suas próprias deliberações, quer das deliberações da Assembleia Municipal, observando no decurso da sua atividade os objetivos fixados nos documentos previsionais, designadamente as GOP – Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2014.

Do ponto de vista político, as deliberações foram enquadradas, para além de outras, pela lei nº 169/99 de 18/9 na redação que lhe foi dada pela lei nº 5/A-2002 de 11/1 e pelo regime jurídico das autarquias locais, instituído pela lei nº 75/2013 de 12 de setembro e ainda pelo regime financeiro das autarquias locais a que a lei nº 73/2013 de 3 de setembro veio dar corpo.

Em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os **Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014**, para que, nos termos da alínea l) do artigo 25.º da supra referida lei, possam ser apreciados e votados pela Assembleia Municipal.

A exploração do exercício de 2014 saldou-se por um resultado negativo de 645.880,88 €.

Apesar do resultado líquido negativo o município reduziu substancialmente os custos de exploração que dão origem a saídas de fluxos monetários em 516.042,11 € (ver ponto 3.3 - não considera amortizações e provisões).

Os meios libertos líquidos, que permitem avaliar a capacidade do município em assegurar a manutenção do capital, garantir as participações a entregar ao Estado, assegurar a amortização do capital alheio, assegurar o crescimento e permitir o autofinanciamento, saldaram-se por um valor positivo de 2.541.374,34 € (MLL = Resultado Líquido + Amortizações + Provisões).

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro, o município possuía ao seu serviço 319 trabalhadores.

INVESTIMENTO

No decurso do exercício o município pagou 4.154.853,07 € com aquisições de bens de capital.

FINANCIAMENTO

Em 2014 o município apresentou um grau de autonomia financeira de 31,0 %.

O município não contraiu empréstimos durante o ano.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os proveitos no valor de 13.140.590,59 €, apresentam um aumento de 0,5 % relativamente ao ano de 2013, causado essencialmente pelo aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários em 43,0 %.

Este aumento deveu-se às seguintes situações:

- Aumento do valor registado em “transferências de capital” que diz respeito à especialização de subsídios para investimentos na sequência do encerramento contabilístico de obras participadas.
- Faturação emitida pelo Município às Águas do Centro (AdC) no valor de 387.079,13 €. Esta faturação é o reflexo da posição do Município face aos critérios de faturação do saneamento adotados pelas AdC.

Os custos totais foram de 13.786.471,47 €. Comparando com o ano de 2013 registou-se um aumento dos custos em 2,6 %.

BALANÇO

Em 2014 o ativo líquido totaliza 58.861.051,24 €.

O imobilizado líquido é a área mais significativa, com 88,8 % do total do ativo.

Os fundos próprios representam 31,0 % e o passivo 69,0 %.

Destes, só 7,1 % se consideram exigíveis a curto prazo, visto que os restantes dizem respeito a empréstimos bancários a médio e longo prazos e a acréscimos e diferimentos.

COMPROMISSOS / PAGAMENTOS

Em 2014 a evolução dos pagamentos foi superior à evolução dos compromissos conforme podemos ver no ponto 3.3. do presente relatório e conforme demonstra o quadro seguinte:

Rubricas	Evolução sobre ano 100				Ano 100: 2010
	2010	2011	2012	2013	2014
D correntes - compromissos	1,00	1,00	1,14	1,16	0,95
D correntes - pagamentos	1,00	0,97	1,07	1,32	1,08
D capital - compromissos	1,00	1,61	1,05	1,11	0,74
D capital - pagamentos	1,00	0,75	1,23	1,19	0,88

Este indicador demonstra o esforço que tem sido feito em aproximar os compromissos assumidos ao que efetivamente o Município pode pagar num curto espaço de tempo.

De referir que grande parte dos compromissos assumidos e não pagos que transitaram de ano referem-se a obras participadas, os quais, serão pagos quando forem recebidas as correspondentes verbas do FEDER.

DIVIDA

Houve uma diminuição global da dívida em 6,30 %.

As dívidas de curto prazo aumentaram em 8,38 % e as dívidas de médio e longo prazo registaram uma redução de 11,10 %.

O aumento da dívida de curto prazo deve-se principalmente ao decorrer de várias empreitadas, as quais, são financiadas por fundos comunitários. Verifica-se que a dívida registada em fornecedores de imobilizado regista um aumento de 380.082,37 € face ao ano anterior. Com o recebimento das participações é espectável que este valor obtenha uma redução significativa.

No global a dívida regista menos 808.112,87 € face a 2013 e menos 4.360.564,82 € face a 2012.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O 4º trimestre de 2014 fechou com um prazo médio de pagamento de 84 dias. No ano de 2014 o município teve uma média de 79 dias de PMP, o que representa uma nítida melhoria face ao verificado em anos anteriores e se situa abaixo do limiar dos 90 dias.

A evolução deste indicador nos últimos anos foi a seguinte:

	2012	2013	2014
1º Trimestre	167	160	84
2º Trimestre	165	147	76
3º Trimestre	172	122	71
4º Trimestre	175	96	84
Média do ano	679	525	315
Nota: Dados da DGAL	170	131	79

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a seguinte aplicação de resultados:

1. Que o resultado líquido do exercício, no valor de - 645.880,88 € , seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Entroncamento, 31 de março de 2015

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

II – Enquadramento, Organização, Participações e Financiamento de Investimentos

1.1. Nota Introdutória

O ano de 2014 ficou marcado pelo fim do programa de assistência económica e financeira e consequente saída da Troika de Portugal. Deu-se início a uma nova fase, ainda um pouco desconhecida e marcada pela desconfiança. O défice externo está controlado, as contas públicas melhoraram e a capacidade de financiamento está restaurada. Fica um milhão de desempregados e a carga fiscal mais elevada de que há registo. A solução para inverter esta situação passa seguramente pelo crescimento económico.

Depois de um período inédito de três anos de contração da economia, Portugal conseguiu em 2014 voltar a crescer. O PIB cresceu 0,9% em 2014 depois do recuo de 1,4% registado em 2013. A última vez que se tinha registado um crescimento anual positivo tinha sido em 2010, ano em que a economia cresceu 1,9%, nas vésperas da chegada em força da crise da dívida soberana europeia em Portugal.

A saída da Troika de Portugal pouco se refletiu na gestão financeira do Município, o qual, continua a enfrentar sérias dificuldades de tesouraria. Conscientes desta situação existe uma aposta clara na redução dos custos de exploração na tentativa de equilibrar financeiramente o município. Os custos de exploração que dão origem a saídas de fluxos monetários reduziram face ao ano anterior em 516.042,11 € (não considera amortizações e provisões). Esta redução permitiu reduzir a dívida total do Município em 808.112,87 €.

Apesar de o município prosseguir uma estratégia de redução do endividamento não significa que não tenha as suas prioridades bem definidas com vista ao máximo aproveitamento das oportunidades de financiamento comunitário.

Em 2014 foram iniciados os seguintes investimentos com comparticipação comunitária a 85 %:

- Ciclovias -Freguesia N. Sra. Fátima;
- Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia;
- Requalificação dos Acessos aos Casais Formigos;
- Alargamento da Avenida das Forças Armadas.

1.2. Breve caracterização das principais variáveis macroeconómicas

Fonte www.ine.pt:

“Síntese económica de conjuntura - Dezembro de 2014” – INE – Instituto Nacional de Estatística.

“Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida - 4º Trimestre de 2014 e Ano 2014” – INE – Instituto Nacional de Estatística.”

Fonte www.bportugal.pt:

“Boletim Económico – Dezembro 2014 – Banco de Portugal”

Em dezembro, os indicadores de confiança dos consumidores e de sentimento económico recuperaram ligeiramente na Área Euro (AE). No mesmo mês, os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de -1,7% e -20,6%, respetivamente (1,2% e -7,7% em novembro).



Em Portugal, o indicador de clima económico, já disponível para o mês de dezembro, diminuiu de forma ténue nos últimos dois meses, após estabilizar no valor mais elevado desde julho de 2008.

O indicador de atividade económica diminuiu entre setembro e novembro, de forma mais significativa no último mês.

A informação proveniente dos Indicadores de Curto Prazo (ICP) apresentou sinais negativos sobre a evolução da atividade na indústria, na construção e obras públicas e em setores de serviços.

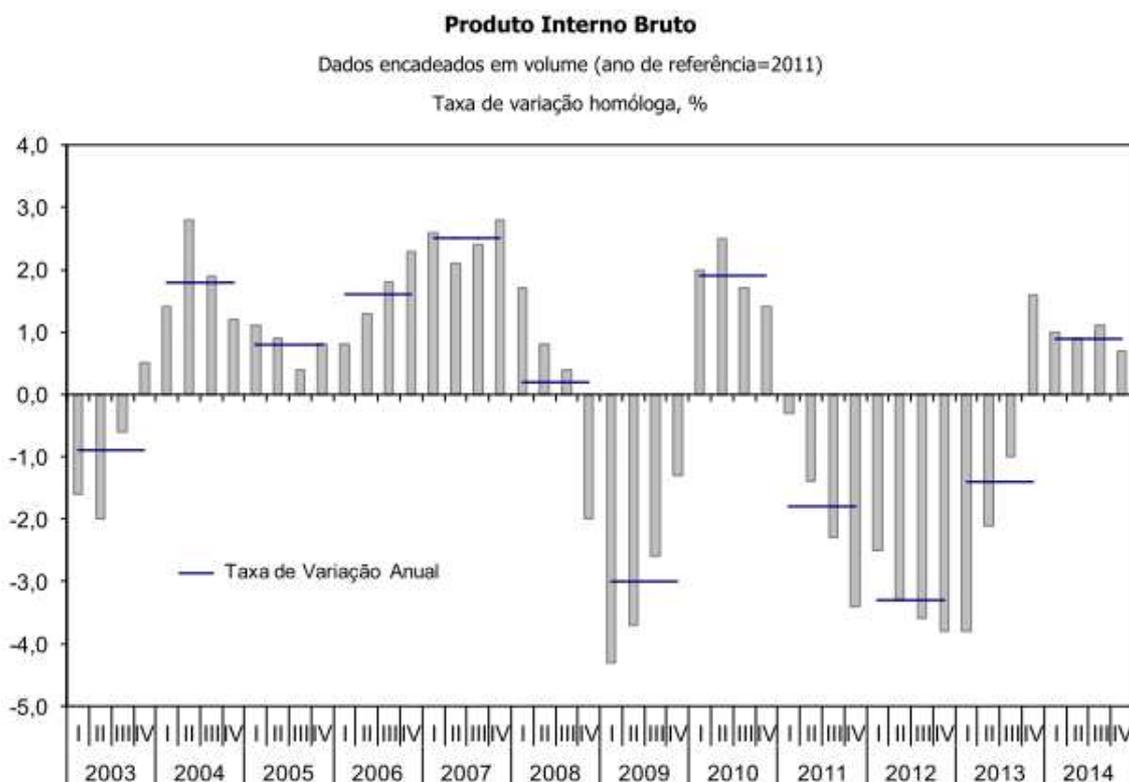


As atuais projeções confirmam as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa.

O Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 0,7% em volume no 4º trimestre de 2014 (1,1% no 3º trimestre), de acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais. Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no trimestre anterior, refletindo a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida registou um contributo ligeiramente menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços.

Comparativamente com o trimestre anterior, o PIB aumentou 0,5% em termos reais (variação de 0,3% no 3º trimestre), traduzindo o contributo positivo da procura externa líquida.

Para o conjunto do ano 2014, o PIB registou um aumento de 0,9% em volume, após uma diminuição de 1,4% em 2013, em resultado da recuperação da procura interna.



As projeções para a economia portuguesa em 2014-2016 refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caracterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo.

Após uma virtual estabilização do nível da atividade nos três primeiros trimestres de 2014, as atuais projeções apontam para a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013.

Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014 e de 1,5 e 1,6 por cento em 2015 e 2016, respetivamente, o que configura um crescimento médio neste período ligeiramente superior ao projetado para a área do euro.

Estas projeções contemplam a manutenção de um crescimento robusto das exportações e uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015-2016, a par de alguma desaceleração do consumo privado.

A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental.

O dinamismo das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, deverá favorecer a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital ao longo do horizonte de projeção, permitindo uma melhoria da posição de investimento internacional.

Não obstante, alguns constrangimentos estruturais ao crescimento económico continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro próximo.

Em particular, destacam-se o elevado endividamento dos vários setores institucionais, o nível ainda relativamente baixo das qualificações da população ativa e a forte segmentação do mercado de trabalho, que promove uma longa duração do desemprego e uma elevada rotação de alguns grupos de trabalhadores.



De acordo com as estimativas mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, aumentou em novembro, passando de 13,6% em outubro para 13,9% (15,4% em novembro de 2013).

O indicador quantitativo do consumo privado, disponível até novembro, apresentou um crescimento homólogo menos acentuado nos últimos dois meses, suspendendo a tendência crescente observada desde o início de 2012.

No último mês, a evolução do indicador resultou da redução do contributo positivo da componente de consumo corrente, uma vez que o contributo positivo da componente de consumo duradouro aumentou ligeiramente.



O indicador de FBCF aumentou ligeiramente em novembro, prolongando o acentuado movimento ascendente observado desde março de 2013 e atingindo o valor mais elevado desde o início de 2008.

A evolução do indicador no último mês resultou do contributo positivo das componentes de material de transporte e de máquinas e equipamentos, mais expressivo no primeiro caso, que mais que compensou o contributo negativo da componente de construção.



O indicador relativo ao investimento em construção apresentou uma redução mais significativa em novembro, retomando o agravamento observado em setembro. Em dezembro, as vendas de cimento produzido em território nacional registaram uma diminuição homóloga menos expressiva do que no mês anterior.

No mesmo mês, as vendas de varão para betão produzido em território nacional diminuíram mais significativamente, prolongando o perfil negativo iniciado em junho.



O licenciamento para a construção de novas habitações apresentou crescimentos homólogos nos últimos dois meses, passando de uma taxa de 3,8% em outubro para 6,4% em novembro (a taxa mais elevada desde setembro de 2002).

Por sua vez, o saldo das opiniões dos empresários do setor da construção e obras públicas relativas à atividade corrente da empresa aumentou em dezembro, interrompendo o perfil descendente iniciado em julho.

Em 2014, o IPC registou uma taxa de variação média anual de -0,3% (0,3% em 2013).

A redução da taxa de variação do IPC foi sobretudo determinada pela evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados, cuja variação média anual passou de 2,6% em 2013 para -2,1% em 2014, principalmente devido aos subgrupos das frutas e dos produtos hortícolas.

Os produtos energéticos contribuíram também para a redução do IPC, registando uma taxa de variação de -1,4% em 2014 (-0,7% no ano anterior), sobretudo devido à diminuição dos preços dos combustíveis.

Em dezembro, a taxa de variação homóloga do IPC foi -0,4% (variação nula em outubro e novembro).

A contribuição negativa mais expressiva para a variação homóloga do IPC proveio da classe de “Transportes”, com uma variação de -4,4% em dezembro (-1,8% no mês anterior).



1.3. Organização do município

1.3.1 Assembleia municipal

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/assembleia-municipal/composicao>

A Assembleia Municipal do Entroncamento é composta por vinte e três elementos, sendo vinte e um eleitos por sufrágio direto e universal e dois por inerência, por serem os presidentes de juntas de freguesia.

Em termos da representação partidária, é a seguinte:

PS – 9 elementos

PSD – 5 elementos

BE – 3 elementos

CDU – 3 elementos

CDS – 1 elemento

Freguesias – 2 elementos (PS)

Presidente

João Antonio de Matos Lérias - PS

1º Secretário

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho - PS

2º Secretário

Lúcia Dias Abelha - PS

1.3.2. Câmara Municipal

A Câmara Municipal do Entroncamento é composta por sete elementos.

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/presidente>

www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/camara-municipal/executivo

Para além do presidente do órgão, há seis vereadores, dois em regime de permanência. Dos seis vereadores, três não têm tarefas atribuídas.

Presidente – Jorge Manuel Alves de Faria (PS)

Vereadores:

Vice-Presidente (PS) – Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim

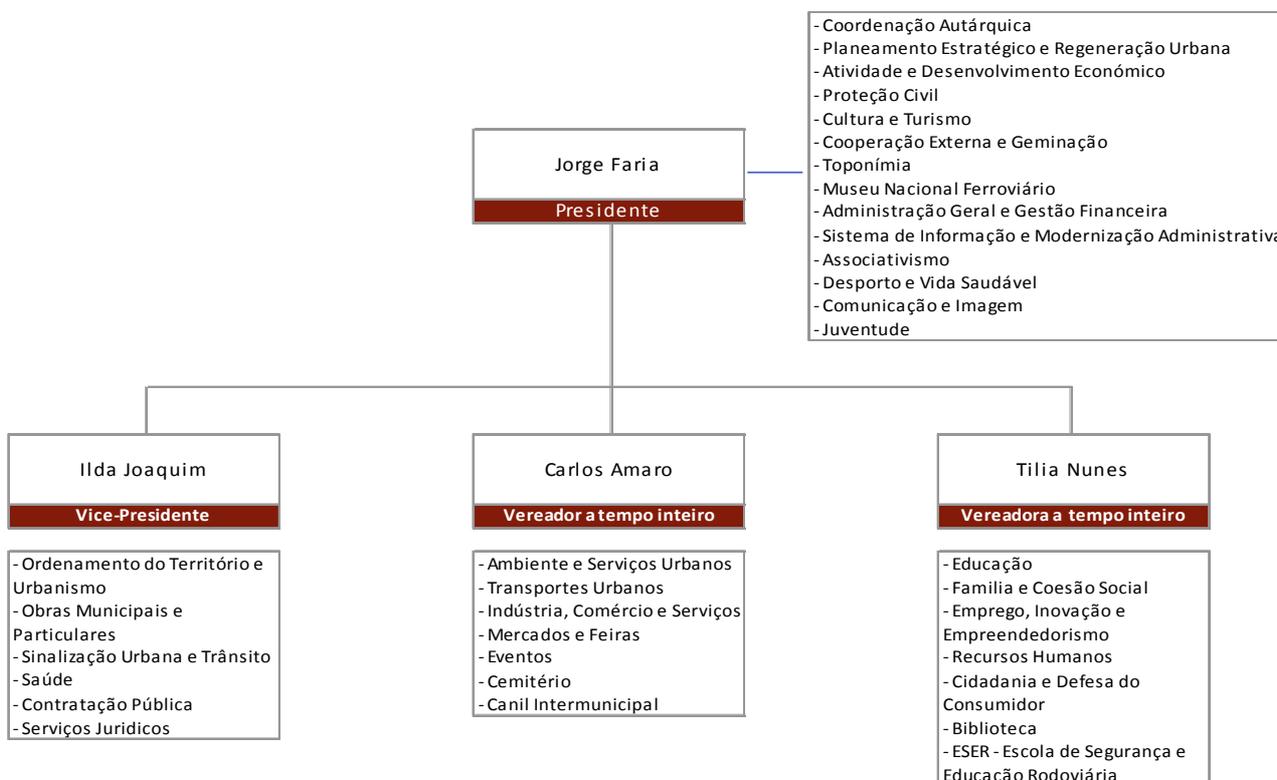
Vereador a Tempo Inteiro (PS) – Carlos Manuel Pires Rei Amaro

Vereadora a Tempo Inteiro (PS) – Tília dos Santos Nunes

Vereadora (PSD) – Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha

Vereador (CDU) – José David da Silva Ribeiro

Vereador (BE) - Carlos Manuel Godinho Matias



VEREADORES SEM TAREFAS ATRIBUÍDAS

Isilda Aguincha
PSD

David Ribeiro
CDU

Carlos Matias
BE

1.4. Participações societárias e não societárias do município do Entroncamento

Entidades participadas	Modo de participação
Societárias	
TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	Ações
Não societárias	
A. Logos - Associação Desenvolvimento Assessoria Ensaio Técnico	Quota mensal de associado
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Quota anual de associado
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Quota mensal de associado
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	Quota mensal de associado
Fundação Museu Nacional Ferroviário	Participação financeira inicial de 10.000 €.

1.5. Geminações

Nesta data, o município do Entroncamento, tem acordos de geminação com os municípios de Villiers-Sur-Marne (França), Mosteiros (ilha do Fogo – Cabo Verde) e Penafiel (Distrito do Porto).

Villiers-Sur-Marne

A geminação entre o Concelho do Entroncamento e Villiers-Sur-Marne surgiu de um intercâmbio populacional e cultural, concretizada no dia 3 de Dezembro de 1989.

Penafiel

A geminação entre o nosso município e a cidade de Penafiel realizou-se no dia 17 de Novembro de 1991.

Mosteiros

O Município do Entroncamento está geminado com o Município de Mosteiros, na Ilha do Fogo em Cabo Verde, desde 22 de Maio de 1997.

Para além das geminações acima referidas o município estabeleceu em 2014 uma **rede de cooperação** com a cidade de **Frieddberg (Baviera-Alemanha)**, localizada no distrito de Aichach-Friedberg no estado da Baviera. Esta rede visa sobretudo estreitar laços a nível cultural, económico, social, desportivo e educacional, pretendendo desenvolver ações e projetos no futuro.

1.6. Organização dos Serviços Municipais

A estrutura orgânica, a estrutura nuclear, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas do Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Entroncamento foram aprovadas pela Assembleia Municipal do Entroncamento na sua sessão de 26/09/2014.

No seguimento dessa aprovação e enquadrada na mesma, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 21/10/2014, aprovou a estrutura flexível da organização dos Serviços do Município do Entroncamento.

Para a prossecução das suas atribuições legais, o município dispõe dos serviços que a seguir se discriminam, organizados da forma que se apresenta, com indicação das Unidades Orgânicas Flexíveis (UOF), refletidas no organograma seguinte, e Subunidades Orgânicas Flexíveis (SOF) e Áreas e Setores de Atividade:

A — Serviços de Apoio à Presidência:

- 1 — Gabinete de Apoio à Presidência
- 2 — Gabinete de Apoio à Vereação
- 3 — Serviço Municipal de Proteção Civil
- 4 — Serviço Municipal de Veterinária

B — Serviços de Apoio Geral

- 1 — Divisão de Administração Geral (DAG — UOF):
 - 1.1 — Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos (SOF)
 - 1.2 — Secção de Licenças e Taxas (SOF)
 - 1.3 — Serviços Jurídicos e de Notariado
 - 1.3.1 — Serviços Jurídicos
 - 1.3.2 — Serviços de Notariado
 - 1.4 — Fiscalização Municipal
 - 1.5 — Serviço de Águas, Saneamento e RSU

- 1.6 — Cultura, Turismo e Atividades Económicas
 - 1.6.1 — Cultura
 - 1.6.2 — Turismo
 - 1.6.3 — Atividades Económicas
- 1.7 — Desporto, Juventude e Tempos Livres
- 1.8 — Arquivo Municipal
- 1.9 — Biblioteca
- 1.10 — Serviço de Apoio Social e Psicológico
 - 1.10.1 — Habitação Social
 - 1.10.2 — Apoio Social e Psicológico
 - 1.10.3 — Saúde
- 2 — Divisão de Gestão Financeira (DGF — UOF):
 - 2.1 — Secção de Pagamentos e Apoio Geral (SOF)
 - 2.2 — Tesouraria (SOF)
 - 2.3 — Contabilidade e Património
 - 2.4 — Gabinete de Investimentos e Planeamento
 - 2.5 — Aprovisionamento e Armazéns
 - 2.6 — Mercados e Feiras
- 3 — Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação (UIRE —UOF)
 - 3.1 — Tecnologias de Informação
 - 3.2 — Recursos Humanos
 - 3.3 — Comunicação, Imagem e Protocolo
 - 3.4 — Educação
 - 3.4.1 — ESER — Escola de Segurança e Ensino Rodoviário

C — Serviços Operativos:

- 1 — Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU — UOF):
 - 1.1 — Núcleo Técnico
 - 1.2 — Setor de Gestão de Viaturas
 - 1.3 — Setor de Gestão da Rede Viária
 - 1.4 — Setor de Higiene Urbana e RSU
 - 1.5 — Setor de Manutenção de Equipamentos e Edifícios Municipais
 - 1.6 — Setor de Transportes Urbanos e Estacionamento
 - 1.7 — Setor de Ambiente

- 1.8 — Setor de Espaços Verdes
- 1.9 — Setor de Águas e Saneamento
- 1.10 — Setor de Cemitério
- 1.11 — Setor de Eletricidade
- 2 — Divisão de Gestão Urbanística e Obras (DGPUO — UOF):
 - 2.1 — Setor de Apoio Administrativo
 - 2.2 — Núcleo Técnico
 - 2.3 — Setor de Apoio Técnico
 - 2.4 — Setor de Planeamento e Gestão do Território/SIG
 - 2.5 — Setor de Gestão e Fiscalização de Obras

Responsáveis pelos diferentes serviços municipais em 31/12/2014:

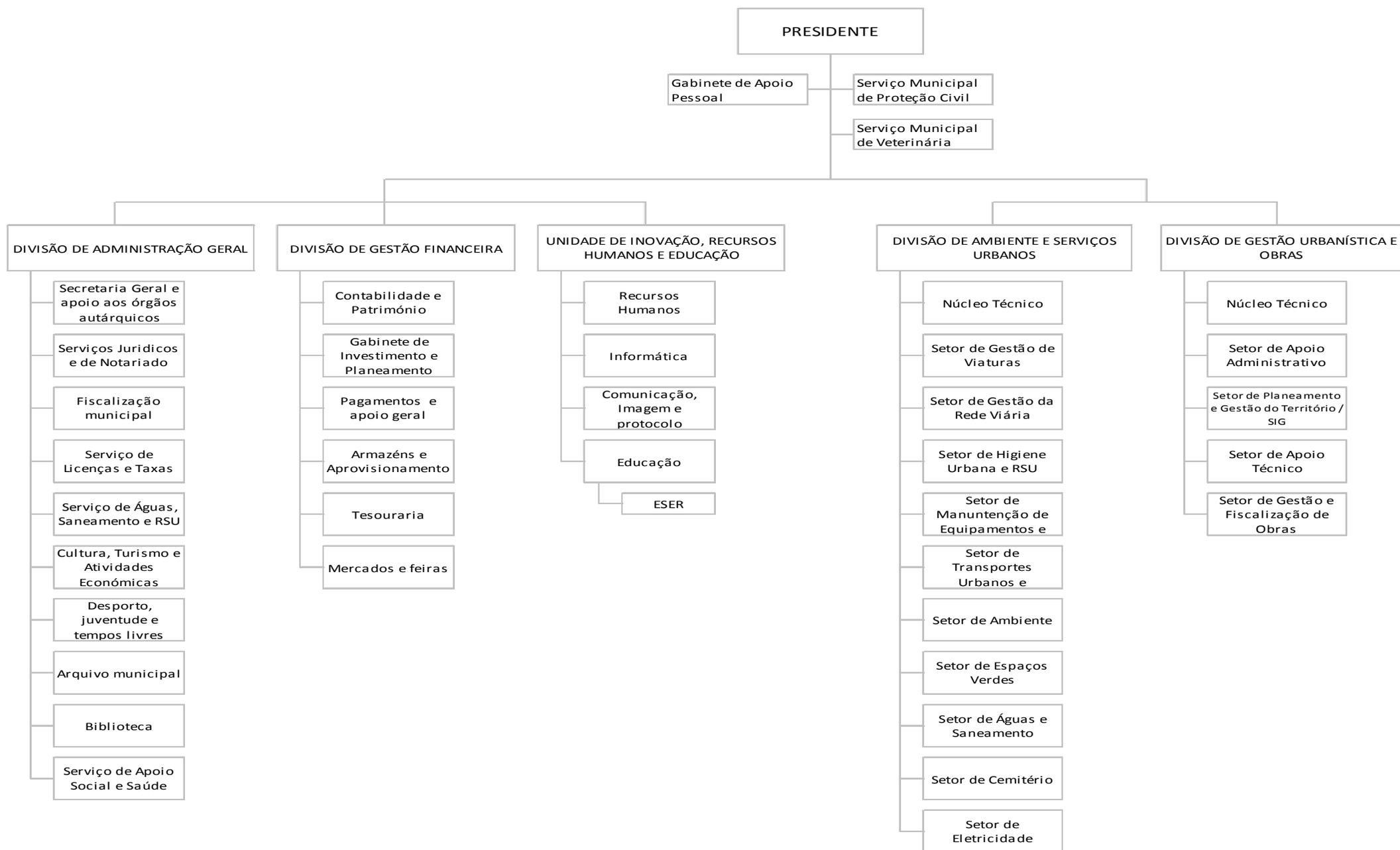
Divisão de Administração Geral – Gilberto Martinho

Divisão de Gestão Financeira – Hugo Gonçalves

Divisão de Gestão Urbanística Obras – José Blazer Rodrigues

Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos – Rafael Domingos

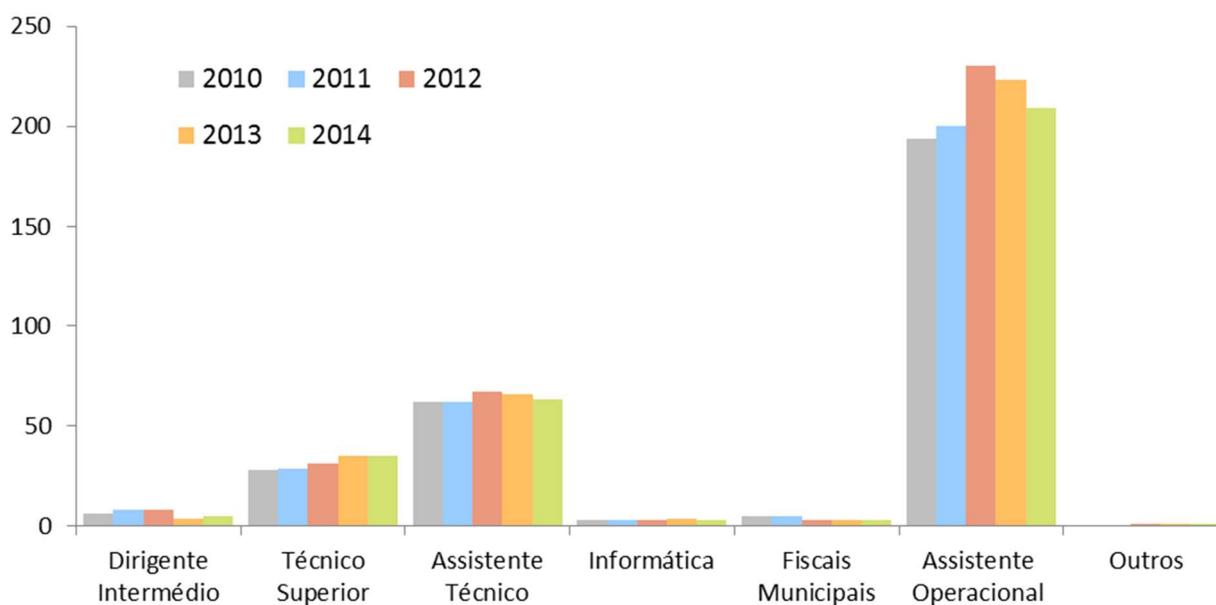
Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação – Emanuel Fernandes



Quadro de pessoal**Distribuição por categorias**

N.º DE TRABALHADORES, POR CATEGORIA E POR ANO

Anos	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Informática	Fiscais Municipais	Assistente Operacional	Outros	Total
2010	6	28	62	3	5	194	0	298
2011	8	29	62	3	5	200	0	307
2012	8	31	67	3	3	230	1	343
2013	4	35	66	4	3	223	1	336
2014	5	35	63	3	3	209	1	319
% 2014	2%	10%	20%	1%	1%	66%	0%	100%



No que respeita à distribuição por categorias, verifica-se que em 2014 a maior parte dos trabalhadores (66 %) tinham a categoria de assistente operacional e 20% de assistente técnico.

Nos grupos dirigente + técnico superior existiam 12 % dos trabalhadores.

A Informática e a fiscalização municipal representavam 1 % dos efetivos, cada.

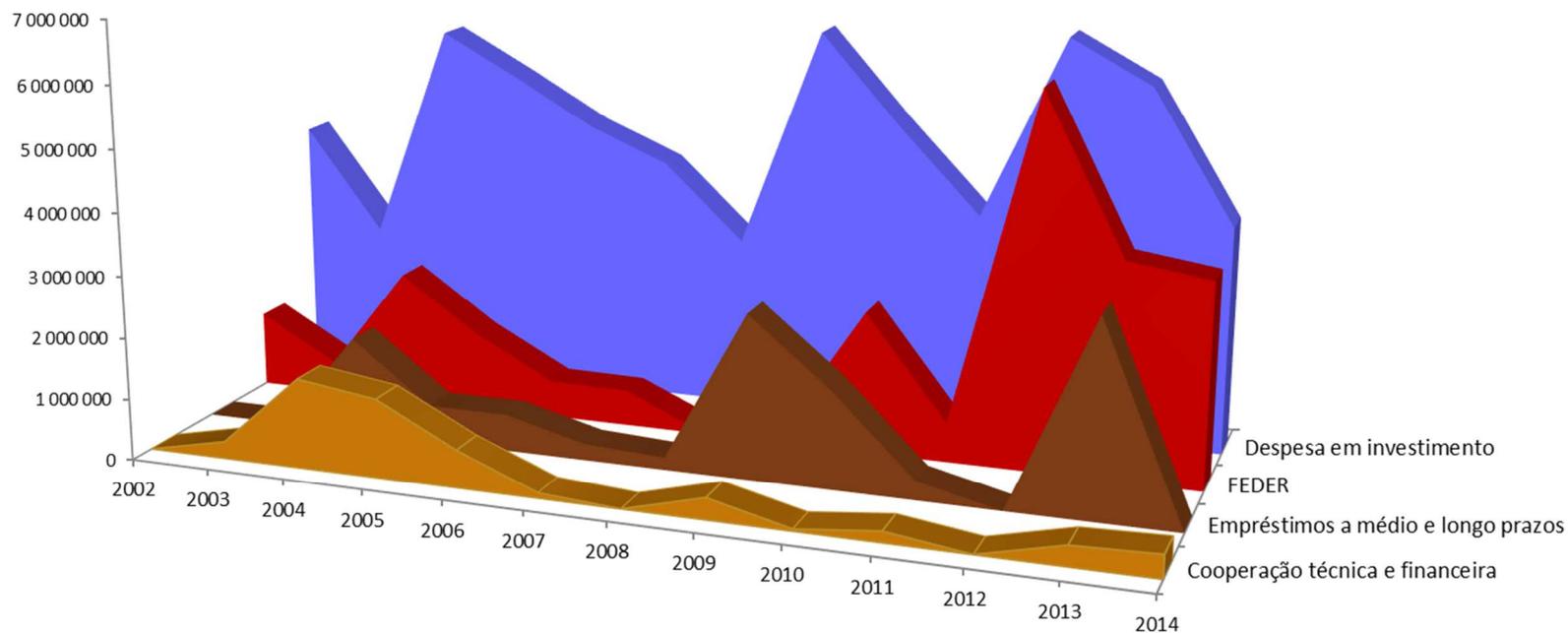
Relativamente ao ano anterior, deu-se uma redução de 14 elementos em assistentes operacionais e de 3 em assistentes técnicos, tendo-se verificado simultaneamente o incremento de 1 dirigente intermédio (de 3.º grau).

1.7. Financiamento de investimentos. Evolução.

O financiamento dos investimentos municipais foi feito com base nas receitas próprias, nas receitas de empréstimos e nas receitas originadas nos fundos comunitários e em contratos-programa celebradas com a administração central.

Em termos anuais, as receitas foram (valores em euros):

Receitas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Cooperação técnica e financeira	0	277 595	1 455 906	1 277 158	611 825	86 699	0	348 404	33 779	178 754	0	322 748	364 992	4 270 120
FEDER	1 238 287	511 230	2 178 488	1 292 609	605 824	586 780	12 113	284 628	2 314 205	648 149	6 068 303	3 521 760	3 333 164	29 675 546
Empréstimos a médio e longo prazos	0	0	1 581 962	598 222	601 310	270 250	204 455	2 663 481	1 595 000	310 000	0	3 181 878	0	11 006 558
Despesa em investimento	4 110 409	2 426 530	5 975 764	5 281 445	4 542 312	4 006 015	2 797 037	6 368 622	4 907 231	3 558 261	6 525 039	5 828 121	3 698 155	56 326 786



Receitas por projeto:

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA (Contratos-programa) - Participações recebidas no período 2002 - 2014

Cooperação técnica e financeira	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Projeto														
Museu Nacional Ferroviário - Redonda		90 310												90 310
Aquisição e remodelação de edifícios municipais		187 049		178 646		86 699		140 136		65 837				658 367
Direção-Geral de Viação - Parque estac. Rua MR Gameiro		236												236
Transportes urbanos			60 000	72 654										132 654
Transportes urbanos - 2ª. Fase								208 267	33 779	112 918				354 964
Requalificação da zona envolvente ao mercado diário			235 067	390 802	14 408									640 277
Piscina municipal			481 943	14 512	15 983									512 438
Pavilhão desportivo municipal			132 116	63 103										195 219
Museu Nacional Ferroviário			510 000											510 000
Arruamentos da zona envolvente ao Tribunal			36 781	44 597										81 378
Protocolo de modernização administrativa				28 784										28 784
Req espaços urbanos, desportivos e zonas verdes e de lazer				484 058	581 434									1 065 492
Nova Escola EB 2,3 Dr. Ruy d'Andrade												322 748	364 992	687 740
Total Cooperação técnica e financeira (contratos-programa)	0	277 595	1 455 906	1 277 158	611 825	86 699	0	348 404	33 779	178 754	0	322 748	364 992	4 270 120

FEDER – Participações recebidas no período 2002 - 2014

FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Inf. de saneamento básico e pavim. de áreas urb. do concelho	222 555													222 555
Prosiurb	8 767													8 767
Eixo 1 - Pavilhão polidesportivo - 2.ª fase - cobertura	175 048	10 688												185 737
Eixo 1 - Saneamento básico do concelho	227 883	88 097	47 538											363 518
Eixo 1 - Projeto de qualificação de zonas urbanas	369 444	267 244												636 688
Eixo 2 - Requalificação de espaços públicos do concelho	183 869	71 901												255 769
Eixo 3 Piscina e Pavilhão	2 134													2 134
POE-Remodelação da Iluminação Pública - Zona Sul	48 587													48 587
Museu Nacional Ferroviário		64 623												64 623
Espaço internet		6 786												6 786
Adap. de infraest. e aquis. de equipam. e acesso a rede de inform.		1 892												1 892
Requalificação urbana da zona envolvente ao mercado diário			1 094 886	295 312	8 927									1 399 125
Pavilhão desportivo municipal			660 578	341 700										1 002 279
Piscina municipal			375 486	23 219										398 705
Recinto multiusos				525 529	228 636									754 165
Escolas 1.º ciclo - Hardware +software					21 839	1 149								22 989
Rede de ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro				106 848	332 551									439 399
Jardim de infância Norte					13 871	205 105								218 976
Programa de apetrechamento informático do Pré-escolar						380 526	2 448							382 974
Zona Industrial - 2.ª fase								184 754						184 754
Escola básica 1.º ciclo + Jardim de infância Sul								99 874	390 579					490 454
Req. Urb. Freg. S. João Baptista									272 940			151 004		423 944
Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab									10 295			7 380		17 674
Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente									73 600			65 422		139 022
Man.Red. Viária-R.Af.Alb.,R.Prof.J.F.Corujo, LgVa									26 310			13 909		40 219
Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase									43 379			18 074		61 453
R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito									14 466			6 027		20 493
Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stº. Ant.-Complem												5 868		5 868
Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)									87 089			90 636		177 725
Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima									264 862			180 711		445 573
Rua 1º de Maio e R. Pedro Alvares Cabral										45 864	112 934	8 673		167 471
Rua Luís Falcão de Sommer (Iluminação)										29 290	1 905			31 195
Rua Luís Falcão de Sommer (Jogos de Água)										21 592	45 726	1 455		68 773

FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Rua Luís Falcão de Sommer (Mob. Urbano)										40 846	2 553			43 399
Rua D. Nuno Alvares Pereira											31 682	778		32 460
Bairro Frederico Ulrich										8 260	152 441	9 751		170 453
Remodelação da biblioteca municipal									559					559
Envolv. aos Campos Sint. e Baln. (Arr Exter à Piscina Mun. - 2.ª F.)									587 893					587 893
Parque do Bonito - Envolvente Campo Relvado e Bancada Poente									156 041					156 041
Parque do Bonito - Parque Radical							9 665		129 703					139 368
Requalificação urbana do Largo José Duarte Coelho									256 490					256 490
Remodelação Centro convívio 3.ª idade										55 430				55 430
Parque verde do Bonito										446 867	1 167 312	52 109	8 513	1 674 801
Centro Escolar Norte e Acessibilidades											253 840	638 793	1 116 611	2 009 244
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária											15 329			15 329
Gestão e monitorização da parceria											4 496	11 436		15 932
Médio Tejo Gestão em SIG											877	5 284	22 057	28 217
Posto de turismo - alterações											614			614
Rede aberta multi-serviços											146 648			146 648
Remodelação do Centro Cultural											8 128	2 782		10 910
Remodelação do centro de convívio 3.ª idade											3 465			3 465
Remodelação do edifício da biblioteca - 1.º andar											39 788			39 788
Remodelação e ampliação EB1 e JI 2											2 108 082	213 948		2 322 029
Req. Parq.do Bonito - Const.equip. para animação e ativ. Econ.											602 938	49 973	21 683	674 594
Requalificação da praça da República											82 452			82 452
Requalificação do Jardim Parque J.P. Caldas											33 032	292 120		325 152
Requalificação urbana do Largo JD Coelho											29 006			29 006
Requalificação Zona Desportiva/Bonito											1 225 052			1 225 052
Escola Básica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade												1 695 631	2 084 621	3 780 252
Médio Tejo Online													24 465	24 465
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal													37 216	37 216
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia													17 999	17 999
Total FEDER	1 238 287	511 230	2 178 488	1 292 609	605 824	586 780	12 113	284 628	2 314 205	648 149	6 068 303	3 521 760	3 333 164	29 675 546

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL AUTÁRQUICA

2.1. Modificações ao orçamento inicial

Relativamente a esta temática, o POCAL (ponto 8.3.1.), diz o seguinte:

“8.3.1.2. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.

8.3.1.3. O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de:

- a) Receitas legalmente consignadas;*
- b) Empréstimos contratados;*
- c) Nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.*

8.3.1.4. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas, para além das referidas no número anterior:

- a) Saldo apurado;*
- b) O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento; Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.*

8.3.1.5. As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações. As alterações podem ainda incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contração de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas.”

2.1.1. Na receita

Durante o exercício económico de 2014, foi efetuada 1 revisão orçamental.

A revisão orçamental, no valor de 305.000 €, foi efetuada com base no saldo de gerência, e destinou-se a dar cobertura a despesas que eram necessário realizar até final do ano.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.1 – anexos ao balanço)

2.1.2. Na despesa

No decorrer do ano 2014 foram efetuadas 11 alterações orçamentais.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.2 – anexos ao balanço)

2.2. Resumo da execução orçamental**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Designação	Previsão / Dotação Corr.	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Receitas				
Correntes	11.611.133,00	11.320.735,00	-290.398,00	97,50%
Capital	9.623.840,00	3.975.099,61	-5.648.740,39	41,30%
Total rec. Corr.+ cap.	21.234.973,00	15.295.834,61	-5.939.138,39	72,03%
Outras receitas	305.001,00	306.389,89	1.388,89	100,46%
Receitas	21.539.974,00	15.602.224,50	-5.937.749,50	72,43%
Despesas				
Correntes	11.792.540,00	10.481.882,16	-1.310.657,84	88,89%
Capital	9.747.434,00	5.216.780,47	-4.530.653,53	53,52%
Total de despesas	21.539.974,00	15.698.662,63	-5.841.311,37	72,88%

As previsões da receita e as dotações da despesa foram de 21.539.974,00 €.

O município arrecadou receitas correntes e de capital de 11.611.133,00 € e efetuou pagamentos de 11.320.735,00 €.

Princípio do equilíbrio orçamental (com base no ponto 3.3 do POCAL)

Receita corrente	11.320.735,00 €
Despesa corrente	10.481.882,16 €
Diferença	838.852,84 €

O município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, visto que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 838.852,84 €.

Princípio do equilíbrio orçamental (com base no art.º 40 da Lei Nº 73/2013-LFL)

Art.º 40 Nº 2 - A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Art.º 40 Nº 4 - Considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo nº de anos do contrato, independentemente do seu pagamento

Receita Corrente	11.320.735,00
Despesa Corrente	10.481.882,16
Amortização Média de Empréstimos	799.385,38
HÁ EQUILIBRIO	39.467

2.3. Orçamento da receita – execução e evolução.

No quadro seguinte faz-se a síntese do mapa anexo designado “Controlo Orçamental – receita”. Elementos pormenorizados, rubrica a rubrica, poderão ser vistos nesse mapa (ponto 9.1.1).

Rubricas	Receita 2014		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado - previsto	%	
01 Impostos directos	3 732 832,00	3 327 839,20	-404 992,80	89,15%	-10,85%
<i>IMI + CA</i>	2 445 757,00	2 628 546,04	182 789,04	107,47%	7,47%
<i>IUC + IMV</i>	405 981,00	433 547,02	27 566,02	106,79%	6,79%
<i>IMT + SISA</i>	732 611,00	143 163,44	-589 447,56	19,54%	-80,46%
<i>Derrama</i>	148 483,00	122 582,70	-25 900,30	82,56%	-17,44%
<i>Diversos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Impostos indirectos	311 847,00	63 630,25	-248 216,75	20,40%	-79,60%
04 Taxas, multas e outras penalidades	289 841,00	309 990,99	20 149,99	106,95%	6,95%
05 Rendimentos da propriedade	15 117,00	10 952,67	-4 164,33	72,45%	-27,55%
06 Transferências correntes	4 270 785,00	4 208 133,80	-62 651,20	98,53%	-1,47%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	1 807 410,00	1 807 410,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Fundo Social Municipal</i>	274 907,00	274 907,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Participação Fixa no IRS</i>	812 472,00	812 472,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Outras Transferências</i>	1 375 996,00	1 313 344,80	-62 651,20	95,45%	-4,55%
07 Venda de bens e serviços correntes	2 950 918,00	2 877 469,45	-73 448,55	97,51%	-2,49%
08 Outras receitas correntes	39 793,00	522 718,64	482 925,64	1313,59%	1213,59%
Total de receita correntes	11 611 133,00	11 320 735,00	-290 398,00	97,50%	-2,50%
09 Venda de bens de investimento	1 952 721,00	71 492,07	-1 881 228,93	3,66%	-96,34%
10 Transferências de capital	7 671 118,00	3 898 978,13	-3 772 139,87	50,83%	-49,17%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	200 823,00	200 823,00	0,00	100,00%	0,00%
<i>Outras</i>	7 470 295,00	3 698 155,13	-3 772 139,87	49,50%	-50,50%
12 Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Outras receitas de capital	1,00	4 629,41	4 628,41	462941,00%	462841,00%
Total de receitas de capital	9 623 840,00	3 975 099,61	-5 648 740,39	41,30%	-58,70%
Total de receitas correntes + capital	21 234 973,00	15 295 834,61	-5 939 138,39	72,03%	-27,97%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	1,00	1 389,89	1 388,89	138989,00%	138889,00%
16 Saldo da gerência anterior	305 000,00	305 000,00	0,00	100,00%	0,00%
Total de outras receitas	305 001,00	306 389,89	1 388,89	100,46%	0,46%
Total das receitas	21 539 974,00	15 602 224,50	-5 937 749,50	72,43%	-27,57%

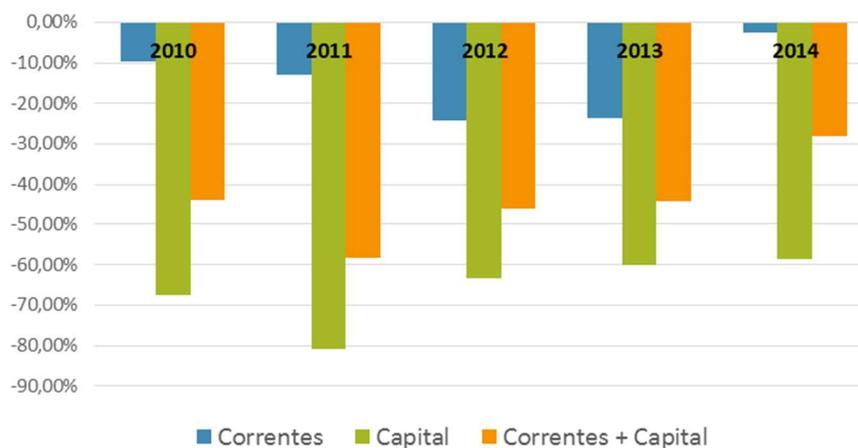
Em termos orçamentais, o exercício terminou com um grau de execução da receita de 72,43 % o que representa um desvio global de 27,57 %.

Estamos perante uma recuperação da performance orçamental do município, traduzido nos menores desvios dos últimos anos, conforme se pode ver no quadro seguinte.

Evolução dos desvios orçamentais na receita

Receitas	2010	2011	2012	2013	2014
Correntes	-9,66%	-12,84%	-24,09%	-23,58%	-2,50%
Capital	-67,39%	-80,95%	-63,38%	-59,99%	-58,70%
Correntes + Capital	-43,90%	-58,19%	-46,27%	-44,08%	-27,97%

Desvios orçamentais na receita



A principal recuperação verificou-se nas receitas correntes tendo culminado o ano com uma realização de 97,50 % face ao orçamentado.

Já no que respeita às receitas de capital (quadro fl. anterior), apesar de uma redução do valor orçamentado para 2014 face a 2013, o desvio ainda se situou acima dos 50%, mais concretamente em 58,70%.

A principal razão, localiza-se na **venda de bens de investimento**, com um desvio de -96,34 % e nas **transferências** do FEDER e de contratos-programa com um desvio global de 49,17 %.

Não obstante, a real melhoria nos desvios originada por uma racionalização das estimativas orçamentais, permite antever um cumprimento futuro dos normativos impostos designadamente do artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual coloca como teto máximo de desvios o valor de 15%.

No que respeita à importância das diversas rubricas no total arrecadado, verifica-se que as **receitas correntes** representam 74,0 % da receita, sendo de destacar as **transferências correntes** com 27,5 %, os **impostos diretos** com 21,8 %, e a **venda de bens e serviços** com 18,8 %.

Em **receitas de capital**, que assumiu um peso de 26,0 % das entradas, a rubrica que mais se destacou foi **transferências de capital** e dentro destas as receitas no âmbito do FEDER + Contratos-programa (**Outras**), com um peso de 24,2 % na receita.

PESO NO TOTAL DA RECEITA COBRADA	2014		2013		Evolução do peso
	Rubricas	Receita cobrada	Peso no total	Receita cobrada	
01 Impostos diretos	3 327 839,20	21,8%	3 597 923,56	19,4%	2,4%
<i>IMI + CA</i>	2 628 546,04	17,2%	2 404 378,99	12,9%	4,2%
<i>IUC + IMV</i>	433 547,02	2,8%	454 689,72	2,4%	0,4%
<i>IMT + SISA</i>	143 163,44	0,9%	608 478,09	3,3%	-2,3%
<i>Derrama</i>	122 582,70	0,8%	130 376,76	0,7%	0,1%
02 Impostos indiretos	63 630,25	0,4%	108 081,78	0,6%	-0,2%
04 Taxas, multas e outras penalidades	309 990,99	2,0%	282 537,13	1,5%	0,5%
05 Rendimentos da propriedade	10 952,67	0,1%	41 581,81	0,2%	-0,2%
06 Transferências correntes	4 208 133,80	27,5%	4 150 227,03	22,3%	5,2%
<i>Fundo de Equilibrio Financeiro</i>	1 807 410,00	11,8%	1 589 119,00	8,6%	3,3%
<i>Fundo Social Municipal</i>	274 907,00	1,8%	274 907,00	1,5%	0,3%
<i>Participação Fixa no IRS</i>	812 472,00	5,3%	922 146,00	5,0%	0,3%
<i>Outras Transferências</i>	1 313 344,80	8,6%	1 364 055,03	7,3%	1,2%
07 Venda de bens e serviços correntes	2 877 469,45	18,8%	2 896 146,68	15,6%	3,2%
08 Outras receitas correntes	522 718,64	3,4%	23 308,94	0,1%	3,3%
Total de receita correntes	11 320 735,00	74,0%	11 099 806,93	59,7%	14,3%
09 Venda de bens de investimento	71 492,07	0,5%	48 203,50	0,3%	0,2%
10 Transferências de capital	3 898 978,13	25,5%	4 241 788,96	22,8%	2,7%
<i>Fundo de Equilibrio Financeiro</i>	200 823,00	1,3%	397 280,00	2,1%	-0,8%
<i>Outras</i>	3 698 155,13	24,2%	3 844 508,96	20,7%	3,5%
12 Passivos financeiros	0,00	0,0%	3 181 877,53	17,1%	-17,1%
13 Outras receitas de capital	4 629,41	0,0%	12 082,81	0,1%	0,0%
Total de receitas de capital	3 975 099,61	26,0%	7 483 952,80	40,3%	-14,3%
Total de receitas correntes + capital	15 295 834,61	100,0%	18 583 759,73	100,0%	0,0%

Comparando com o ano anterior, assiste-se a um aumento do peso das receitas correntes no total das receitas em 14,3% originado em praticamente todas as rubricas, conforme se pode ver no quadro e que teve como principal causa a redução das receitas de capital. Nestas, a quebra (17,1 %) ficou a dever-se ao facto de em 2013 ter dado entrada a verba do empréstimo ao abrigo do PAEL, o que não se verificou em 2014.

De referir também que a redução no Fundo de Equilíbrio Financeiro (receitas de capital), face ao ano anterior, deve-se à repartição desta receita imposta pelo Orçamento de Estado, ou seja, o FEF é dividido entre as receitas correntes e de capital e a partir de 2014 houve uma redistribuição deste valor verificando-se um aumento na rubrica das receitas correntes e redução nas receitas de capital. Analisando em conjunto verificou um aumento do FEF em 21.834 €.

De salientar o acréscimo do peso das **transferências de capital** em 3,5% no contexto das receitas totais, apesar do decréscimo em valor absoluto, e cuja justificação reside no explanado no parágrafo anterior.

Relativamente à evolução das receitas no período 2010 a 2014, a situação é a seguinte:

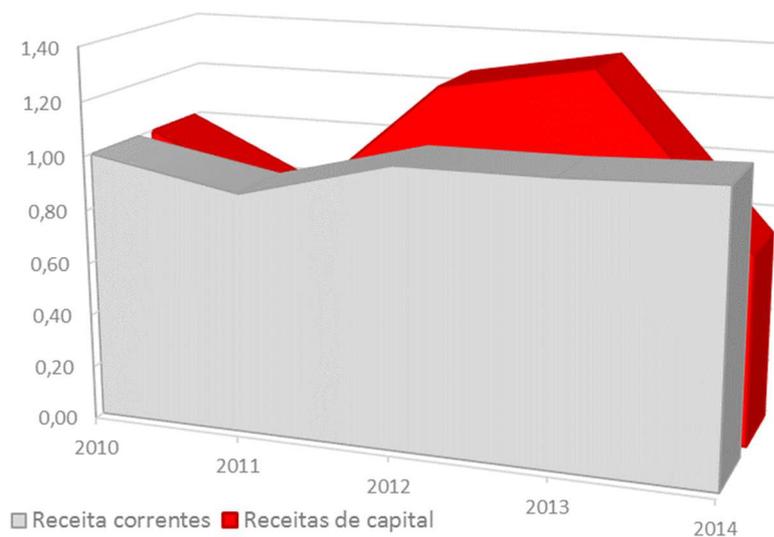
Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2010	2011	2012	2013	2014
01 Impostos diretos	3 934 659,55	3 469 228,03	3 881 103,25	3 597 923,56	3 327 839,20
<i>IMI + CA</i>	2 280 814,20	2 295 777,31	2 442 746,07	2 404 378,99	2 628 546,04
<i>IUC + IMV</i>	341 689,84	342 281,88	380 597,52	454 689,72	433 547,02
<i>IMT + SISA</i>	1 149 697,26	667 791,23	887 422,40	608 478,09	143 163,44
<i>Derrama</i>	162 458,25	163 377,61	170 337,26	130 376,76	122 582,70
02 Impostos indiretos	502 596,41	198 306,90	143 034,01	108 081,78	63 630,25
04 Taxas, multas e outras penalidades	489 551,91	344 355,36	284 105,89	282 537,13	309 990,99
05 Rendimentos da propriedade	31 540,45	23 095,56	44 091,21	41 581,81	10 952,67
06 Transferências correntes	3 224 326,48	3 160 031,90	3 789 947,62	4 150 227,03	4 208 133,80
<i>Fundo de Equilibrio Financeiro</i>	1 404 861,00	1 315 932,00	1 191 843,00	1 589 119,00	1 807 410,00
<i>Fundo Social Municipal</i>	323 841,00	303 343,00	274 907,00	274 907,00	274 907,00
<i>Participação Fixa no IRS</i>	861 934,00	854 280,00	922 146,00	922 146,00	812 472,00
<i>Outras Transferências</i>	633 690,48	686 476,90	1 401 051,62	1 364 055,03	1 313 344,80
07 Venda de bens e serviços correntes	2 393 451,48	2 272 731,95	2 904 114,99	2 896 146,68	2 877 469,45
08 Outras receitas correntes	44 265,27	57 468,62	31 530,90	23 308,94	522 718,64
Total de receita correntes	10 620 391,55	9 525 218,32	11 077 927,87	11 099 806,93	11 320 735,00
09 Venda de bens de investimento	706 273,19	221 871,50	45 797,02	48 203,50	71 492,07
10 Transferências de capital	3 284 558,59	3 612 973,90	6 862 862,99	4 241 788,96	3 898 978,13
<i>Fundo de Equilibrio Financeiro</i>	936 574,00	877 291,00	794 560,00	397 280,00	200 823,00
<i>FEDER + Contr.-Programa</i>	2 347 984,59	2 735 682,90	6 068 302,99	3 844 508,96	3 698 155,13
12 Passivos financeiros	1 595 000,00	310 000,00	0,00	3 181 877,53	0,00
13 Outras receitas de capital	0,00	0,00	21 160,00	12 082,81	4 629,41
Total de receitas de capital	5 585 831,78	4 144 845,40	6 929 820,01	7 483 952,80	3 975 099,61
Total de receitas correntes + capital	16 206 223,33	13 670 063,72	18 007 747,88	18 583 759,73	15 295 834,61

As **receitas correntes** registaram o maior valor do período em análise.

A principal justificação reside na rubrica **08.Outras receitas correntes**, pelas razões que adiante se justificam.

Já as **receitas de capital**, apresentam um decréscimo generalizado, embora a diferença mais significativa se localize na rubrica **12.Passivos financeiros**, visto não se ter contraído empréstimos em 2014, ao invés do que aconteceu em 2013.

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Receita correntes	1,00	0,90	1,04	1,05	1,07
Receitas de capital	1,00	0,74	1,24	1,34	0,71
Total	1,00	1,03	1,17	1,17	0,99



Partindo de 2010 como o ano base, assistiu-se a um comportamento tendencialmente crescente nas receitas, entrecortado por uma quebra de algum significado em 2011 (*originada pelos ajustamentos no IMT e no diferencial na rubrica de empréstimos face a 2010*).

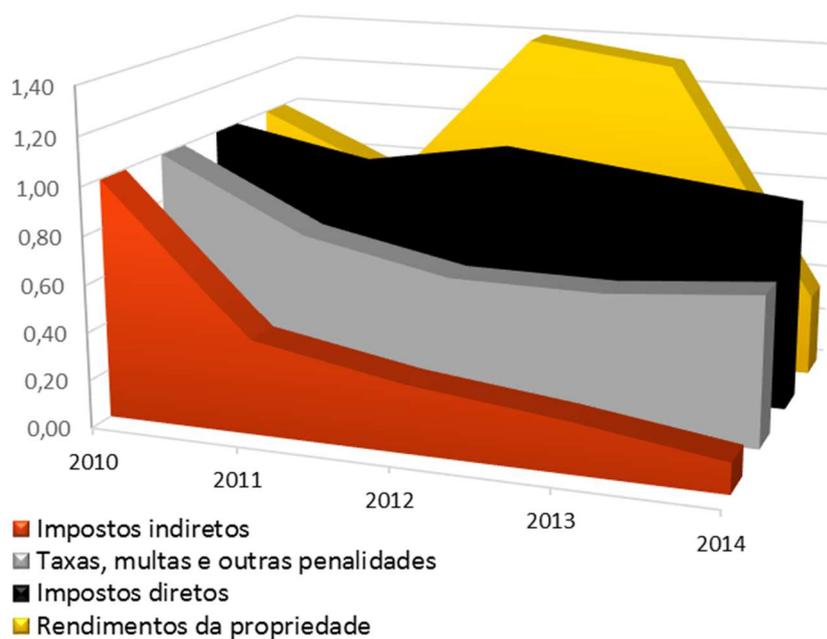
O decréscimo nas receitas de capital, foi justificado no último parágrafo da folha anterior.

Evolução das principais rubricas da receita corrente.

No quadro, as rubricas que tendo um peso com algum significado na estrutura da receita, apresentaram valores inferiores aos recebidos em 2010.

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos diretos	1,00	0,88	0,99	0,91	0,85
Taxas, multas e outras penalidades	1,00	0,70	0,58	0,58	0,63
Impostos indiretos	1,00	0,39	0,28	0,22	0,13
Rendimentos da propriedade	1,00	0,73	1,40	1,32	0,35

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €					
Impostos diretos	3 935	3 469	3 881	3 598	3 328
Taxas, multas e outras penalidades	490	344	284	283	310
Impostos indiretos	503	198	143	108	64
Rendimentos da propriedade	32	23	44	42	11



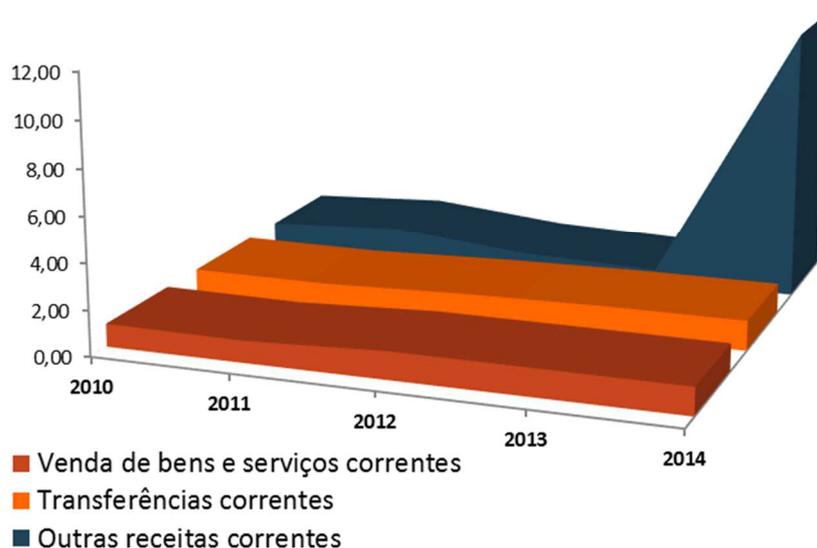
Face ao ano de 2010, todas as rubricas regrediram, merecendo especial destaque, em termos relativos, os indicadores para **impostos indiretos** e **rendimentos de propriedade**, com 13% e 35%, embora do ponto de vista absoluto se devam referir **impostos indiretos** e **taxas, multas e outras penalidades** tendo em conta os respetivos valores de realização de receita.

No quadro, as rubricas que apresentam crescimento face a 2010.

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências correntes	1,00	0,98	1,18	1,29	1,31
Venda de bens e serviços correntes	1,00	0,95	1,21	1,21	1,20
Outras receitas correntes	1,00	1,30	0,71	0,53	11,81

Rubricas	Ano 100: 2010				
	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências correntes	3 224	3 160	3 790	4 150	4 208
Venda de bens e serviços correntes	2 393	2 273	2 904	2 896	2 877
Outras receitas correntes	44	57	32	22	523

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €



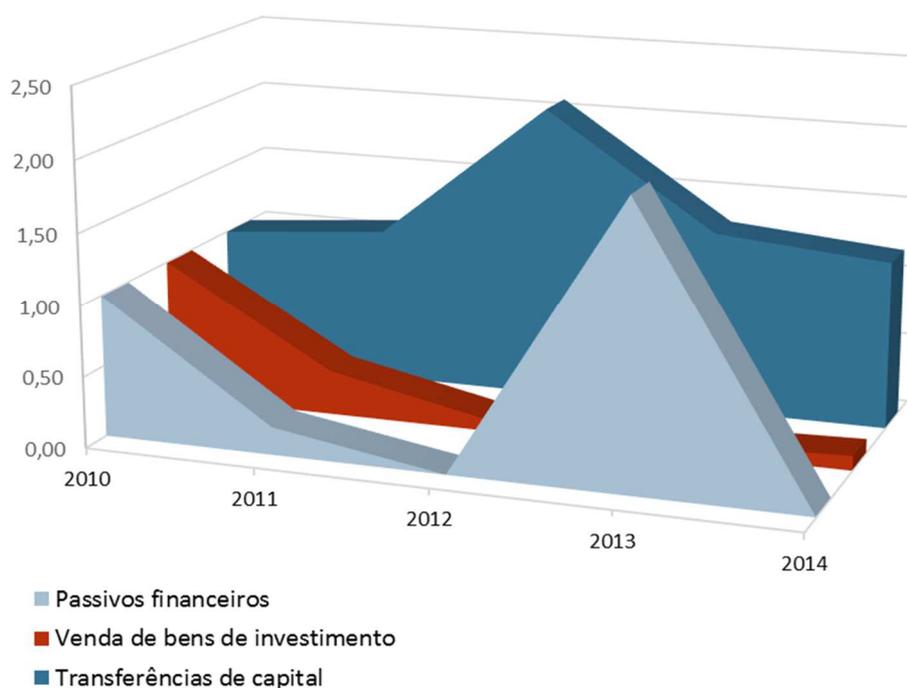
O destaque vai para **outras receitas correntes**, originado pelas operações relativas ao débito de energia elétrica consumida nas captações e nas ETARs (133.854,89 €) e à regularização da faturação de recolha e tratamento de efluentes apresentada pela empresa Águas do Centro e que o município, em parte (387.079,13 €), não aceitou.

Uma nota favorável para o incremento registado na rubrica **transferências correntes** a qual tem vindo num crescendo sequencial a partir de 2011 e uma referência ao comportamento de **vendas e bens e serviços correntes** que se mantem num nível relativamente estável, após uma subida de patamar a partir também de 2011.

No que respeita às principais receitas de capital, a evolução foi a seguinte:

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências de capital	1,00	1,10	2,09	1,29	1,19
Venda de bens de investimento	1,00	0,31	0,06	0,07	0,10
Passivos financeiros	1,00	0,19	0,00	1,99	0,00

Rubricas	Ano 100: 2010				
	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências de capital	3 285	3 613	6 863	4 242	3 899
Venda de bens de investimento	706	222	46	48	71
Passivos financeiros	1 595	310	0	3 182	0



No global, a rubrica **transferências de capital** é a que congrega maior volume de fundos, oscilando em função do calendário de execução das obras participadas e das respetivas transferências. Após um período de maior atividade financeira em 2012, com o aproximar do fim do QREN, também as verbas recebidas foram decaindo em 2013 e 2014.

A **venda de bens de investimento** tem vindo igualmente em decréscimo consecutivo, referindo-se ultimamente às alienações de terrenos no cemitério e a lotes na Zona Industrial – 2.ª fase.

Em **passivos financeiros**, em 2013, a verba arrecadada diz respeito ao PAEL, não tendo existido movimento em 2014.

2.3.1 Receitas Correntes

No decurso do ano cobraram-se 11.320.735,00 € de receitas correntes, o que representa um grau de execução de 97,50 %. O desvio orçamental foi de 2,50 %.

2.3.1.1 Impostos diretos

Faz-se neste ponto, uma breve análise das receitas arrecadadas com impostos diretos municipais nos termos do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3/9 (RFAL), designadamente o imposto municipal sobre imóveis, o imposto único de circulação, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e a derrama e ainda os montantes arrecadados referentes a impostos abolidos (sisa).

Esta rubrica teve um desempenho relevante para a tesouraria municipal, tendo sido responsável por receitas de 3.327.839,20 €, apresentando um grau de execução de 89,15 %, portanto inferior ao previsto.

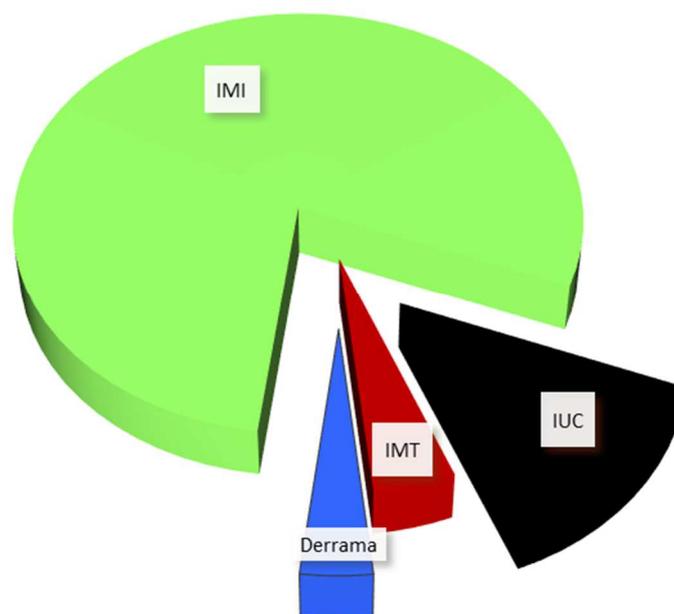
Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2 445 757,00	2 628 546,04	107,47%
IUC - Imposto único de circulação	405 981,00	433 547,02	106,79%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	732 611,00	143 163,44	19,54%
Derrama	148 483,00	122 582,70	82,56%
TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"	3 732 832,00	3 327 839,20	89,15%

Deve realçar-se o bom índice de realização do IMI e do IUC, que ultrapassaram as previsões em 7,47 % e 6,79 % respetivamente.

No que respeita ao IMT e à derrama, as verbas foram estimadas de acordo com o histórico, sendo que os valores obtidos resultam do desempenho da economia e dos respetivos agentes económicos e traduzem, de certo modo, as dificuldades que eles mesmo vão sentindo nas suas atividades correntes.

No que respeita ao peso dos diversos impostos, verifica-se que a maior parte da receita (78,99%) tem origem no IMI, sendo que o menor peso pertence à derrama, com 3,68 %.

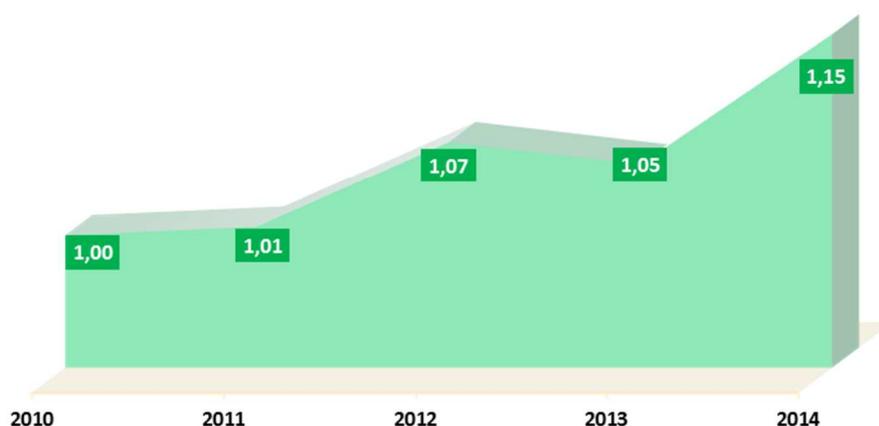
Rubricas	R. cobrada líquida	Peso
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2 628 546,04	78,99%
IUC - Imposto único de circulação	433 547,02	13,03%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	143 163,44	4,30%
Derrama	122 582,70	3,68%
Total	3 327 839,20	100,00%



Analisando a evolução destes impostos ao longo do período, temos:

IMI - IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	VAR 2014-2013
Receita de IMI	2 280 814,20	2 295 777,31	2 442 746,07	2 404 378,99	2 628 546,04	224 167,05
Evolução sobre ano 100	1,00	1,01	1,07	1,05	1,15	



O IMI foi o imposto direto mais importante, conduzindo a uma receita de 2.628.546,04 €, (1,15 vezes o valor de 2010).

A sua trajetória tem sido sempre crescente, o que torna esta receita muito importante para a sustentabilidade do funcionamento normal do município.

Do ponto de vista orçamental, como vimos antes, excedeu as previsões em 7,47 %, apesar de o município ter descido as taxas.

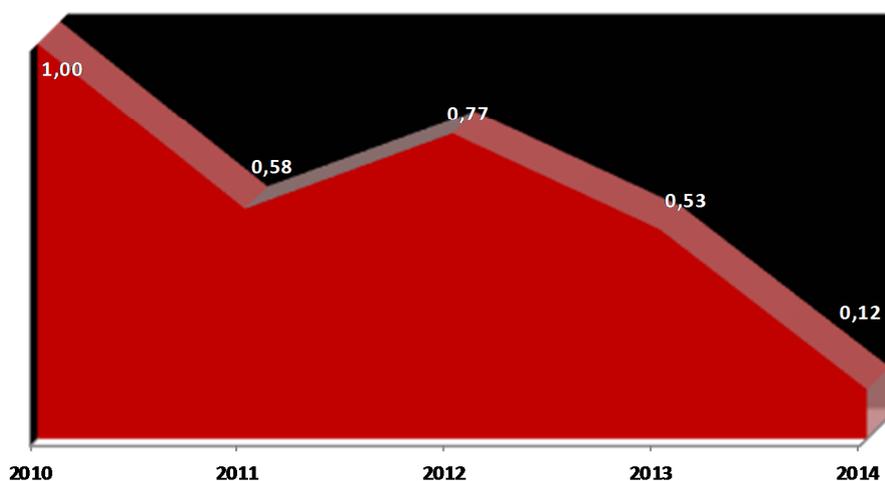
TAXAS VIGENTES DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO			
Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2014	-	0,3800	0,80

HISTÓRICO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO			
Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2013	0,7000	0,3900	0,80
2012	0,7000	0,4000	0,80
2011	0,7000	0,4000	0,80
2010	0,7000	0,4000	0,80

Este excedente ocorreu no seguimento do processo de avaliação dos prédios urbanos e do facto de existirem imóveis que passaram a pagar IMI por deixarem de beneficiar de isenção.

IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSACÇÕES / SISA

Designação	Ano 100: 2010				
	2010	2011	2012	2013	2014
Receita	1 149 697,26	667 791,23	887 422,40	608 478,09	143 163,44
Evolução sobre ano 100	1,00	0,58	0,77	0,53	0,12



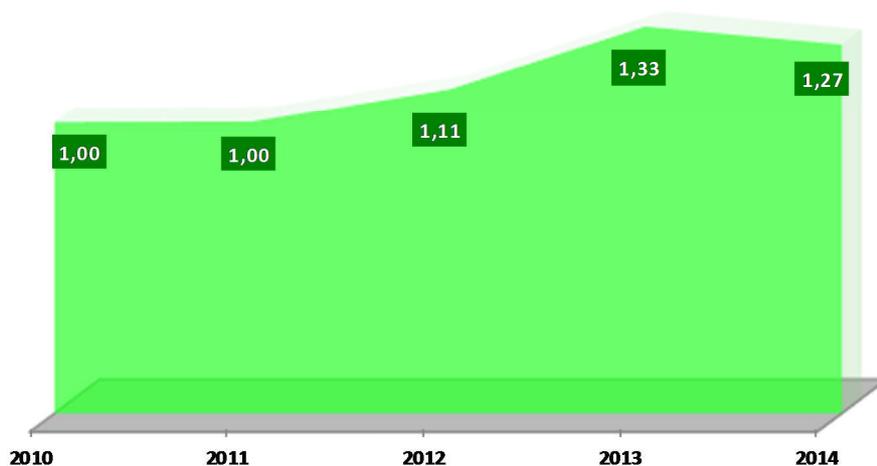
A trajetória seguida reflete o comportamento da atividade de transações no domínio do imobiliário.

Na verdade, a crise económica instalada no país teve impactos sérios nas receitas municipais, tornando um imposto como o IMT – com um papel historicamente relevante nas receitas e por conseguinte na economia do próprio município – num mero registo contabilístico de características residuais.

De referir que nesta rubrica e nos meses de fevereiro, março, abril e maio, o Serviço de Finanças emitiu reembolsos no valor de 90.472,39 € em resultado de revisões officiosas de liquidação nos termos do art.º 42 do CIMT e art.º 78 da LGT.

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

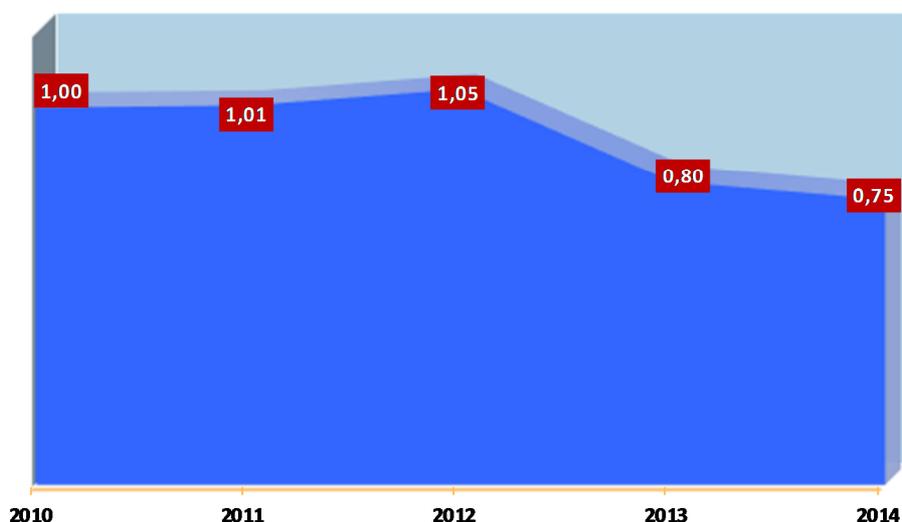
Designação	Ano 100: 2010				
	2010	2011	2012	2013	2014
Receita	341 689,84	342 281,88	380 597,52	454 689,72	433 547,02
Evolução sobre ano 100	1,00	1,00	1,11	1,33	1,27



Apesar da quebra verificada de 2013 para 2014, no período em análise o IUC continua a revelar uma tendência de crescimento, resultado do ajustamento que é feito anualmente nas taxas através dos normativos publicados no Orçamento de Estado e também de algum aumento do parque automóvel, o qual apesar da crise vai registando a introdução de novas viaturas no mercado.

DERRAMA

Designação	Ano 100: 2010				
	2010	2011	2012	2013	2014
Receita	162 458,25	163 377,61	170 337,26	130 376,76	122 582,70
Evolução sobre ano 100	1,00	1,01	1,05	0,80	0,75



A **derrama** é um imposto municipal que incide sobre os lucros das empresas sedeadas no concelho e é fixada anualmente pela Assembleia Municipal com o objetivo de apoiar o investimento municipal, geralmente em determinada área específica, tendo sido aplicada nos últimos anos uma taxa de 1,5%, incidente sobre o lucro tributável das empresas.

EXERCÍCIO	DERRAMA
2014	1,50 %
2013	1,50 %
2012	1,50 %
2011	1,50 %
2010	1,50 %

Analisando o gráfico, verificamos que este imposto não tem um comportamento constante, embora ao longo do período revele uma tendência decrescente, culminado em 2014 com uma redução de 25% face à receita de 2010.

A receita obtida em 2014, no valor de 122.582,70 € é a menor do período em análise e representa um decréscimo face ao ano anterior, motivado pelas razões conjunturais já referidas.

2.3.1.2 Impostos indiretos

São classificadas nesta rubrica as receitas que recaem sobre o sector produtivo e as que revestem a forma de taxas mas que são pagas por empresas.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada liquida	Grau de execução	Peso na receita	
Loteamentos e obras	33 281,00	20 309,90	61,03%	31,92%	39,22%
Publicidade	39 275,00	4 645,08	11,83%	7,30%	
Ocupação da via pública	223 167,00	22 352,01	10,02%	35,13%	
Outros impostos indiretos	13 556,00	14 340,05	105,78%	22,54%	
Mercados e feiras	2 568,00	1 983,21	77,23%	3,12%	
TOTAL DE IMPOSTOS INDIRETOS	311 847,00	63 630,25	20,40%	100,00%	

Importa, genericamente, explicar que as previsões são feitas com base nas regras previsionais do POCAL (ponto 3.3.), que estabelecem os procedimentos a seguir neste domínio: *a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração.*

Prevendo-se receber 311.847,00 €, foram cobrados impostos indiretos no valor de 62.630,25 €, o que representa um grau de execução orçamental de 20,40 %.

Também aqui se constata o impacto negativo da crise económica nacional que não deixou de afetar o desenvolvimento local.

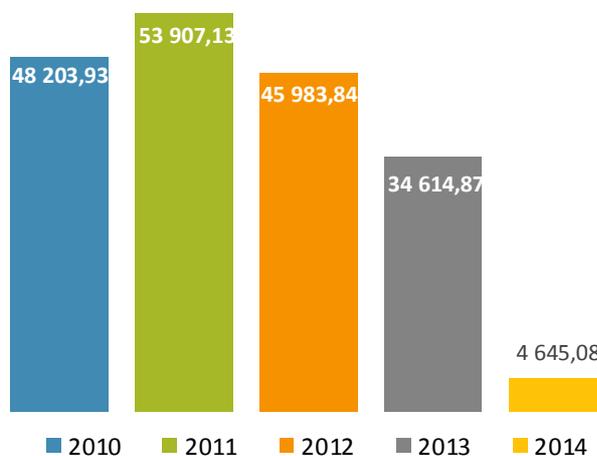
Neste âmbito, observemos (ponto 2.3.1.4), o comportamento das rubricas de “loteamentos e obras” e “taxa de urbanização”

A receita em **Outros impostos indiretos**, compreende:

Rubricas	Receita €
Alvará de licença especial de ruído - espectáculos	467,52
Certidões	2 184,80
Fornecimento de aviso	248,70
Fornecimento de livro de obra	44,80
Fotocópias e cópias de processos	1 954,40
Horários de funcionamento	808,87
Inspecções a elevadores	4 431,60
Outros	1 226,09
Pedido de informação	207,30
Plantas	542,80
Taxa de urbanização	1 873,82
Vistorias	349,35
Total	14 340,05

Relativamente à rubrica de **publicidade** arrecadou-se em 2014 o valor de 4.645,08 €.

ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
Publicidade	48 203,93	53 907,13	45 983,84	34 614,87	4 645,08



O valor registado nesta rubrica é o valor líquido de isenções.

A partir de 2009, o município tem vindo a conceder anualmente isenções das taxas de publicidade aos agentes económicos cujo volume de negócios no ano anterior seja inferior a 250.000 €.

Até 31/12/2013 os interessados pagavam a publicidade no início do ano sendo reembolsados posteriormente aquando da apresentação das declarações fiscais fazendo prova que se enquadravam ou não no limite da isenção.

Neste modelo, as receitas pagas a título de publicidade eram registadas na rubrica **publicidade**, sendo os reembolsos considerados uma despesa orçamental.

O valor da rubrica retratava a receita potencial do município neste domínio, caso não existissem isenções.

A partir do início de 2014, as orientações foram no sentido de os agentes económicos que no ano anterior se situavam no limite da isenção, só efetuarem pagamentos de taxas de publicidade após entrega das declarações fiscais, ou seja após ficarem a conhecer se se enquadravam ou não na isenção.

Como consequência, o valor da receita desceu e respeita unicamente aos não isentos ou aqueles que iniciam a atividade no ano em causa e por isso não tendo antecedentes comprovativos do respetivo volume de negócios.

Da análise dos elementos constantes do quadro, verifica-se que o potencial de receita em publicidade foi superior aos 40.000 €/ano até 2012, tendo uma quebra em 2013 motivada certamente pela entrada em vigor do licenciamento zero, mas também ao encerramento de estabelecimentos o que, conjugadamente, levou à quebra continuada da receita.

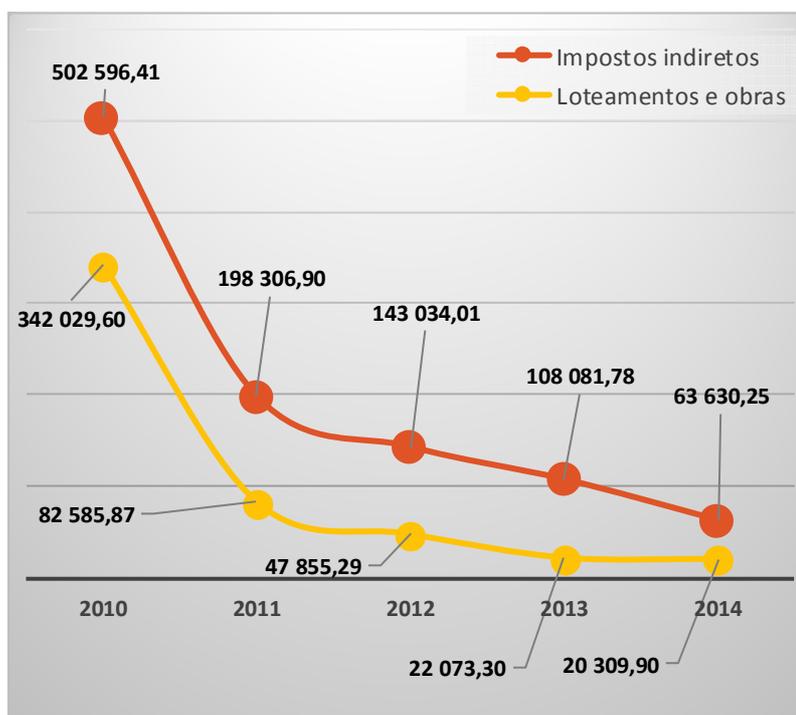
Analisando a evolução da rubrica **02 – Impostos indiretos** no período 2010-2014, conclui-se por um decréscimo contínuo tendo em 2014 registado receitas de 63.630,25 €, o que representa 12,7 % do valor arrecadado em 2010.

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	2 794,80	2 768,88	2 764,75	2 275,21	1 983,21
Loteamentos e obras	342 029,60	82 585,87	47 855,29	22 073,30	20 309,90
Ocupação da via pública	27 428,72	30 475,41	34 095,20	33 972,89	22 352,01
Publicidade	48 203,93	53 907,13	45 983,84	34 614,87	4 645,08
Outros	82 139,36	28 569,61	12 334,93	15 145,51	14 340,05
Total impostos indiretos	502 596,41	198 306,90	143 034,01	108 081,78	63 630,25

Sobressai a rubrica de **loteamentos**, pelo seu valor histórico.

Com efeito, vem regredindo de modo insustentável, contribuindo para as dificuldades financeiras do município, num quadro ainda recentemente reintroduzido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual, mantendo as receitas ligadas ao imobiliário e construção civil como a espinha dorsal da autonomia financeira do poder local, não apontou caminhos alternativos para sustentabilidade financeira autárquica.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos indiretos	502 596,41	198 306,90	143 034,01	108 081,78	63 630,25
Loteamentos e obras	342 029,60	82 585,87	47 855,29	22 073,30	20 309,90



2.3.1.3. Taxas, multas e outras penalidades

Este capítulo engloba os seguintes grupos:

Taxas;

Multas e outras penalidades.

No grupo das **Taxas** incluem-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e dos regulamentos municipais em vigor.

No grupo das **Multas e outras penalidades** englobam-se as receitas provenientes da aplicação de coimas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

A execução orçamental deste capítulo foi de 106,95 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Mercados e feiras	199 977,00	213 551,44	106,79%	68,89%	
Juros de mora	1 254,00	31 989,47	2550,99%	10,32%	89,39%
Outras	44 911,00	31 571,39	70,30%	10,18%	
Loteamentos e obras	17 676,00	18 386,55	104,02%	5,93%	
Coimas e penalidades por contra-ordenações	6 918,00	5 561,56	80,39%	1,79%	
Juros compensatórios	12 350,00	4 348,99	35,21%	1,40%	
Multas e penalidades diversas	5 133,00	2 309,80	45,00%	0,75%	
Ocupação da via pública	1 412,00	2 129,45	150,81%	0,69%	
Caça, uso e porte de arma	210,00	142,34	67,78%	0,05%	
TOTAL DE "TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"	289 841,00	309 990,99	106,95%	100,00%	

Verifica-se que das 4 rubricas que excederam as previsões, existiram 2 que deram um maior contributo para que o objetivo fosse alcançado:

- **mercados e feiras**, com origem na recuperação de dividas de alguns utilizadores;
- **juros de mora**, originados na sua quase totalidade na rubrica IUC - Imposto único de circulação, em resultado de processos desenvolvidos pela Administração Tributária.

No que respeita ao volume de receita, 89,39 % do valor arrecadado situou-se em:

- Mercados e Feiras
- Juros de mora
- Outras

A receita em **Outras**, compreende:

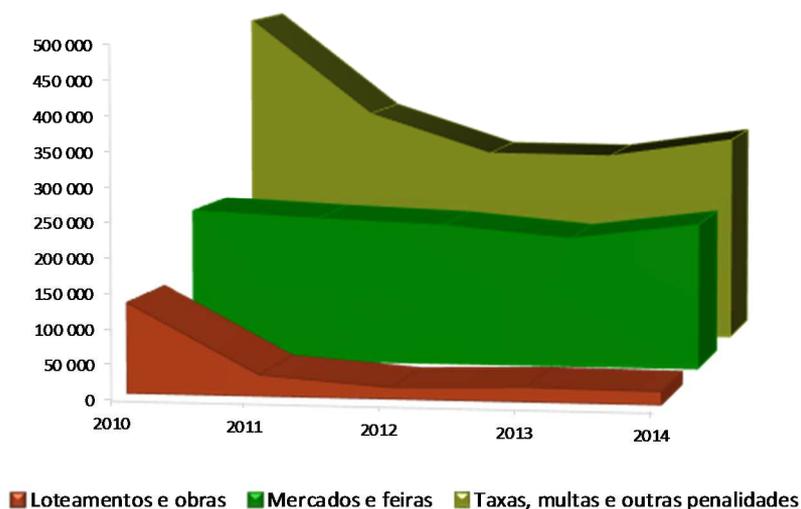
Rubricas	Receita €
Alvará de licença especial de ruído - espectáculos	370,13
Cemitério	13 305,98
Certidões	2 863,27
Fornecimento de aviso	450,90
Fornecimento de livro de obra	44,80
Guarda Noturno	172,32
Inspeções a elevadores	590,88
N.º de policia	116,40
Outros	438,18
Plantas	763,60
Publicações em jornais (DR, etc.)	493,77
Taxa de urbanização	8 357,97
Vistorias	560,00
Total	31 571,39

Evolução da rubrica "04 – Taxas, multas e outras penalidades" no período 2010-2014

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2010	2011	2012	2013	2014
Taxas					
Mercados e feiras	223 021,30	213 857,17	206 649,51	189 871,44	213 551,44
Loteamentos e obras	128 997,46	30 012,71	15 826,53	20 260,89	18 386,55
Ocupação da via pública	1 172,31	1 653,92	1 848,59	910,50	2 129,45
Caça, uso e porte de arma	223,83	267,07	144,62	182,79	142,34
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	102 219,80	78 800,78	37 381,33	42 334,21	31 571,39
Total "Taxas"	455 634,70	324 591,65	261 850,58	253 559,83	265 781,17
Multas e outras penalidades					
Juros de mora	4 883,81	1 361,08	1 767,97	805,62	31 989,47
Juros compensatórios	13 689,15	1 996,22	6 170,16	19 905,65	4 348,99
Coimas e penalidades por contra-ordenações	9 017,25	8 819,48	7 829,21	5 862,55	5 561,56
Multas e penalidades diversas	6 327,00	7 586,93	6 487,97	2 403,48	2 309,80
Total "Multas e outras penalidades"	33 917,21	19 763,71	22 255,31	28 977,30	44 209,82
Taxas, multas e outras penalidades	489 551,91	344 355,36	284 105,89	282 537,13	309 990,99

Assistiu-se a uma inversão da tendência decrescente verificada nos anos anteriores, originada pelo acréscimo já referido, nas rubricas de **mercados e feiras** e **juros de mora**.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Taxas, multas e outras penalidades	489 551,91	344 355,36	284 105,89	282 537,13	309 990,99
Mercados e feiras	223 021,30	213 857,17	206 649,51	189 871,44	213 551,44
Loteamentos e obras	128 997,46	30 012,71	15 826,53	20 260,89	18 386,55



Taxas, multas e outras penalidades cujas rubricas historicamente mais significativas são **mercados e feiras** e **loteamentos e obras**, encontra o seu principal suporte na atividade que os particulares desenvolvem nos mercados municipais, porque a atividade relacionada com a indústria da construção civil, conheceu vários reveses ao longo do período, encontrando-se em declínio.

2.3.1.4. Rubricas comuns

Conforme vimos nos pontos anteriores, existem rubricas, cuja natureza é a mesma, independentemente da entidade pagadora, empresas (02) ou particulares (04).

Vejamos os casos de:

- Loteamentos e obras;
- Ocupação da via pública;
- Taxa de urbanização;

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Loteamento e Obras (Impostos Indiretos)	33 281,00	20 309,90	61,03%
Loteamento e Obras (Taxas,)	17 676,00	18 386,55	104,02%
TOTAL "LOTEAMENTOS E OBRAS"	50 957,00	38 696,45	75,94%

Em **loteamentos e obras** o grau de execução (75,94%) teve um comportamento díspare, ficando aquém do previsto na atividade empresarial, mas ultrapassando as estimativas orçamentais na atividade realizada por particulares.

Ocupação da via pública regista as taxas relativas à ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo do domínio público municipal. O acentuado desvio no grupo **impostos indiretos**, resulta da existência de uma fatura emitida a uma empresa de construção relativa a ocupação de via pública e que ainda não foi paga.

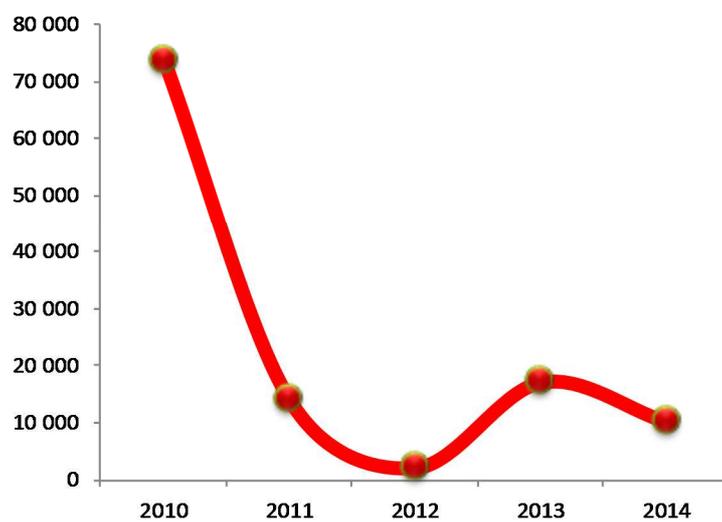
Quanto à ocupação por particulares, a estimativa foi excedida em 50,81%, embora o seu valor seja reduzido.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Ocupação da Via Publica (Impostos Indiretos)	223 167,00	22 352,01	10,02%
Ocupação da Via Publica (Taxas,....)	1 412,00	2 129,45	150,81%
TOTAL "OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA"	224 579,00	24 481,46	10,90%

Taxa de urbanização – refere-se à compensação devida ao Município pela realização, manutenção ou reforço de infraestruturas urbanísticas.

Após a grande “queda” de 2010 para 2011, tem revelado significativas oscilações a partir deste ano, com uma recuperação maior em 2013 e voltando a cair em 2014.

ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
Tx Urbanização	73 919,41	14 098,31	2 206,38	17 205,76	10 231,79

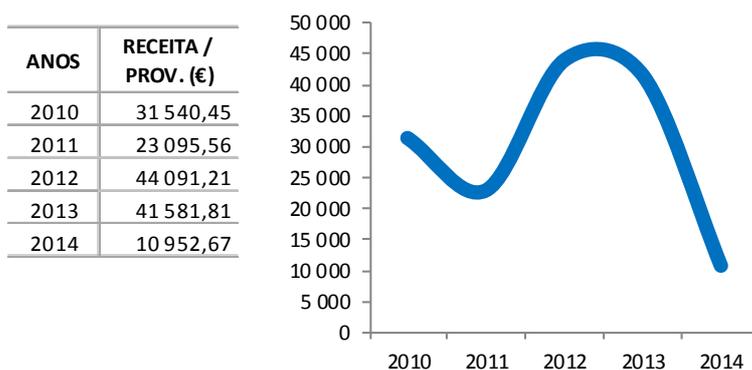


2.3.1.5. Rendimentos de propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Terrenos - Rendas	7 917,00	10 909,44	137,80%
Juros - Bancos e outras instituições	7 200,00	43,23	0,60%
TOTAL "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"	15 117,00	10 952,67	72,45%

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE



As **Rendas de terrenos** referem-se à receita pela colocação de torres de operadoras de telemóveis (NOS/otimus e MEO/tmn) em terrenos municipais.

A rubrica **Juros** praticamente não teve movimento porque o município não dispôs de excedentes que lhe permitissem efetuar aplicações financeiras, vindo por isso em nítido declínio desde 2012, ano em que os rendimentos de aplicações financeiras atingiram 36.434,93 €.

2.3.1.6. Transferências correntes

Classificam-se como **transferências correntes** os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

O município recebeu transferências:

- do Orçamento de Estado, ao abrigo do artigo 25º do RFAL;
- de sociedades privadas,
- e ainda a título de **outras transferências**.

Com uma receita de 4.208.133,80 € a rubrica **transferências correntes** teve um grau de execução orçamental de 98,53 %, ficando muito próximo das estimativas orçamentais.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 807 410,00	1 807 410,00	100,00%
Participação fixa no IRS	812 472,00	812 472,00	100,00%
Fundo Social Municipal	274 907,00	274 907,00	100,00%
Privadas	300 169,00	312 916,26	104,25%
Outras	1 075 827,00	1 000 428,54	92,99%
TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"	4 270 785,00	4 208 133,80	98,53%

A rubrica **Transferências – Privadas** tem origem na sua maior parte na renda paga pela EDP relativamente ao consumo de iluminação pública, no âmbito do contrato de concessão e ainda ao reembolso de seguros de acidentes de trabalho, por parte da companhia de seguros, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Receita €
Processo eleitoral	653,51
Renda de IP - EDP	292 067,41
Restituição	413,23
Seguro responsabilidade civil - obra CEN	969,15
Seguros de Acidentes de Trabalho	18 812,96
Total	312 916,26

A rubrica “Outras” é composta pelas seguintes transferências:

Rubricas	Receita €
Centro de Emprego e Formação Profissional:	
Emprego Apoiado Contrato Emprego - Portadores de deficiência	3 119,15
Estágios profissionais	37 085,02
Projetos CEI, CEI+, PAC	67 589,44
IEFP - GIP - Gabinete de Inserção Profissional	14 473,66
ANSR - Estacionamento - parte nas contraordenações	1 209,60
Ministério da Educação:	
DREL - acordo pré-escolar, enriquecimento curricular	230 192,43
Transferência de competências (remunerações)	608 732,54
Instituto da Segurança Social	21 205,98
Gabinete Técnico Florestal (Entroncamento/VN Barquinha)	16 820,72
Total	1 000 428,54

As transferências do Orçamento de Estado (FEF+FSM+IRS) no seu conjunto (correntes + capital) foram dos seguintes montantes:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
- Receitas correntes	1 807 410,00	1 807 410,00	100,00%	58,39%
- Receitas de capital	200 823,00	200 823,00	100,00%	6,49%
FEF total	2 008 233,00	2 008 233,00	100,00%	64,87%
Participação fixa no IRS	812 472,00	812 472,00	100,00%	26,25%
Fundo Social Municipal	274 907,00	274 907,00	100,00%	8,88%
TOTAL	3 095 612,00	3 095 612,00	100,00%	100,00%

No que respeita à importância de cada uma destas rubricas no total das transferências, temos:

- FEF, com 64,87%
- Participação fixa no IRS, com 26,25%, e
- Fundo Social Municipal com 8,88%.

Evolução das transferências do Orçamento de Estado no período 2010-2014:

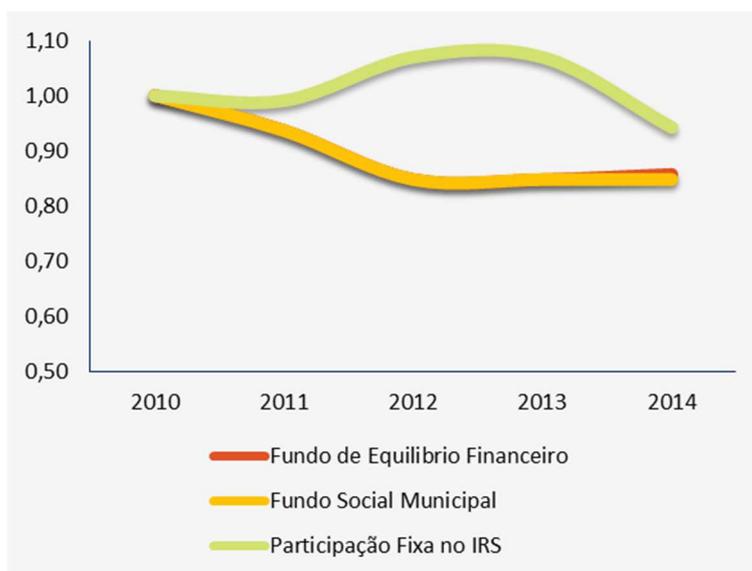
Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 341 435	2 193 223	1 986 403	1 986 399	2 008 233
Fundo Social Municipal	323 841	303 343	274 907	274 907	274 907
Participação Fixa no IRS	861 934	854 280	922 146	922 146	812 472
Total de transferências	3 527 210	3 350 846	3 183 456	3 183 452	3 095 612

No seu conjunto, a partir de 2010, as transferências têm vindo a decrescer, embora no FEF se tenha registado uma ligeira inversão desta tendência de 2013 para 2014, passando de uma receita de 1.986.399 € para 2.008.233 € ou seja mais 21.834 €.

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Fundo de Equilibrio Financeiro	1,00	0,94	0,85	0,85	0,86
Fundo Social Municipal	1,00	0,94	0,85	0,85	0,85
Participação Fixa no IRS	1,00	0,99	1,07	1,07	0,94

A participação fixa no IRS teve um comportamento algo diferente, visto que em 2012 e 2013 registou acréscimos da receita face ao ano base.

Em 2014, voltou a regredir apresentando o menor valor de todo o período.



2.3.1.7. Vendas de bens e serviços correntes

Venda de bens e serviços correntes é uma área com algum significado nas receitas do município, tendo representado 25,42 % do total das receitas correntes (26,09 % em 2013).

Em 2014, registou receitas no valor de 2.877.469,45 €, o que significa um grau de execução orçamental de 97,51 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total cobrado
Água	1 282 495,00	1 257 287,23	98,03%	43,69%
Saneamento	747 772,00	726 512,85	97,16%	25,25%
Resíduos sólidos	438 709,00	432 377,16	98,56%	15,03%
Fornecimento de Refeições Escolares	103 089,00	115 326,98	111,87%	4,01%
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	103 386,00	89 009,61	86,09%	3,09%
Serviços desportivos	68 622,00	71 781,80	104,60%	2,49%
Outras rendas	60 779,00	50 184,54	82,57%	1,74%
Rendas Habitações	43 696,00	46 086,68	105,47%	1,60%
Parques de estacionamento	33 414,00	38 699,35	115,82%	1,34%
Prolongamento de Horários Escolares	28 738,00	19 727,64	68,65%	0,69%
Serviços culturais	9 029,00	10 747,00	119,03%	0,37%
Outros Desperdícios, resíduos e refugos	4 894,00	5 904,00	120,64%	0,21%
Sucata	650,00	4 117,50	633,46%	0,14%
Produtos acabados e intermédios	2 844,00	2 945,48	103,57%	0,10%
Mercados e feiras	3 427,00	2 779,33	81,10%	0,10%
Ligação de Ramais e Contratos de Água	2 883,00	2 134,05	74,02%	0,07%
Outros Serviços	10 154,00	1 582,47	15,58%	0,05%
Livros e documentação técnica	159,00	112,25	70,60%	0,00%
Outras mercadorias	435,00	70,40	16,18%	0,00%
Trabalhos por conta de particulares	2 945,00	83,13	2,82%	0,00%
Fornecimento de Processos de Concursos	2 798,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Venda de bens e serviços correntes	2 950 918,00	2 877 469,45	97,51%	100,00%

Σ
83,97%

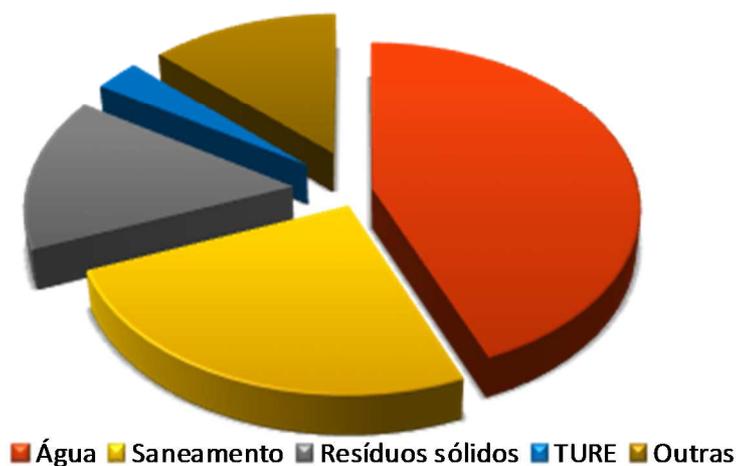
As rubricas que pesam mais de 80% no total cobrado, apresentaram índices de execução elevados, tendo, no caso da água e dos resíduos sólidos, ultrapassado os 98%.

Em termos absolutos, a **venda de água** foi a mais representativa das rubricas com uma receita de 1.257.287,23 €, seguida de **saneamento de águas residuais** com 726.512,85 € e em 3.º lugar gestão de **resíduos sólidos** com 432.377,16 €.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Água	1 282 495,00	1 257 287,23	98,03%
Ligação de ramais e contratos de água	2 883,00	2 134,05	74,02%
TOTAL DO SETOR "ÁGUAS"	1 285 378,00	1 259 421,28	97,98%
Saneamento	747 772,00	726 512,85	97,16%
Resíduos Sólidos	438 709,00	432 377,16	98,56%
TOTAL "ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS"	2 471 859,00	2 418 311,29	97,83%

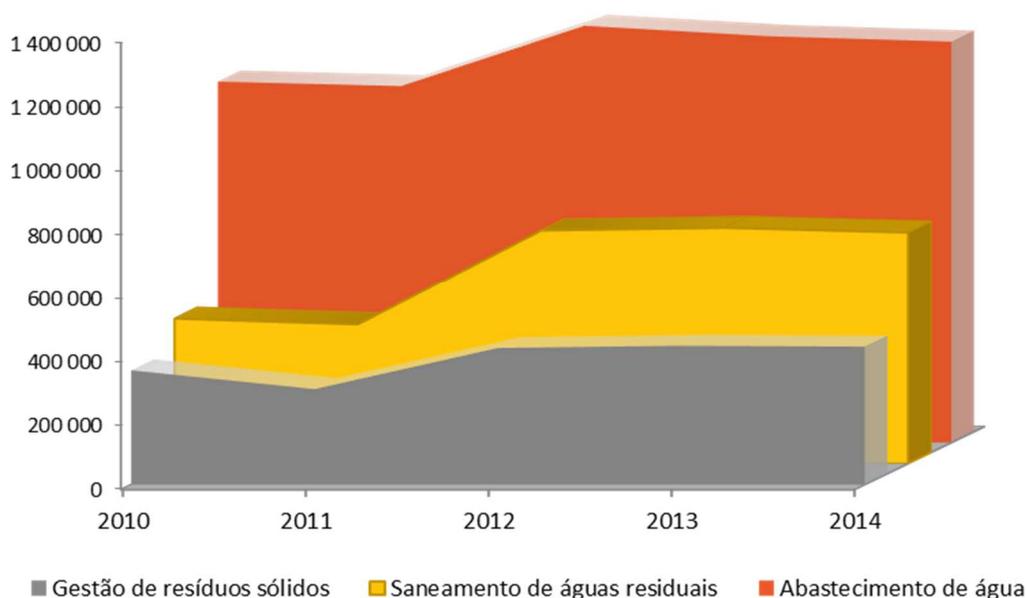
Posição das rubricas mais importantes no agrupamento **Venda de bens e serviços correntes**:

Rubricas	Receita
Água	1 257 287,23
Saneamento	726 512,85
Resíduos sólidos	432 377,16
TURE	89 009,61
Outras	372 282,60
Total	2 877 469,45



Analisando a evolução das 3 áreas ao longo do período 2010 – 2014, conclui-se por uma vitalidade destas receitas, necessárias como são para equilibrar a respetiva exploração de forma a poder torná-las, o mais possível, sustentáveis no futuro.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Abastecimento de água	1 132 310,09	1 118 411,12	1 306 827,39	1 274 260,78	1 257 287,23
Saneamento de águas residuais	454 388,83	436 107,50	732 854,93	741 294,46	726 512,85
Gestão de resíduos sólidos	358 181,07	299 292,62	428 213,46	435 120,71	432 377,16



Transportes coletivos de pessoas e mercadorias diz respeito à receita cobrada nos transportes urbanos **TURE**. Esta rubrica registou uma receita de 89.009,61 €, o que se traduz num grau de execução de 86,09 %, conforme se infere do quadro inicial.

Este setor deverá ser alvo de uma análise mais profunda, virada para as reais necessidades da população em termos de transporte público, visto que a frota se encontra numa fase de apreciável desgaste, revelando necessidades praticamente diárias de manutenção e conservação, o que acarreta custos bastante elevados os quais o tarifário existente não tem possibilidade de cobrir.

A receita associada à prestação de serviços na área de **educação** apresenta os seguintes valores:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fornecimento de Refeições Escolares	103 089,00	115 326,98	111,87%
Prolongamento de Horários Escolares	28 738,00	19 727,64	68,65%
TOTAL DO SECTOR "ESCOLAS"	131 827,00	135 054,62	102,45%

Conclui-se por um grau de execução conjunto de 102,45%, embora a grande maioria da receita tenha origem nas refeições escolares, cuja realização foi de 111,87 %.

Em termos evolutivos, as duas rubricas apresentam caminhos diferenciados.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Fornecimento de Refeições Escolares	75 056,38	78 719,54	95 533,87	110 542,93	115 326,98
Prolongamento de Horários Escolares	36 740,05	31 510,21	33 844,76	17 102,09	19 727,64

De facto, a receita de **fornecimento de refeições escolares** tem vindo a crescer a um ritmo assinalável, devido principalmente ao aumento do número de refeições servidas de tal modo que a receita de 2014 representa 1,54 vezes a arrecadada em 2010.

Ao invés, a receita com os **prolongamentos de horários escolares** revela tendência para decréscimo, com uma perda de 54 % face a 2010.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Fornecimento de Refeições Escolares	1,00	1,05	1,27	1,47	1,54
Prolongamento de Horários Escolares	1,00	0,86	0,92	0,47	0,54



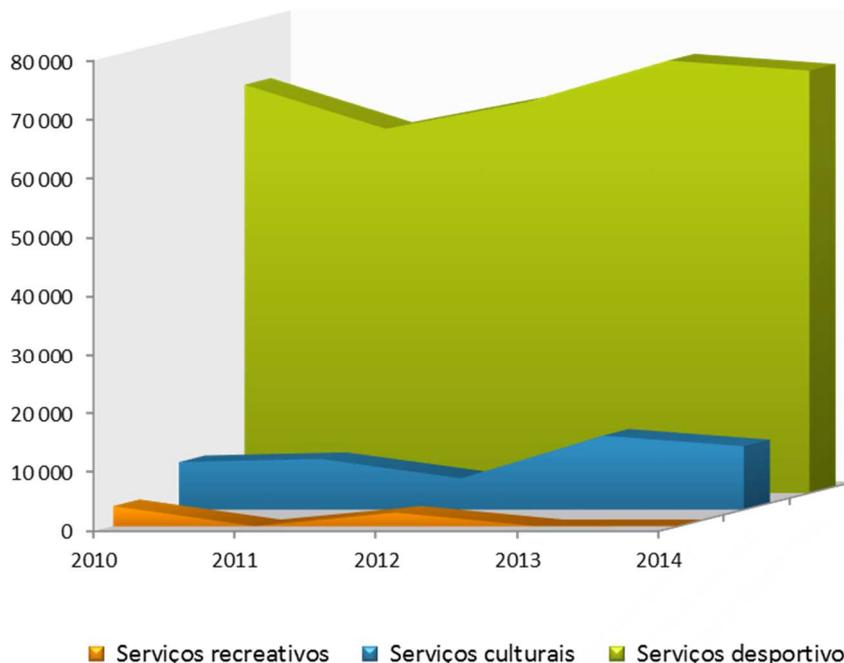
No setor de **desporto, cultura e tempos livres**, a situação foi a seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Serviços culturais	9 029,00	10 747,00	119,03%
Serviços desportivos	68 622,00	71 781,80	104,60%
Serviços recreativos	0,00	0,00	-
TOTAL "CULTURA, DESPORTO E RECREIO"	77 651,00	82 528,80	106,28%

São áreas com diferentes níveis de receita. Apesar disso, ao longo do tempo as oscilações dentro de cada uma não são muito assinaláveis, à exceção da **cultura** em 2012.

O ano de 2014, apresenta uma ligeira regressão face ao acréscimo verificado no ano anterior, apesar de no conjunto de período, revelar uma tendência de crescimento da receita.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Serviços culturais	8 049,50	8 581,55	5 305,50	12 540,50	10 747,00
Serviços desportivos	69 397,56	61 933,83	66 475,73	73 503,49	71 781,80
Serviços recreativos	3 412,00	0,00	2 301,00	0,00	0,00



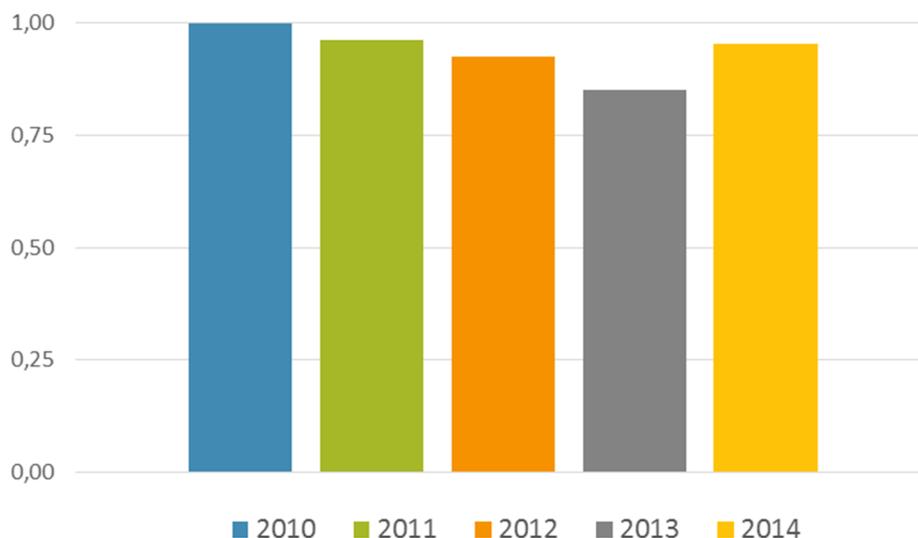
Em **mercados e feiras** existem receitas classificáveis em **taxas, multas e outras penalidades** e em **venda de bens e serviços correntes**.

No global foi cobrada uma receita de 216.330,77 €. O grau de execução de 106,36 %, originado em **taxas, multas e outras penalidades/mercados e feiras** teve na sua origem a cobrança de dívidas de anos anteriores a utilizadores de instalações municipais designadamente do mercado diário e do mercado semanal.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Mercados e feiras (Venda Bens e Serv. Correntes)	3 427,00	2 779,33	81,10%
Mercados e feiras (Taxas,)	199 977,00	213 551,44	106,79%
TOTAL DO SECTOR "MERCADOS E FEIRAS"	203 404,00	216 330,77	106,36%

Evolução temporal:

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Mercados e feiras (Venda Bens e Serv. Correntes)	3 734,27	4 046,94	3 404,76	3 100,59	2 779,33
Mercados e feiras (Taxas,)	223 021,30	213 857,17	206 649,51	189 871,44	213 551,44
Total	226 755,57	217 904,11	210 054,27	192 972,03	216 330,77
Evolução s/ ano base	1,00	0,96	0,93	0,85	0,95



No que respeita à atividade desenvolvida neste grupo, temos:

Mercado Grossista - realizaram-se 52 mercados, tendo-se apurado no montante de 5.321,58€, o que traduz numa receita média de 103,34€ por mercado;

Mercado Semanal - realizaram-se 52 mercados que produziram uma receita de 142.465,61€, o que traduz numa receita média de 2.739,73€ por mercado;

Mercado Diário - realizaram-se 254 dias de mercado diário, tendo-se apurado uma receita no montante de 64.345,34 €, o que traduz uma receita média diária de 253,33€;

Mercado Ambulante - ocupação do solo com roulettes, carros de venda de castanhas e algodão doce, traduzindo-se numa receita anual de 973,21€.

Para além destas atividades inerentes ao universo de “mercados e feiras” também nesta áreera foram recebidas verbas de **Venda de passes de TURE** as quais se encontram classificadas na rubrica respetiva 07020903- Transportes colectivos de pessoas e mercadorias.

2.3.1.8. Outras receitas

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Diversas	39 793,00	522 718,64	1313,59%
TOTAL "OUTRAS RECEITA CORRENTES"	39 793,00	522 718,64	1313,59%

Esta rubrica apresenta uma receita de 522.718,64 € e diz respeito, principalmente, a:

Designação	Valor €
Regularizações efluentes AdC	239 087,91
Regularizações efluentes AdC	111 661,85
AdC-compensação encargos com eletricidade	104 388,89
AdC-compensação encargos com eletricidade	24 267,05
Donativos festas da cidade	12 915,00
Cauções a favor do municipio	8 447,27
Regularizações efluentes AdC	7 378,53
AdC-compensação encargos com eletricidade	5 144,71
Denuncia contrato Bar Piscina e Pavilhão	4 004,00
OP de OT's	997,60
Equivalente a nota de crédito da Nestlewaters	550,80
Seguro AT-Maria João Vieira Ferreira	413,23
ISS - funeral	213,86
Inspeção elevadores para pagar à EIFC	176,73
Emolumentos notariais	155,00
Donativo SINDEFER	100,00
AdC-compensação encargos com eletricidade	54,24
Devolução (prestaç. bolsa de estudo)	48,92
Sub-total	520 005,59
Restantes	2 713,05
Total	522 718,64

Para além das acima referidas, esta rubrica inclui ainda na linha "Restantes", verbas provenientes de restituição de taxas de justiça, receita dos bares no edifício dos paços do concelho e em outras instalações públicas municipais, férias, desportivas,...

Os principais desvios ocorridos resultaram de valores não previstos em sede de orçamento e referentes a débitos à empresa Águas do Centro, designadamente a efluentes e consumo de energia elétrica.

2.3.2 Receitas de Capital

As receitas de capital são as que apresentam o maior desvio (58,07 %), tendo-se realizado apenas 41,30 % do previsto.

Rubricas	Receita		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado -previsto	%	
09 Venda de bens de investimento	1 952 721,00	71 492,07	-1 881 228,93	3,66%	-96,34%
10 Transferências de capital	7 671 118,00	3 898 978,13	-3 772 139,87	50,83%	-49,17%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	<i>200 823,00</i>	<i>200 823,00</i>	<i>0,00</i>	<i>100,00%</i>	<i>0,00%</i>
<i>Outros</i>	<i>7 470 295,00</i>	<i>3 698 155,13</i>	<i>-3 772 139,87</i>	<i>49,50%</i>	<i>-50,50%</i>
12 Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	-
13 Outras receitas de capital	1,00	4 629,41	4 628,41	462941,00%	462841,00%
Total de receitas de capital	9 623 840,00	3 975 099,61	-5 648 740,39	41,30%	-58,70%

Este desvio deve-se essencialmente às rubricas:

- Vendas de bens de investimento
- Transferências de capital – outras
- Outras receitas de capital

Passemos à análise pormenorizada destas rubricas.

2.3.2.1 Venda de bens de investimento

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Terrenos	1 952 716,00	71 492,07	3,66%
Equipamento de transporte	1,00	0,00	0,00%
Maquinaria e equipamento	1,00	0,00	0,00%
Total "Venda de bens de investimento"	1 952 719,00	71 492,07	3,66%

De uma dotação previsional de 1.952.716,00 € foram cobrados 71.492,07 €, o que significa um grau de execução orçamental de 3,66 %.

O valor registado nesta rubrica refere-se ao recebimento da alienação de

Rubricas	Receita €
Cemitério	36 767,07
Zona Industrial - 2.ª fase	34 725,00
Total	71 492,07

O desvio deve-se ao facto de não se terem alienado todos os terrenos que tinham sido previstos em sede de orçamento.

2.3.2.2 Transferências de capital

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Em particular, dizem respeito às transferências financeiras que têm origem no Orçamento de Estado e às transferências da União Europeia, a título de comparticipação em projetos de investimento apoiados, designadamente pelo FEDER.

2.3.2.2.1. Transferências do Orçamento de Estado

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200 823,00	200 823,00	100,00%

As “receitas de capital” provenientes do Orçamento de Estado tiveram um grau de execução de 100,00 %, cuja apreciação foi realizada no ponto 2.3.1.6.

2.3.2.2.2. Transferências – FEDER e Cooperação Técnica e Financeira

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
FEDER	6 605 696,00	3 333 163,63	50,46%
Cooperação Técnica e Financeira	864 599,00	364 991,50	42,22%
Total	7 470 295,00	3 698 155,13	49,50%

O município executou nos últimos anos um ambicioso programa de investimentos públicos municipais para os quais obteve um significativo apoio dos fundos comunitários através de candidaturas ao QREN-Quadro de Referência Estratégica Nacional e cujo movimento consta do ponto 1.7.

No que respeita a contratos-programa, foi recebida uma comparticipação da Administração Central no valor de 364.991,50 € destinada à **Escola Básica 2,3, Dr. Ruy d’Andrade**.

Projeto	Comparticipação	%
Construção Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade	364 991,50	100,0%
Total	364 991,50	100,0%

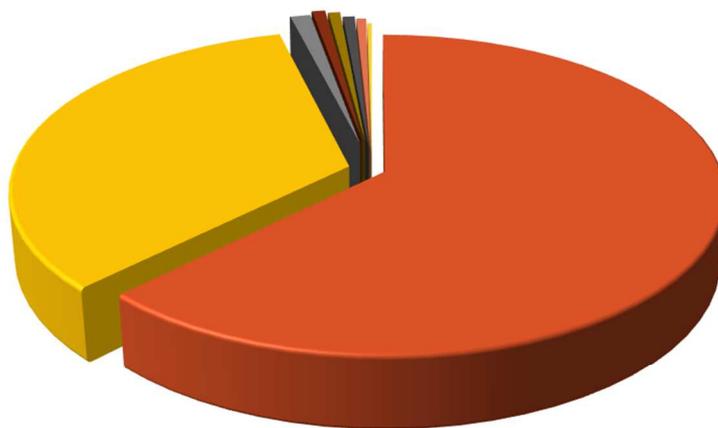
No que se refere a comparticipações FEDER, recebeu verbas para 8 projetos, destacando-se pelas importâncias recebidas a **Escola EB 2,3, Dr. Ruy d'Andrade**, a **Construção do Centro Escolar Norte e acessibilidades** e diversas obras de requalificação urbana conforme quadro seguinte:

FEDER/QREN

Projeto	Comparticipação	%
Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade	2 084 620,83	62,5%
Centro Escolar Norte e acessibilidades	1 116 610,68	33,5%
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal	37 215,81	1,1%
Médio Tejo Online	24 464,70	0,7%
Projeto Médio Tejo - Gestão em SIG	22 056,91	0,7%
Arranjos exteriores Rest.Bonito-Complementos	21 682,78	0,7%
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia	17 998,92	0,5%
Execução do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	8 513,00	0,3%
Total	3 333 163,63	100,0%

Em termos gráficos a distribuição foi a seguinte:

Comparticipação comunitária em projetos municipais (FEDER)



- Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade
- Centro Escolar Norte e acessibilidades
- Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal
- Médio Tejo Online
- Projeto Médio Tejo - Gestão em SIG
- Arranjos exteriores Rest.Bonito-Complementos
- Requalificação Urbana Rua Elias Garcia
- Execução do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase

2.4 Orçamento da despesa – execução

Vejamos o mapa resumo das despesas, por classificação económica.

Análise mais detalhada, poderá ser encontrada no mapa anexo “Controlo Orçamental – Despesa” (ponto 9.1.2).

2014						
Cl	Designação	Despesa		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realizado - orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5 292 122,00	5 176 435,04	-115 686,96	97,81%	-2,19%
02	Aquisição de bens e serviços	5 644 094,00	4 572 739,14	-1 071 354,86	81,02%	-18,98%
03	Juros e outros encargos	324 572,00	276 529,91	-48 042,09	85,20%	-14,80%
04	Transferências correntes	409 500,00	338 428,14	-71 071,86	82,64%	-17,36%
06	Outras despesas correntes	122 252,00	117 749,93	-4 502,07	96,32%	-3,68%
Total de despesas correntes		11 792 540,00	10 481 882,16	-1 310 657,84	88,89%	-11,11%
07	Aquisição de bens de capital	8 649 860,00	4 154 853,07	-4 495 006,93	48,03%	-51,97%
08	Transferências de capital	11 674,00	0,00	-11 674,00	0,00%	-100,00%
10	Passivos financeiros	1 085 900,00	1 061 927,40	-23 972,60	97,79%	-2,21%
11	Outras despesas de capital	2,00	0,00	-2,00	0,00%	-100,00%
Total de despesas de capital		9 747 436,00	5 216 780,47	-4 530 655,53	53,52%	-46,48%
Total de despesas		21 539 976,00	15 698 662,63	-5 841 313,37	72,88%	-27,12%
2013						
Total de despesas		31 506 521,00	19 890 005,56	-11 616 515,44	63,13%	-36,87%

Foi prevista em sede de orçamento e posteriormente corrigida através de modificações orçamentais, uma despesa de 21.539.976,00 €, da qual se realizou 15.698.662,63 €, culminando num grau de execução de 72,88% superior em 9,75 pontos percentuais ao verificado no ano anterior.

Face a 2013, assiste-se a uma redução das dotações orçamentais e do realizado, tendo-se este facto traduzido num aumento do grau de execução.

O desvio mais significativo em valor absoluto, aconteceu na rubrica de **aquisição de bens de capital** (4.495.006,93 €), para o que contribuíram os movimentos financeiros oriundos dos fundos comunitários, seguido igualmente de um diferencial notório de 1.071.354,86 € na rubrica de despesas correntes **aquisição de bens e serviços**.

Quanto à situação dos compromissos, pagamentos e da dívida orçamental que transita, temos:

2014						
Cl	Designação	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Dívida
01	Despesas com o pessoal	5 292 122,00	5 198 880,85	5 184 629,19	5 176 435,04	8 194,15
02	Aquisição de bens e serviços	5 644 094,00	5 480 918,25	5 385 817,81	4 572 739,14	813 078,67
03	Juros e outros encargos	324 572,00	317 273,24	313 385,45	276 529,91	36 855,54
04	Transferências correntes	409 500,00	377 550,45	368 348,10	338 428,14	29 919,96
06	Outras despesas correntes	122 252,00	120 832,38	120 155,74	117 749,93	2 405,81
Total de despesas correntes		11 792 540,00	11 495 455,17	11 372 336,29	10 481 882,16	890 454,13
07	Aquisição de bens de capital	8 649 860,00	6 088 901,74	5 352 975,74	4 154 853,07	1 198 122,67
08	Transferências de capital	11 674,00	995,40	0,00	0,00	0,00
10	Passivos financeiros	1 085 900,00	1 061 928,40	1 061 927,40	1 061 927,40	0,00
11	Outras despesas de capital	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital		9 747 436,00	7 151 825,54	6 414 903,14	5 216 780,47	1 198 122,67
Total de despesas		21 539 976,00	18 647 280,71	17 787 239,43	15 698 662,63	2 088 576,80

2013	Total de despesas	31 506 521,00	24 652 670,67	21 198 577,54	19 890 005,56	1 308 571,98
-------------	--------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------------

2014 Estrutura						
Total de despesas correntes		54,75%	61,65%	63,94%	66,77%	42,63%
Total de despesas de capital		45,25%	38,35%	36,06%	33,23%	57,37%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

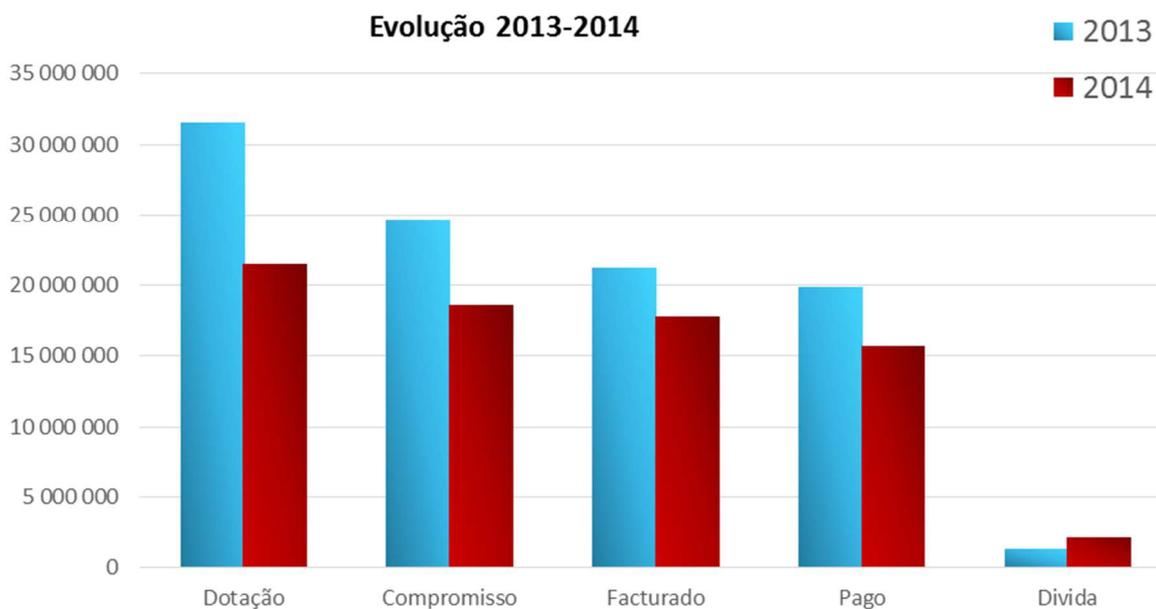
Compromissos

No decorrer do ano de 2014 o Município assumiu compromissos de 18.647.280,71 € dos quais 61,65 % correspondem a despesas correntes e 38,35 % a despesas de capital.

Nas despesas correntes, as rubricas que mais se destacam são despesas **de pessoal** e **aquisições de bens e serviços**, as quais constituem a base do funcionamento do município.

Os compromissos assumidos foram inferiores aos de 2013, como resultado do “downsizing” efetuado aquando da elaboração do orçamento em que o diferencial total das previsões foi inferior em 9.966.545,00 € ao do ano anterior.

Anos	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Divida
2014	21 539 976,00	18 647 280,71	17 787 239,43	15 698 662,63	2 088 576,80
2013	31 506 521,00	24 652 670,67	21 198 577,54	19 890 005,56	1 308 571,98
Diferenças	-9 966 545,00	-6 005 389,96	-3 411 338,11	-4 191 342,93	780 004,82



A evolução destas rubricas só regista uma inversão na esfera da divida, a qual foi superior à verificada no ano antecedente.

Pagamentos

O município efetuou ao longo do ano de 2014 pagamentos no valor de 15.698.662,63 €, sendo 66,77 % referentes a despesas correntes e 33,23 % referentes a despesas de capital.

O valor dos pagamentos foi inferior ao do ano anterior, visto que em 2013 foi recebida a verba do empréstimo contraído ao abrigo do PAEL, no valor de 3.181.877,53 €, o que permitiu proceder aos respetivos pagamentos a fornecedores e reduzir de modo apreciável os saldos em divida.

Divida orçamental

No final do exercício económico de 2014, o município registava uma divida orçamental de 2.088.576,80 € contra 1.308.571,98 € verificados em 2013, o que significa um acréscimo de 780.004,82 €.

Evolução da despesa paga no período 2010-2014

A despesa global do município assumiu, neste período, os seguintes valores:

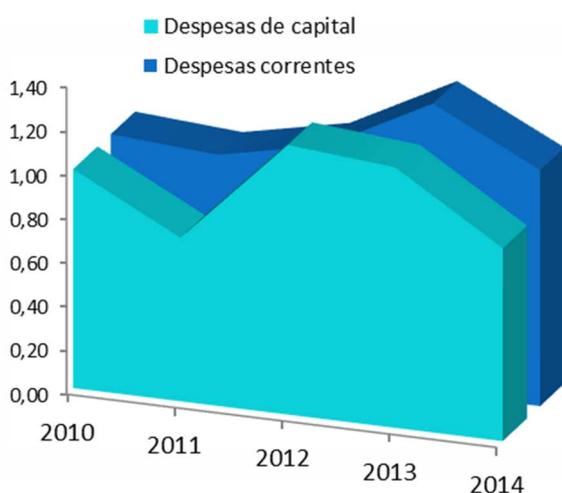
CI	Designação	2010	2011	2012	2013	2014
01	Despesas com o pessoal	4 920 470,46	4 839 585,86	4 901 332,45	5 583 273,78	5 176 435,04
02	Aquisição de bens e serviços	4 104 260,36	3 941 091,87	4 726 606,90	6 078 954,43	4 572 739,14
03	Juros e outros encargos	252 582,36	301 346,33	323 214,87	390 288,22	276 529,91
04	Transferências correntes	278 730,52	188 482,43	321 455,30	563 115,60	338 428,14
06	Outras despesas correntes	168 366,86	129 717,28	126 076,73	226 764,97	117 749,93
Total de despesas correntes		9 724 410,56	9 400 223,77	10 398 686,25	12 842 397,00	10 481 882,16
07	Aquisição de bens de capital	4 907 231,40	3 548 911,35	6 525 038,74	5 828 121,19	4 154 853,07
08	Transferências de capital	90 781,01	64 917,39	30 000,00	93 707,97	0,00
10	Passivos financeiros	929 572,44	810 939,91	743 955,84	1 125 779,40	1 061 927,40
Total de despesas de capital		5 927 584,85	4 424 768,65	7 298 994,58	7 047 608,56	5 216 780,47
Total de despesas		15 651 995,41	13 824 992,42	17 697 680,83	19 890 005,56	15 698 662,63

Definindo 2010 como o ano base, vejamos a evolução das diversas rubricas:

Rubricas	Ano 100: 2010				
	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas com o pessoal	1,00	0,98	1,00	1,13	1,05
Aquisição de bens e serviços	1,00	0,96	1,15	1,48	1,11
Juros e outros encargos	1,00	1,19	1,28	1,55	1,09
Transferências correntes	1,00	0,68	1,15	2,02	1,21
Outras despesas correntes	1,00	0,77	0,75	1,35	0,70
Total de despesas correntes	1,00	0,97	1,07	1,32	1,08
Aquisição de bens de capital	1,00	0,72	1,33	1,19	0,85
Transferências de capital	1,00	0,72	0,33	1,03	0,00
Passivos financeiros	1,00	0,87	0,80	1,21	1,14
Total de despesas de capital	1,00	0,75	1,23	1,19	0,88
Total de despesas	1,00	0,88	1,13	1,27	1,00

Despesas correntes e despesas de capital

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas correntes	1,00	0,97	1,07	1,32	1,08
Despesas de capital	1,00	0,75	1,23	1,19	0,88



A despesa corrente, que acaba por ter uma elevada dependência da receita corrente, apresentou uma quebra acentuada em 2011, a qual foi resposta em 2012 e 2013.

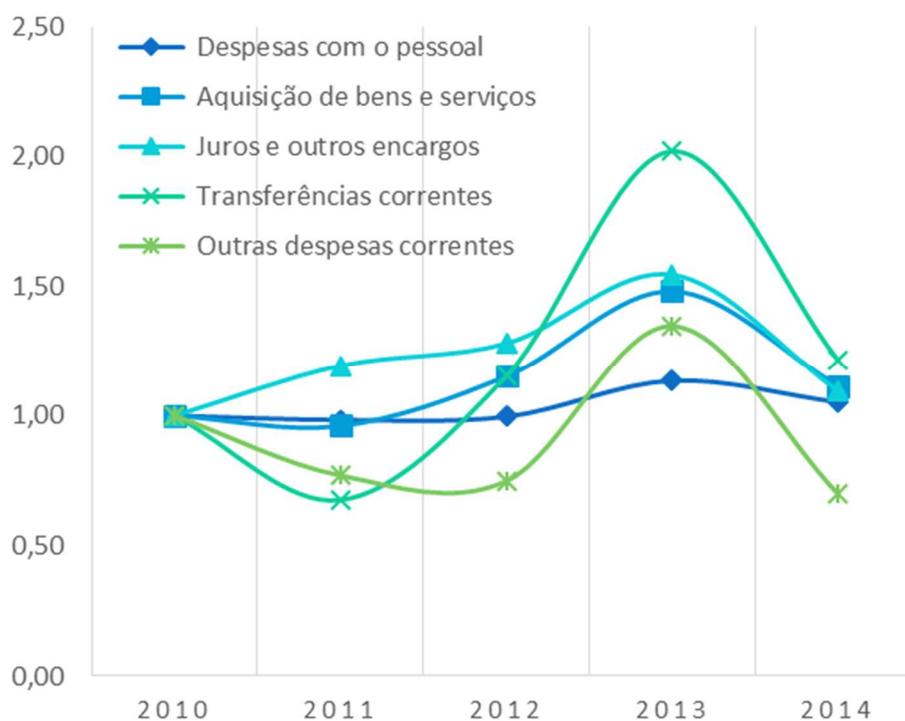
Assistiu-se, nesses 2 anos quer a um incremento da faturação no âmbito de obras cofinanciadas, quer à afluência de fundos do PAEL, o que no seu conjunto fez subir os diversos indicadores.

As despesas de capital cujas fontes de financiamento (principalmente o FEDER) assumem características de maior fiabilidade - constituindo-se por isso em garante da prossecução dos investimentos - apresentam um trajeto diferenciado, caracterizado, desde logo, pela não constância da respetiva curva do gráfico, antes pela sua pontualidade.

Ao longo do período, após a quebra de 2011 e o pico de 2013, a despesa corrente voltou em 2014 ao nível já registado em 2012.

Principais rubricas de “despesas correntes”

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas com o pessoal	1,00	0,98	1,00	1,13	1,05
Aquisição de bens e serviços	1,00	0,96	1,15	1,48	1,11
Juros e outros encargos	1,00	1,19	1,28	1,55	1,09
Transferências correntes	1,00	0,68	1,15	2,02	1,21
Outras despesas correntes	1,00	0,77	0,75	1,35	0,70

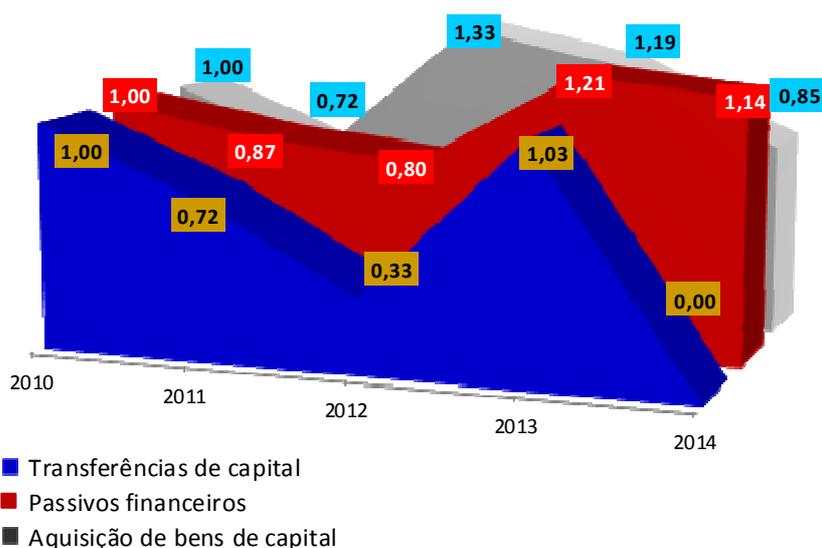


À exceção de **outras despesas correntes** todas as rubricas apresentam acréscimos face ao ano base: despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes, o que significa que os pagamentos efetuados em 2014 foram superiores aos de 2010.

Analisando a curva, conclui-se do impacto do efeito PAEL no ano de 2013, com o maior acréscimo de um modo geral em todas as rubricas, devendo também realçar-se o decréscimo do indicador de **aquisição de bens e serviços** e **juros e outros encargos**, face a 2012.

Principais rubricas de “despesas de capital”

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
Aquisição de bens de capital	1,00	0,72	1,33	1,19	0,85
Transferências de capital	1,00	0,72	0,33	1,03	0,00
Passivos financeiros	1,00	0,87	0,80	1,21	1,14



A rubrica “**passivos financeiros**” traduz os encargos do município com amortizações de empréstimos e depende do cumprimento das condições contratuais estabelecidas.

Em 31/12/2014, estavam contratados empréstimos no valor de 9.552.761,75 €

Saldo da conta 23 - Empréstimos

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Saldo 31/12	9 803 650,66	9 293 722,33	8 558 730,51	10 613 511,57	9 552 793,70
Evolução	0,00	-509 928,33	-734 991,82	2 054 781,06	-1 060 717,87

Em 2014, o saldo em dívida de empréstimos bancários, tem vindo a decrescer, por via das amortizações de capital efetuadas e pela não contratação de novos financiamentos.

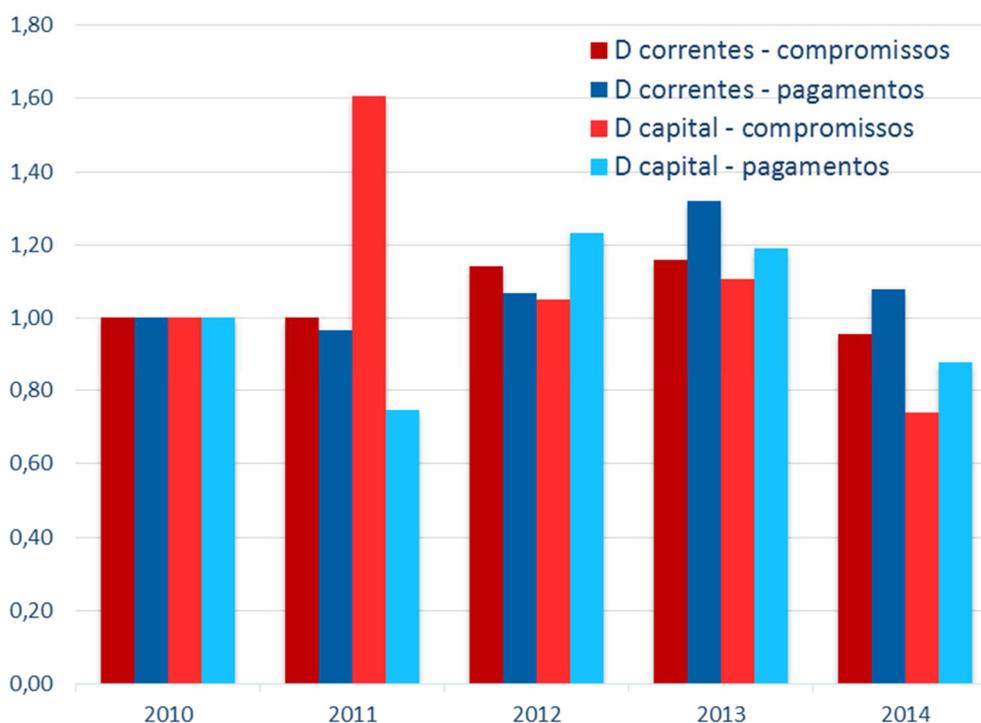
A rubrica “transferências de capital” é utilizada para registar, por exemplo, apoios financeiros a entidades, geralmente associativas, destinados a aquisição de bens de investimento (ex: viaturas, ...).

Não teve movimento em 2014.

A despesa em **aquisição de bens de capital** teve o percurso referido anteriormente e relacionado com as transferências do FEDER.

Evolução dos compromissos versus pagamentos

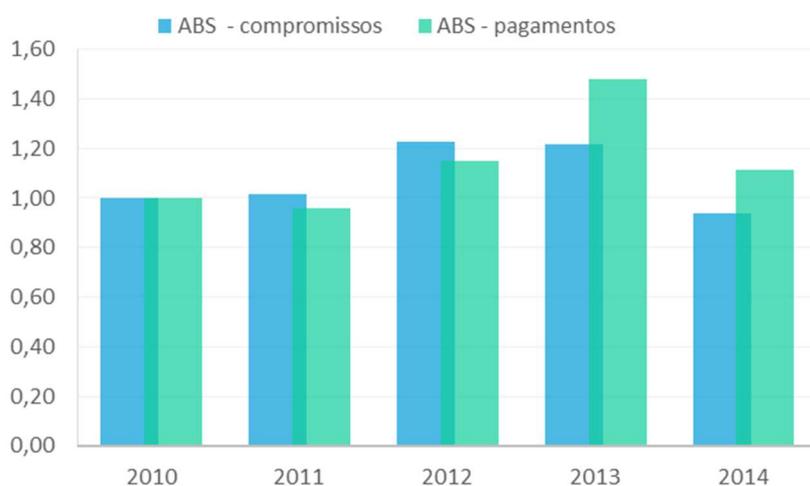
Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
D correntes - compromissos	1,00	1,00	1,14	1,16	0,95
D correntes - pagamentos	1,00	0,97	1,07	1,32	1,08
D capital - compromissos	1,00	1,61	1,05	1,11	0,74
D capital - pagamentos	1,00	0,75	1,23	1,19	0,88



Verifica-se que em 2014 a evolução dos pagamentos foi superior à evolução dos compromissos, o que demonstra o trilhar de um caminho tendente a um processo de maior “desobrigação” do município resultante da execução financeira através do pagamento dos compromissos assumidos, na senda do que já tinha acontecido em 2013, embora neste ano devido em grande parte ao empréstimo PAEL.

Evolução dos compromissos versus pagamentos, em aquisição de bens e serviços

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2010		
Aquisição de bens e serviços	2010	2011	2012	2013	2014
ABS - compromissos	1,00	1,02	1,23	1,22	0,94
ABS - pagamentos	1,00	0,96	1,15	1,48	1,11

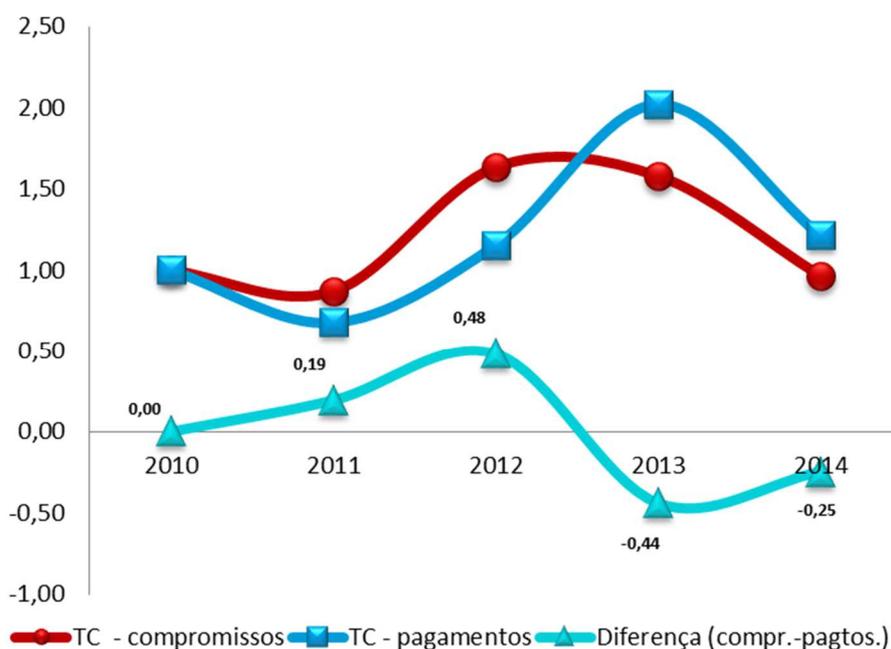


A evolução nesta rubrica vem no mesmo sentido do referido no título anterior, com uma redução do valor dos compromissos e um crescimento dos pagamentos superior ao limiar verificado em 2010.

No que respeita ao ano anterior, foi mais favorável o decréscimo do nível dos compromissos do que a evolução dos pagamentos, a qual passou de 1,48 em 2013 para 1,11 em 2014.

Evolução dos compromissos versus pagamentos em transferências correntes

Transferências correntes	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
TC - compromissos	1,00	0,87	1,63	1,58	0,97
TC - pagamentos	1,00	0,68	1,15	2,02	1,21
Diferença (compr.-pagtos.)	0,00	0,19	0,48	-0,44	-0,25

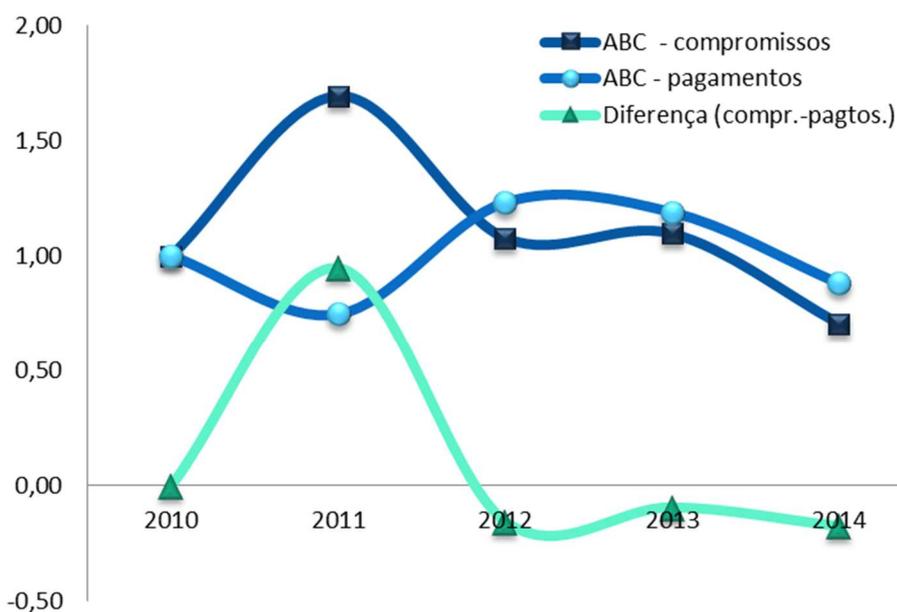


O indicador obtido em 2014, permite concluir do mesmo modo do que foi referido anteriormente, ou seja, uma redução dos compromissos e um aumento dos pagamentos (embora estes sejam inferiores ao valor de 2013).

A partir de 2013, o diferencial entre evolução dos compromissos e evolução dos pagamentos face a 2010, tem apresentado uma tendência favorável, com -0,44 e -0,25 em 2013 e 2014, respetivamente.

Evolução dos compromissos versus pagamentos, em aquisição de bens de capital

Aquisição de bens de capital	Evolução sobre ano 100				
	2010	2011	2012	2013	2014
ABC - compromissos	1,00	1,69	1,08	1,10	0,71
ABC - pagamentos	1,00	0,75	1,23	1,19	0,88
Diferença (compr.-pagtos.)	0,00	0,95	-0,15	-0,09	-0,17



A evolução dos compromissos e dos pagamentos na rubrica **aquisições de bens de capital** tem revelado nos anos mais próximos uma tendência favorável, no sentido em que qualquer dos indicadores tem vindo a diminuir, devendo, mais uma vez salientar-se o valor do indicador **pagamentos** face ao indicador **compromissos** em 2014, culminando com um diferencial de -0,17.

Evolução da dívida orçamental - Dívida por rubricas

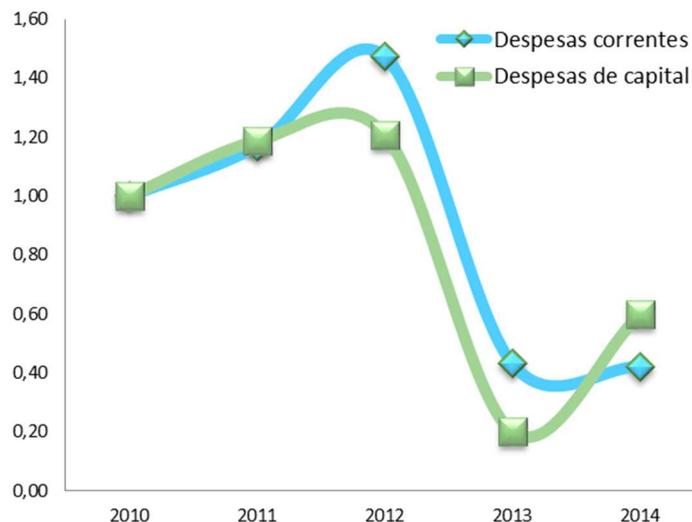
CI	Designação	2010	2011	2012	2013	2014
01	Despesas com o pessoal	409 641,12	402 375,77	388 284,18	33 984,67	8 194,15
02	Aquisição de bens e serviços	1 536 706,50	1 811 654,06	2 229 642,50	817 440,44	813 078,67
03	Juros e outros encargos	11 413,90	31 806,19	125 033,81	6 506,07	36 855,54
04	Transferências correntes	111 664,58	150 545,48	312 668,70	45 122,07	29 919,96
06	Outras despesas correntes	40 858,34	70 135,63	51 932,50	5 771,16	2 405,81
Total de despesas correntes		2 110 284,44	2 466 517,13	3 107 561,69	908 824,41	890 454,13
07	Aquisição de bens de capital	1 986 201,86	2 323 558,45	2 346 107,50	399 747,57	1 198 122,67
08	Transferências de capital	14 000,44	41 957,97	70 957,97	0,00	0,00
10	Passivos financeiros	0,00	8 988,42	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital		2 000 202,30	2 374 504,84	2 417 065,47	399 747,57	1 198 122,67
Total de despesas		4 110 486,74	4 841 021,97	5 524 627,16	1 308 571,98	2 088 576,80

Evolução sobre ano 100		Ano 100: 2010			
Dívida	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas correntes	1,00	1,17	1,47	0,43	0,42
Despesas de capital	1,00	1,19	1,21	0,20	0,60

A evolução da dívida orçamental é caracterizada por uma tendência de crescimento no período de 2010 a 2012 e por uma quebra bastante significativa no ano de 2013, ocasionada pelos pagamentos ao abrigo do PAEL.

Conforme referido antes, a dívida a fornecedores correntes registou um decréscimo assinalável, de tal modo que as dívidas de **correntes** representavam 42% do valor de 2010.

Contudo, nas despesas de capital, assistiu-se a uma retoma da dívida, originada pelo impacto da faturação dos investimentos em curso, representando 60% do valor de 2010 e concomitantemente um aumento de 40% sobre o valor de 2013.



2.4.1. Despesas correntes

Esta área da despesa foi dotada com 11.792.540,00 €.

No decorrer do exercício foram feitos pagamentos no valor de 10.481.882,16 €, o que representa um grau de execução de 88,89 % (vd. mapa do ponto 2.4.).

Vejamos o comportamento das principais componentes:

2.4.1.1 Pessoal

Designação	Despesa do ano		Grau de execução		Desvios
	Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
Despesas com o pessoal	5 292 122,00	5 176 435,04	-115 686,96	97,81%	-2,19%

As despesas com o pessoal, com um grau de execução orçamental de 97,81 %, ficaram abaixo do previsto em 2,19 %.

Em 2014 foram efetuados pagamentos no valor de 5.176.435,04 €.

Situação em 2014:

Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	152 552,93	152 552,93	0,00
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2 852 417,93	2 852 005,05	0,00
Pessoal contratado a termo	28 922,58	28 922,58	0,00
Pessoal em regime de tarefa ou avença	48 034,07	46 871,60	0,00
Representação	34 009,03	34 009,03	0,00
Subsídio de refeição	301 147,21	299 011,02	0,00
Subsídio de férias e de Natal	527 935,71	526 199,09	0,00
Total de "remunerações certas e permanentes"	3 945 019,46	3 939 571,30	0,00
Horas extraordinárias	7 490,47	7 458,81	0,00
Ajudas de custo	1 277,32	1 277,32	0,00
Abono para falhas	22 656,02	20 930,82	0,00
Subsídio de turno	27 225,29	26 691,79	0,00
Outros suplementos e prémios	28 205,82	25 205,56	755,48
Outros abonos em numerário ou espécie	32 849,50	29 641,92	0,00
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	119 704,42	111 206,22	755,48
Encargos com a saúde	189 994,20	182 416,48	7 438,67
Outros encargos com a saúde	23 317,61	23 288,94	0,00
Subsídio familiar a criança e jovens	14 161,92	13 355,12	0,00
Outras prestações familiares	6 791,14	6 791,14	0,00
Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	0,00	0,00
Seg. Social - Caixa Geral de Aposentações	564 231,71	564 231,71	0,00
Seg. Social - Regime Geral	87 248,84	87 162,58	0,00
Segurança social - Regime geral	217 104,64	217 104,64	0,00
Outras pensões	0,00	0,00	0,00
Seguros	31 306,91	31 306,91	0,00
Total "Segurança Social"	1 134 156,97	1 125 657,52	7 438,67
Total	5 198 880,85	5 176 435,04	8 194,15

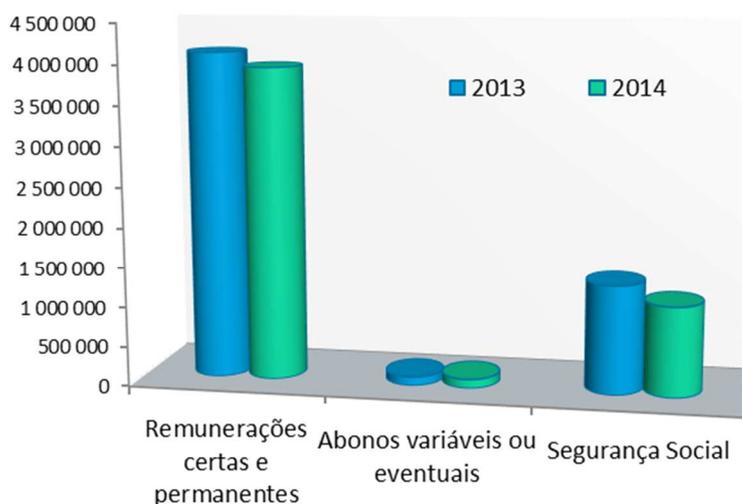
O município assumiu compromissos no valor de 5.198.880,85 €, tendo pago 5.176.435,04 €, estando por isso em dívida 8.194,15 €, dos quais 7.438,67 € se referem a dívida à ADSE, a pagar oportunamente.

Evolução 2013 – 2014:

Comparando com o ano anterior, em 2014 o município suportou menos 7,29 % de encargos com o pessoal.

Designação	2013	2014	Variação
Despesas com o pessoal	5 583 273,78	5 176 435,04	-7,29%

Designação	2013	2014	Variação
Remunerações certas e permanentes	4 115 067,64	3 939 571,30	-4,26%
Abonos variáveis ou eventuais	108 311,07	111 206,22	2,67%
Segurança Social	1 359 895,07	1 125 657,52	-17,22%



Das 3 principais rubricas, as duas mais significativas em valor absoluto, revelaram decréscimos face ao último ano, tendo a terceira (abonos variáveis) registado um aumento de 2,67 % o que em valor absoluto não é muito relevante no conjunto da rubrica 01.

Analisando mais pormenorizadamente as subrubricas em que se decompõem as 3 áreas citadas, temos:

Designação	2013	2014	Variação
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	105 854,21	152 552,93	44,12%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2 952 351,97	2 852 005,05	-3,40%
Pessoal contratado a termo	37 038,80	28 922,58	-21,91%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	141 230,85	46 871,60	-66,81%
Representação	28 224,98	34 009,03	20,49%
Subsídio de refeição	312 165,15	299 011,02	-4,21%
Subsídio de férias e de Natal	538 201,68	526 199,09	-2,23%
Total de "remunerações certas e permanentes"	4 115 067,64	3 939 571,30	-4,26%
Horas extraordinárias	5 527,33	7 458,81	34,94%
Ajudas de custo	1 948,99	1 277,32	-34,46%
Abono para falhas	17 185,64	20 930,82	21,79%
Subsídio de turno	20 710,01	26 691,79	28,88%
Outros suplementos e prémios	30 116,18	25 205,56	-16,31%
Outros abonos em numerário ou espécie	32 822,92	29 641,92	-9,69%
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	108 311,07	111 206,22	2,67%
Encargos com a saúde	538 010,78	182 416,48	-66,09%
Outros encargos com a saúde	19 844,87	23 288,94	17,35%
Subsídio familiar a criança e jovens	14 131,51	13 355,12	-5,49%
Outras prestações familiares	6 595,14	6 791,14	2,97%
Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	0,00	-
Seg. Social - Caixa Geral de Aposentações	451 065,55	564 231,71	25,09%
Seg. Social - Regime Geral	87 690,15	87 162,58	-0,60%
Segurança social - Regime geral	206 958,39	217 104,64	4,90%
Outras pensões	0,00		-
Seguros	35 598,68	31 306,91	-12,06%
Total "Segurança Social"	1 359 895,07	1 125 657,52	-17,22%
Total	5 583 273,78	5 176 435,04	-7,29%

No que se refere a **remunerações certas e permanentes**, assistiu-se a um acréscimo de 44,12% nas **remunerações dos membros dos órgãos autárquicos**, que passaram de 105.854,21 € para 152.552,93 € o que teve também um impacto direto no aumento nas **despesas de representação** de 20,49 %, visto que devido à reorganização dos serviços municipais, as despesas de representação dos dirigentes também registaram uma redução.

Paralelamente, as remunerações do **pessoal ao serviço do município com contrato de trabalho** reduziram-se 3,40%, e concomitantemente reduziram as despesas com **subsídio de refeição** em -4,21% e com **subsídio de férias e de natal** em -2,23%.

As despesas com **pessoal contratado a termo** registaram um decréscimo de 21,91% em cumprimento da redução imposta por lei.

Por outro lado, a anulação de contratos com **pessoal em regime de avença**, conduziu a cortes nesta despesa de 66,81% em 2014 face a 2013.

No grupo **abonos variáveis ou eventuais** assistiu-se a um acréscimo de 2,67% resultante do aumento verificado nas rubricas **horas extraordinárias** (+34,94 %), abono **para falhas** (21,79%) e **subsídio de turno** (+28,88 %) e ao invés da diminuição nas rubricas **ajudas de custo** (-34,46%), **outros suplementos e prémios** (-16,31 %) e **outros abonos em numerário** (-9,69 %).

No que se refere ao grupo **Segurança Social** teve movimentos oscilatórios de índole inversa, destacando-se:

- por um lado, decréscimo de 66,09 % na subrubrica **encargos com a saúde**, devido ao pagamento da dívida à ADSE em 2013;
- por outro lado, um acréscimo da ordem dos 25,09 % devido ao aumento das taxas das participações da entidade patronal, que passaram de 20 % para 23,75 %.

2.4.1.2 Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer ainda com a aquisição de serviços.

É neste âmbito que se encontra a quase totalidade dos fornecedores correntes da autarquia, habitualmente em grande número e responsáveis por fornecimentos de valores não muito elevados, em contraponto com os fornecedores de imobilizado/investimento, normalmente em reduzido número e com faturas elevadas.

Designação	Despesa 2014		Grau de execução		Desvios
	Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
Aquisição de bens e serviços	5 644 094,00	4 572 739,14	-1 071 354,86	81,02%	-18,98%

Nesta rubrica o município fez pagamentos de 4.572.739,14 €, o que se traduziu num grau de execução de 81,02 % e consequentemente num desvio de 18,98 %.

Este grupo agrega as denominadas “despesas gerais de funcionamento” que se apresentam no quadro seguinte:

Designação	Compromisso	Pago	Divida
Gasolina	9 474,22	6 476,53	2 687,80
Gasóleo	182 090,28	168 077,20	13 649,30
Gás	130 745,31	115 576,29	12 777,65
Outros combustíveis e lubrificantes	11 784,48	6 361,68	5 422,79
Limpeza e higiene	34 178,48	26 354,69	5 098,20
Alimentação-Refeições confeccionadas	217 138,58	169 784,77	46 877,33
Vestuário e artigos pessoais	6 770,95	5 268,13	1 103,31
Material de escritório	15 717,60	11 445,43	3 375,52
Material de transporte-Peças	18 491,55	10 341,22	7 382,73
Outro material-Peças	13 667,03	9 916,97	2 685,26
Prémios, condecorações e ofertas	55 247,77	40 779,72	13 674,12
Água	1 292 001,74	928 432,94	363 568,80
Electricidade	423 347,36	387 507,63	35 492,06
Ferramentas e utensílios	2 649,90	1 705,21	937,43
Livros e documentação técnica	19,66	0,00	0,00
Material de educação, cultura e recreio	902,30	902,30	0,00
Outros bens	178 302,24	139 589,04	26 675,76
Total de "aquisição de bens"	2 592 529,45	2 028 519,75	541 408,06
Encargos das instalações	438 263,04	363 032,04	65 388,57
Conservação de bens	208,26	208,26	0,00
Locação de edifícios	35 026,48	35 026,48	0,00
Comunicações	115 008,91	96 926,79	7 441,78
Transportes	18 807,50	17 329,31	219,30
Representação dos serviços	990,38	990,38	0,00
Seguros	70 348,89	65 841,88	126,15
Deslocações e estadas	10 213,06	10 213,06	0,00
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	37 471,70	24 015,50	13 148,70
Formação	920,43	830,43	90,00
Publicidade	14 227,99	12 481,39	639,60
Vigilância e segurança	124 111,94	99 780,54	24 329,40
Assistência técnica	27 140,70	22 780,18	3 720,84
Outros trabalhos especializados	187 937,98	141 370,84	30 203,68
Serviços de saúde	8 705,53	6 356,72	796,71
Encargos de cobrança de receitas	98 185,95	98 185,95	0,00
Outros serviços	1 700 820,06	1 548 849,64	125 565,88
Total de "aquisição de serviços"	2 888 388,80	2 544 219,39	271 670,61
Total bens+serviços	5 480 918,25	4 572 739,14	813 078,67

Conteúdo das principais rubricas

Água – diz respeito ao valor pago à Águas do Centro pela aquisição de água que é distribuída aos municípios.

Electricidade – trata-se dos encargos com a iluminação pública pagos ao longo do ano de 2014.

Encargo das instalações – refere-se à energia elétrica consumida nas instalações municipais.

Transportes – respeita ao valor pago pelo município referente à prestação de serviços dos transportes urbanos e transportes escolares a empresas transportadoras.

Alimentação – Refeições confeccionadas – Encargos suportados pelo município com alimentação de crianças das escolas.

Publicidade – regista a publicação de avisos e anúncios no Diário da República e em outros jornais, mas também encargos com divulgação cultural (folhetos, panfletos, desdobráveis, cartazes, etc.).

Seguros – referentes a edifícios, instalações, viaturas. Não incluem seguros de Acidentes de Trabalho, que se classificam nas rubricas de custos com o pessoal.

Limpeza e higiene - despesas com empresas de limpeza no Mercado Diário, Parque de Estacionamento Subterrâneo, e lavagem/limpeza de viaturas em estações de serviço.

Quanto às rubricas de “Outros”:

Em “**Outros bens**” incluem-se todas as despesas relativas a bens que não se enquadram em qualquer uma das restantes. Por exemplo: peças para máquinas e equipamentos, tintas, produtos químicos, azulejos, verniz, lixas, etc.

Outros serviços - inclui, por definição, todas as despesas relativas a serviços que não se enquadram nas restantes rubricas.

Contudo o seu elevado valor absoluto (1.548.849,64 €) impõe que se esclareça o respetivo conteúdo. Assim, temos como principais pagamentos os seguintes: Recolha e tratamento de efluentes (Águas do Centro), depósito e tratamento de resíduos no aterro (Resitejo), prestação de serviços manutenção de fontes na praça da República, no Largo José Duarte Coelho e Rua Luís Falcão de Sommer, despesas com atividades na área do desporto, dia municipal do idoso, férias desportivas, aniversário centro convívio, festas da cidade, aluguer som e luz para espetáculos, atividades e espetáculos culturais, teatro nas escolas, entre outras.

Trata-se pois de uma rubrica bastante heterogénea para a qual confluem despesas de diversas configurações e conteúdos.

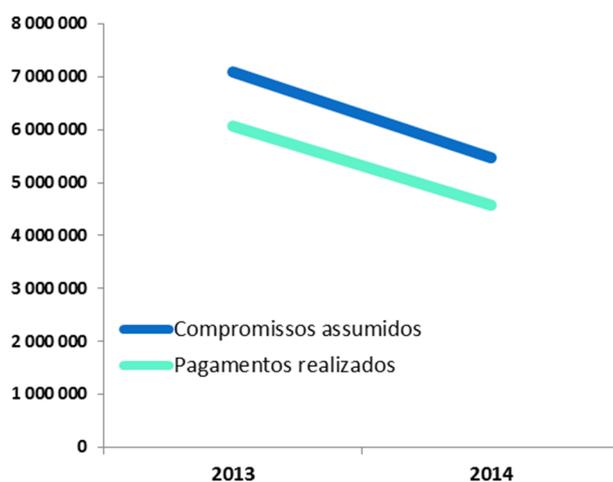
Segue abaixo quadro resumo com os principais pagamentos feitos nesta rubrica:

Designação	Pago
Águas do Centro - Tratamento de Águas Residuais	898.008,39
Resitejo - Tratamento de RSU	199.752,71
Pagamentos efetuados ao pessoal do Centro de Emprego (CEI e CEI+)	183.748,19
Atividades culturais (festas da cidade, iluminação natal e outras)	91.728,48
Sub-total	1.373.237,77
% (principais pagamentos no total da rubrica 020225)	88,66%
Outros pagamentos	175.611,87
Total de pagamentos na rubrica "Outros Serviços"	1.548.849,64

Analisando o grupo **aquisição de bens e serviços** verificamos que existe um sinal positivo no que respeita a este grupo, visto que os compromissos reduziram face ao ano anterior, o que traduz uma diminuição das responsabilidades financeiras do município perante terceiros.

Aquisição de bens e serviços	2013	2014	Variação
Compromissos assumidos	7 087 074,27	5 480 918,25	-22,66%
Pagamentos realizados	6 078 954,43	4 572 739,14	-24,78%

Também os **pagamentos** foram de menor importância, visto que o ano 2013 decorreu sob o signo do PAEL, tendo afluído ao município verbas de montante bastante apreciável que foram canalizadas para pagar a fornecedores, o que não sucedeu em 2014.



Importância das principais rubricas de bens e serviços, segundo o valor dos compromissos assumidos:

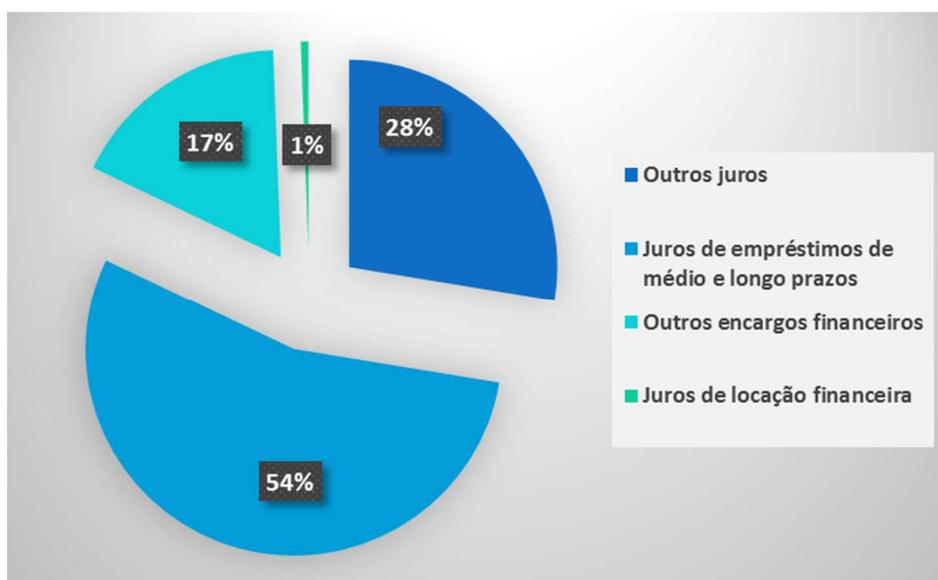
Destaque - principais bens e serviços		
Designação	2014	Peso no total
Água	1 292 001,74	23,57%
Electricidade	423 347,36	7,72%
Alimentação-Refeições confeccionadas	217 138,58	3,96%
Gasóleo	182 090,28	3,32%
Outros bens	178 302,24	3,25%
Outros serviços	1 700 820,06	31,03%
Encargos das instalações	438 263,04	8,00%
Outros trabalhos especializados	187 937,98	3,43%
Transportes	18 807,50	0,34%
Comunicações	115 008,91	2,10%
Sub-total	4 753 717,69	86,73%
Restantes bens e serviços	727 200,56	13,27%
Total de aquisição de bens	5 480 918,25	100,00%

2.4.1.3 Juros e outros encargos

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Juros de empréstimos de médio e longo prazos	175 920,00	172 949,38	172 948,38	0,00
Juros de locação financeira	3 552,00	1 881,43	1 881,43	0,00
Outros juros	89 500,00	87 573,59	46 848,06	36 855,54
Outros encargos financeiros	55 600,00	54 868,84	54 852,04	0,00
Total de "Juros e outros encargos"	324 572,00	317 273,24	276 529,91	36 855,54

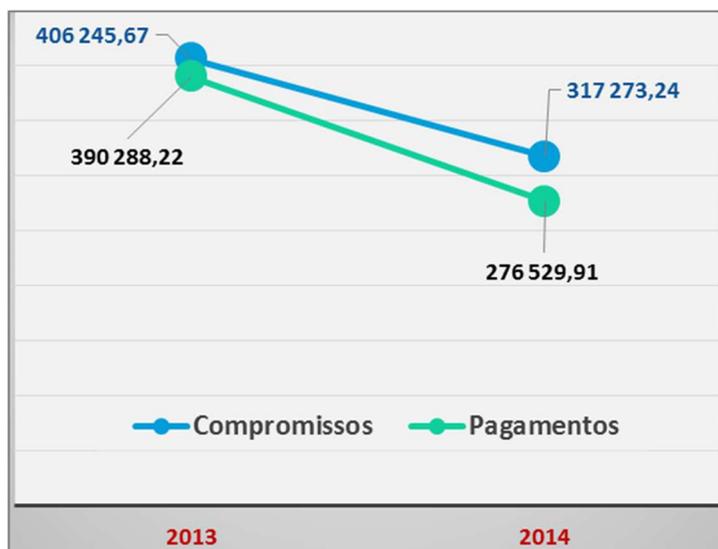
Durante o ano de 2014 foram efetuados pagamentos de juros e outros encargos financeiros no valor de 276.529,91 €, existindo em dívida 36.855,54 €.

Os compromissos assumidos, tiveram a seguinte repartição:



Relativamente à evolução dos compromissos e dos pagamentos nos anos de 2013 e 2014, foi a seguinte:

Designação	2013	2014	Variação
Compromissos	406 245,67	317 273,24	-21,90%
Pagamentos	390 288,22	276 529,91	-29,15%



Análise mais pormenorizada:

Juro de empréstimos bancários de médio e longo prazo – refere-se aos juros suportados com os empréstimos contratados, tendo-se pago 172.948,38 €. (vd. a este respeito o ponto “8.3.6.1 - mapa dos empréstimos”)

Relativamente ao ano anterior, pagou-se mais 11,35 % de juros com empréstimos.

Designação	2013	2014	Variação
Juros de empréstimos de médio e longo prazos	155 322,25	172 948,38	11,35%

- Outros juros – diz respeito a juros debitados por fornecedores. Verificou-se um decréscimo assinalável desta rubrica, devido aos pagamentos efetuados em 2013 através do empréstimo PAEL.

Designação	2013	2014	Variação
Outros juros	163 864,58	46 848,06	-71,41%

Juros de locação financeira – Dizem respeito a juros referentes a contratos de locação financeira, tendo sido pagos 1.881,43 €, ou seja menos 61,73 % do que no ano anterior.

Designação	2013	2014	Variação
Juros de locação financeira	4 915,73	1 881,43	-61,73%

No final de 2014 apenas existiam os seguintes contratos de locação financeira em divida:

- Aquisição de 2 Mini Autocarros (22.466,03 €);
- Gabinete de Consultadoria Jurídica (12.317,03 €)

No total encontrava-se em divida 34.783,06 €

Outros encargos financeiros – inclui diversos encargos com instituições financeiras, como por exemplo TPA – Terminais de Pagamento Automático, despesas de empréstimos (não juros) e ainda juros de mora por negociação de dívidas com fornecedores.

Designação	2013	2014	Variação
Outros encargos financeiros	66 185,66	54 852,04	-17,12%

Relativamente ao ano anterior, houve um decréscimo nos pagamentos de 17,12 %.

2.4.1.4 Transferências correntes

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.

Ver mapas no ponto 8.3.4.

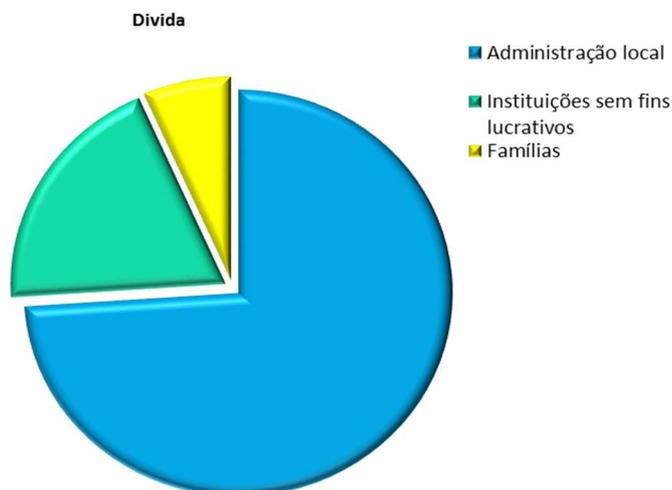
Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Divida
Administração local	219 044,00	190 932,43	160 317,62	22 124,96
Instituições sem fins lucrativos	122 943,00	119 240,70	112 713,20	5 815,00
Famílias	67 512,00	67 377,32	65 397,32	1 980,00
Socied. e quase sociedades não financ.	1,00	0,00	0,00	0,00
Administração central	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de "transferências correntes"	409 500,00	377 550,45	338 428,14	29 919,96

Na rubrica **transferências correntes** foram efetuados pagamentos no valor de 338.428,14 €, estando em divida no final do exercício 29.919,86 €.

No que respeita a **Administração local** a divida refere-se a quotizações e projetos ao CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), à freguesia de Nossa Senhora de Fátima relativa a contratos de execução e ao Município de T. Novas (Canil Intermunicipal).

A verba de 1.980,00 € refere-se à Encoprof.

As transferências para instituições sem fins lucrativos abrangem as coletividades (desportivas, culturais, ...), cujo detalhe poderá ser visto no ponto 2.5.



Face ao ano anterior, os pagamentos tiveram uma redução geral de 39,90%, onde mais uma vez, se fez sentir o efeito PAEL.

Designação	2013	2014	Variação
Instituições sem fins lucrativos	182 891,78	112 713,20	-38,37%
Administração local	343 077,87	160 317,62	-53,27%
Famílias	37 145,95	65 397,32	76,06%
Total "Pagamentos"	563 115,60	338 428,14	-39,90%

2.4.1.5 Subsídios

Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

O município do Entroncamento não possui participações em empresas como as tipificadas, pelo que o movimento é nulo.

2.4.1.6 Outras despesas correntes

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Outras restituições	100 325,00	99 656,19	99 656,19	0,00
Outras despesas correntes	21 926,00	21 176,19	18 093,74	2 405,81
Total de "outras despesas correntes"	122 251,00	120 832,38	117 749,93	2 405,81

As despesas registadas em 2014 dizem respeito a:

- **Restituições:** Refere-se às restituições de IMI e IMT feitos às finanças por reclamações de contribuintes (num processo que é gerido pelo fisco), a pagamentos em duplicado feitos por parte de alguns contribuintes de faturação de água (ao balcão e por Multibanco), a restituições de publicidade e ocupação da via pública por via da isenção concedida aos agentes económicos.

- **Outras**

O valor pago refere-se a despesas de condomínio, emolumentos notariais, emissão de certidões, inscrição em seminários/congressos, quotizações diversas e um grande número de despesas diversificadas não enquadráveis nas rubricas anteriores.

2.4.2. Despesas de capital**2.4.2.1 Aquisição de bens de capital**

As despesas de capital agrupam as despesas de investimento feitas pelo município.

Da verba prevista para investimento, o município comprometeu 70,39 %, dos quais 87,91 % foram faturados pelos fornecedores. Destes, o município pagou 4.154.853,07 € (77,62%). No final do ano encontravam-se em dívida 1.198.122,67 €.

Análise pormenorizada no ponto 2.6. Avaliação da execução do PPI.

Designação	Dotação	Compromisso	Faturado	Pago	Dívida	Execução
Escolas	3 215 210,00	3 089 597,98	2 663 725,95	2 043 842,88	619 883,07	63,6%
Equipamento de informática	307 949,00	294 131,22	284 253,09	197 304,79	86 948,30	64,1%
Outros - Construções diversas	120 001,00	82 179,16	82 179,16	82 179,16	0,00	68,5%
Equipamento administrativo	177 855,00	119 293,46	119 114,46	51 490,89	67 623,57	29,0%
Software informático	114 124,00	89 161,54	89 161,54	40 293,99	48 867,55	35,3%
Instalações desportivas e recreativas	39 946,00	32 642,34	30 661,85	28 290,07	2 371,78	70,8%
Outros investimentos	193 821,00	135 155,11	55 512,61	24 375,77	31 136,84	12,6%
Terrenos	17 713,00	12 712,30	12 712,30	12 712,30	0,00	71,8%
Outros edifícios	26 365,00	11 893,42	11 893,42	11 893,42	0,00	45,1%
Equipamento de recolha de resíduos	15 665,00	13 596,16	10 317,59	10 317,59	0,00	65,9%
Material de transporte	11 430,00	9 550,17	9 550,17	6 515,49	3 034,68	57,0%
Outro - Equipamento básico	32 325,00	9 259,35	8 581,73	6 165,32	2 416,41	19,1%
Instalações de serviços	13 140,00	4 217,55	4 217,55	3 346,09	871,46	25,5%
Parques e jardins	18 010,00	2 544,00	2 544,00	2 544,00	0,00	14,1%
Ferramentas e utensílios	16 000,00	2 340,46	2 340,46	1 919,18	421,28	12,0%
Instalações desportivas e recreativas	19 915,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Mercados e instalações de fiscalização sanitária	3 340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Cemitérios	3 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Investimentos incorpóreos	28 945,00	5 104,50	5 104,50	0,00	5 104,50	0,0%
Total " Investimentos"	4 375 254,00	3 913 378,72	3 391 870,38	2 523 190,94	868 679,44	57,7%

Material de transporte	35 563,00	34 111,79	34 111,79	34 111,79	0,00	95,9%
Edifícios	8 733,00	8 465,10	8 465,10	8 465,10	0,00	96,9%
Maquinaria e equipamento	10 125,00	6 991,85	6 991,85	6 991,85	0,00	69,1%
Total " Investimentos - locação financeira"	54 421,00	49 568,74	49 568,74	49 568,74	0,00	91,1%

Escolas	1 799 147,00	1 480 902,98	1 462 373,47	1 457 004,52	5 368,95	81,0%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	2 339 487,00	597 395,66	405 679,59	90 190,48	315 489,11	3,9%
Parques e jardins	50 916,00	27 379,76	27 379,76	27 379,76	0,00	53,8%
Captação e distribuição de água	13 900,00	11 561,72	10 115,98	6 797,85	3 318,13	48,9%
Sinalização e trânsito	7 405,00	4 241,33	4 177,33	720,78	3 456,55	9,7%
Instalações de serviços	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Sistemas de drenagem de águas residuais	3 080,00	2 546,03	1 810,49	0,00	1 810,49	0,0%
Iluminação pública	4 750,00	1 926,80	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total "Bens de domínio público"	4 220 185,00	2 125 954,28	1 911 536,62	1 582 093,39	329 443,23	37,5%

Total de "Aquisição de bens de capital"	8 649 860,00	6 088 901,74	5 352 975,74	4 154 853,07	1 198 122,67	48,0%
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	--------------

70,39%

87,91%

77,62%

2.4.2.2 Transferências de capital

As transferências que se integram neste agrupamento económico revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades receptoras.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Divida
Administração local - Associações de municípios	8 815,00	995,40	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	2 852,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades (...) não financeiras - Públicas	3,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades (...) não financeiras - Privadas	1,00	0,00	0,00	0,00
Administração local - Municípios	1,00	0,00	0,00	0,00
Administração local - Freguesias	1,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	1,00	0,00	0,00	0,00
Total de " Transferências de capital"	11 674,00	995,40	0,00	0,00

No decurso do ano de 2014 não foram efetuadas transferências de capital.

As estimativas feitas em sede de orçamento tinham a seguinte composição:

Administração local - Associações de municípios		
Designação	Dotação €	Compromisso €
Médio Tejo - Gestão em SIG (Operação)	860,00	0,00
Médio Tejo - Gestão em SIG (Outros projetos)	3 945,00	0,00
Médio Tejo On-Line	970,00	0,00
Modernização Administrativa	1 855,00	0,00
Riscos Naturais no Médio Tejo - Aquisição de EPI	1 185,00	995,40
Total 08.05.01.04	8 815,00	995,40

Instituições sem fins lucrativos		
Designação	Dotação €	Compromisso €
Apoio ao Associativismo - cultural	2 750,00	0,00
Apoio ao Associativismo - desportivo/pontuais	100,00	0,00
Apoio ao Associativismo - bombeiros	1,00	0,00
Apoio ao Associativismo - desportivo/permanente	1,00	0,00
Total 08.07.	2 852,00	0,00

2.4.2.3. Passivos financeiros

Este agrupamento económico compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos.

No ano de 2014 foi paga a importância de 1.061.927,40 € referente à amortização dos empréstimos bancários que o município detém junto da banca.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Empréstimos a médio e longo prazos	1 085 900,00	1 061 928,40	1 061 927,40	0,00
Total	1 085 900,00	1 061 928,40	1 061 927,40	0,00

Designação	Valor Pago
Const. de Hab. Social para Arrendamento - INH	30.285,73
Const. de Hab. Social para Arrendamento - CGD	13.030,40
Investimento Municipal	129.778,82
Saneamento Financeiro	124.412,77
Zona Industrial 2ª Fase	22.984,75
Saneamento Financeiro	52.682,56
Jardim-de-infância Norte	15.324,93
Financ. Diversos Investimentos	158.272,66
PREDE - CGD	39.065,52
Req. de Espaços Públicos do Concelho	6.900,00
Saneamento Básico do Conc.-1ª fase	10.248,00
Proj. de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00
Pavilhão Polidesp.-2ª fase-Cobertura	5.760,00
Req.Urb. Zona Env.Mercado Municipal	73.416,00
Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00
Recinto Multi-usos ao Ar Livre	37.531,05
Escola Básica António Gedeão	67.577,99
PREDE - DGTF	18.739,20
PAEL - Prog. Apoio à Economia Local	229.733,02
TOTAL	1.061.927,40

Os valores pagos constam do mapa anexo 8.3.6.1 – Empréstimos que segue em anexo ao presente Relatório.

2.5. Avaliação da execução das AMR

O mapa de execução das **Atividades Mais Relevantes** encontra-se em anexo, ponto 9.2.2.

Obj	Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Divida	Grau de execução
01	Comunicação	8 965,00	7 003,10	2 716,55	4 286,55	30,30%
	Proteção civil e ordem pública	27 401,00	27 400,00	27 400,00	0,00	100,00%
	Total do Objetivo 1 - Funções gerais	36 366,00	34 403,10	30 116,55	4 286,55	82,82%
02	Ensino não Superior - Atividades Diversas	107 695,00	105 922,67	80 595,67	15 375,72	74,84%
02	Serviços Auxiliares Educação	16 285,00	16 256,13	14 276,13	1 980,00	87,66%
02	Manifestações Culturais	105 154,00	99 143,41	90 424,96	6 507,62	85,99%
02	Entidades com Atividades Culturais-Apoios Pontuais	7 350,00	3 430,00	2 417,50	300,00	32,89%
02	Entidades com Atividades Culturais - Apoios Permanentes	13 155,00	11 290,00	8 340,00	2 950,00	63,40%
02	Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Pontuais	5 066,00	4 965,70	4 965,70	0,00	98,02%
02	Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Permanentes	74 332,00	73 755,00	71 190,00	2 565,00	95,77%
02	Outras Ativ.Civicas/Religiosas	16 171,00	16 170,00	16 170,00	0,00	99,99%
02	Eventos Culturais	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02	Manifestações Desportivas	12 400,00	8 065,63	6 034,37	84,00	48,66%
02	Biblioteca - Atividades Diversas	2 805,00	1 682,25	832,25	850,00	29,67%
02	Museu Nacional Ferroviário	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02	Saúde	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02	Centro de Convívio - Diversas Atividades	4 391,00	555,59	555,59	0,00	12,65%
02	Ação Social - Atividades a Desenvolver	51 020,00	41 340,33	33 321,53	7 560,87	65,31%
02	Ação Social	9 000,00	9 000,00	9 000,00	0,00	100,00%
02	Geminação	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02	Freguesias	43 200,00	30 931,29	17 427,94	5 819,99	40,34%
	Total do Objetivo 2 - Funções sociais	468 579,00	422 508,00	355 551,64	43 993,20	75,88%
03	Turismo - Atividades Diversas	1 668,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
03	Comércio	1 965,00	544,40	200,00	0,00	10,18%
	Total do Objetivo 3 - Funções económicas	3 633,00	544,40	200,00	0,00	5,51%
04	Empréstimos Bancários	1 226 720,00	1 222 318,40	1 222 316,40	0,00	99,64%
04	Comunidade Urbana do Médio Tejo	70 500,00	56 611,06	42 073,95	12 735,22	59,68%
04	Juventude - Atividades Diversas	1 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 4 - Outras funções	1 298 320,00	1 278 929,46	1 264 390,35	12 735,22	97,39%
Total das AMR		1 806 898,00	1 736 384,96	1 650 258,54	61 014,97	91,33%
		84,37%				

Foram efetuadas previsões em sede de orçamento para Atividades Mais Relevantes no valor de 1.806.898,00 €.

No decurso do ano foram comprometidos 1.736.384,96 € (84,37 %) e pagos 1.650.258,54 € o que se traduziu num grau de execução de 91,33 %.

Ver detalhes nos mapas do ponto 9.2.2

Evolução no período 2010-2014

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Objectivo 1 - Funções gerais	27 000,00	18 000,00	34 462,17	43 467,98	30 116,55
Objetivo 2 - Funções sociais	708 862,95	549 545,78	603 513,38	806 940,77	355 551,64
Objetivo 3 - Funções económicas	0,00	0,00	456,00	6 780,72	200,00
Objetivo 4 - Outras funções	1 149 983,53	1 036 092,11	946 406,69	1 481 934,62	1 264 390,35

Relativamente ao ano anterior, assiste-se à redução da despesa paga em todos os objetivos, visto que, como já referido antes, em 2013 existiu um aumento de disponibilidades oriundo do PAEL.

Dos pagamentos efetuados, a maior parte (74,07 %) foi destinada ao serviço da dívida (amortização de empréstimos e pagamento de juros).

Designação	Pago	Peso no total pago
Empréstimos Bancários	1 222 316,40	74,07%
Manifestações Culturais	90 424,96	5,48%
Ensino não Superior - Atividades Diversas	80 595,67	4,88%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Permanentes	71 190,00	4,31%
Comunidade Urbana do Médio Tejo	42 073,95	2,55%
Ação Social - Atividades a Desenvolver	33 321,53	2,02%
Proteção civil e ordem pública	27 400,00	1,66%
Freguesias	17 427,94	1,06%
Outras Ativ.Cívicas/Religiosas	16 170,00	0,98%
Serviços Auxiliares Educação	14 276,13	0,87%
Ação Social	9 000,00	0,55%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Permanentes	8 340,00	0,51%
Manifestações Desportivas	6 034,37	0,37%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Pontuais	4 965,70	0,30%
Comunicação	2 716,55	0,16%
Entidades com Atividades Culturais-Apoios Pontuais	2 417,50	0,15%
Biblioteca - Atividades Diversas	832,25	0,05%
Centro de Convívio - Diversas Atividades	555,59	0,03%
Comércio	200,00	0,01%
TOTAL DAS AMR	1 650 258,54	100,00%

Quanto às atividades propriamente ditas, passemos à análise setorial dos respetivos pagamentos:

Cultura

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo município		90 424,96	89,37%
Festas da Cidade	69 250,92		68,44%
Aniversário do Concelho	712,18		0,70%
Iluminação de Natal	4 981,50		4,92%
Comemorações do 25 de Abril	247,86		0,24%
Divulgação de eventos	2 611,04		2,58%
Outras atividades culturais	10 501,65		10,38%
Atividades Infantis	2 110,91		2,09%
Galeria Municipal - Materiais diversos	8,90		0,01%
Apoios financeiros a entidades		10 757,50	10,63%
Apoios pontuais		2 417,50	2,39%
Apoio ao Associativismo	280,00		0,28%
Teatro - Comp ^a . T. Pouca Terra	2 137,50		2,11%
Apoios permanentes		8 340,00	8,24%
Associação Filarmónica Cultural Entroncamento	4 275,00		4,23%
Companhia de Teatro Poucaterra	3 465,00		3,42%
Trendirivir	600,00		0,59%
Total "manifestações culturais"		101 182,46	100,00%

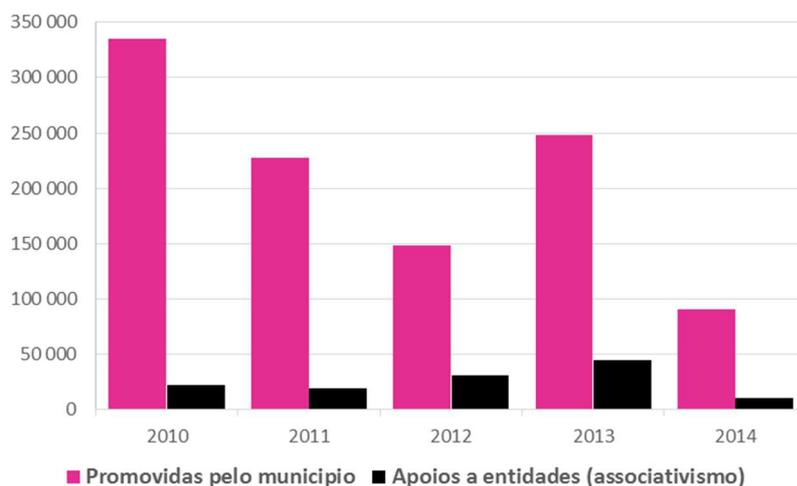
Da despesa feita nesta área, 90.424,29 € (89,37%) foram gastos em atividades realizadas pelo município e 10.757,50 € (10,63%) foram destinados a apoios a entidades.

Relativamente às primeiras, sobressaem as “Festas da Cidade” com uma despesa de 69.250,92 € (68,44 % do total da despesa).

Após a tendência decrescente iniciada em 2011, com o volume mais baixo

em 2012, a despesa voltou a subir em 2013, pelas razões já explanadas, culminando em 2014 com o valor mais baixo deste período de 5 anos.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Promovidas pelo município	334 840,58	227 140,10	148 583,47	248 383,37	90 424,96
Apoios a entidades (associativismo)	22 725,00	19 069,30	30 895,83	44 778,37	10 757,50



Desporto

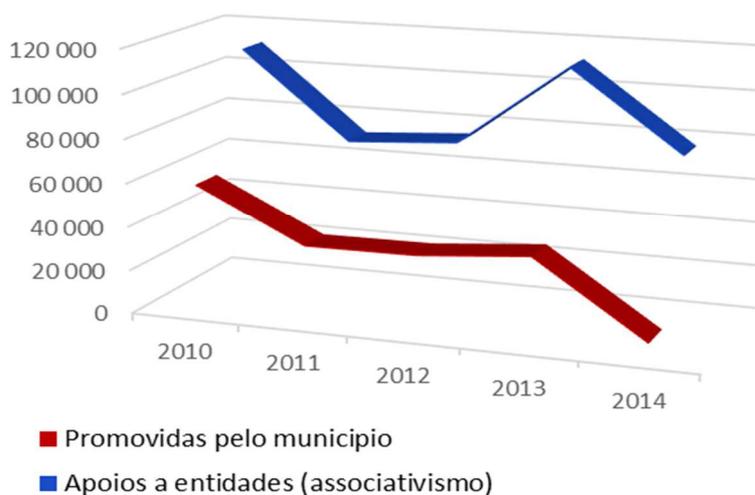
Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo município		6 034,37	7,34%
Diversas Ativ.Municipais(Férias Desportivas. Centro Mun.Marcha,Ent.Ativo)	1 886,92		2,30%
Férias Desportivas	4 147,45		5,05%
Apoios financeiros a entidades		76 155,70	92,66%
Apoios pontuais		4 965,70	6,04%
Apoio ao Associativismo	4 965,70		6,04%
Apoios permanentes		71 190,00	0,00%
Clube Amador Desportos Entroncamento	17 325,00		21,08%
Clube Amadores Pesca Entroncamento	1 185,00		1,44%
Clube Lazer Aventura e Competição	17 325,00		21,08%
Corpo Nacional Escutas	2 865,00		3,49%
Grupo 84.º Escoteiros Portugal	3 705,00		4,51%
Grupo Recreativo 1.º Outubro de 1911	4 350,00		5,29%
União Futebol Entroncamento	19 635,00		23,89%
Casa do Benfica no Entroncamento	4 800,00		5,84%
Total "manifestações desportivas"		82 190,07	100,00%

A atividade desportiva é maioritariamente desenvolvida pelos clubes e associações, daí que, ao invés das atividades culturais, no desporto as participações assumam valores superiores aos encargos suportados diretamente pela autarquia.

No total, o município suportou despesas no valor de 82.190,07 €, dos quais 92,66 % foram encaminhados para o associativismo.

A trajetória seguida neste período foi algo semelhante à reportada no grupo anterior, tendo em 2014 um decréscimo substancial, representado o menor valor de despesa desde 2010.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Promovidas pelo município	58 051,73	34 397,30	34 744,88	39 014,97	6 034,37
Apoios a entidades (associativismo)	110 830,00	71 318,50	74 450,00	111 703,41	76 155,70
Total	168 881,73	105 715,80	109 194,88	150 718,38	82 190,07

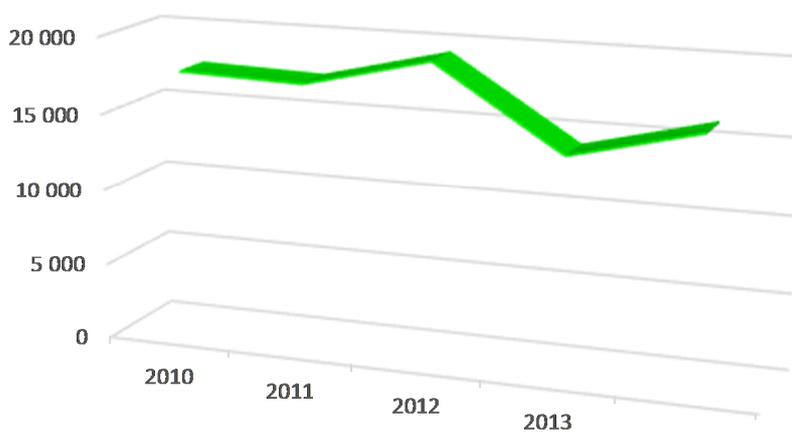


Atividades cívicas e religiosas

Designação	Pago	
	Valor	%
Fabrica Igreja Paroquial Sagrada Família Entroncamento	9 000,00	55,66%
Conferência S. João Batista	600,00	3,71%
Fábrica Igreja Nossa Senhora Fátima	6 000,00	37,11%
Liga dos Combatentes	570,00	3,53%
Total "Atividades cívicas e religiosas"	16 170,00	100,00%

Os apoios às atividades cívicas e religiosas, vêm revelando alguma oscilação tendo em 2014 sido pago o valor de 16.170,00 € significando um incremento da despesa face ao ano anterior.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Atividades cívicas e religiosas	17 600,00	17 350,00	19 350,00	14 100,00	16 170,00



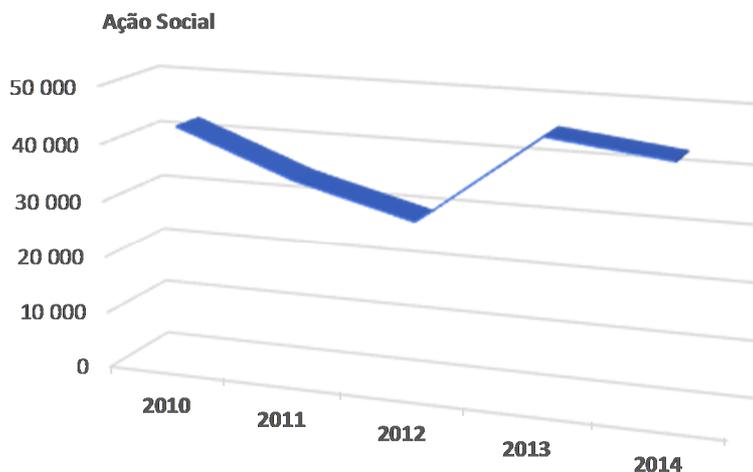
Ação social

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo município		33 877,12	100,00%
Cartão Entroncamento Solidário (Apoio às Famílias)	16 820,00		49,65%
Dia Municipal do Idoso (Almoço)	7 929,99		23,41%
Cabazes de Natal - Oferta	4 797,00		14,16%
Projeto Lar em Segurança	3 458,25		10,21%
Diversas Atividades de Animação	436,62		1,29%
Programa Reviver - Festa de Natal	166,29		0,49%
Dia Municipal do Idoso - Animação	150,00		0,44%
Marchas Populares (Aquisições)	73,97		0,22%
Marchas Populares (Músicos)	45,00		0,13%
Apoios financeiros a entidades		9 000,00	100,00%
Apoio ao Cere	9 000,00		100,00%
Total "ação social"		42 877,12	

As atividades levadas a cabo diretamente pelo município originaram despesas de 33.877,12 € ao que acresce o apoio pago ao CERE no valor de 9.000 €.

Fazendo uma retrospectiva relativa aos anos anteriores, assiste-se a um acréscimo dos pagamentos, após a quebra verificada em 2012.

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Ação Social	42 575,74	34 733,34	29 397,75	45 343,14	42 877,12



Juventude

Em 2014 não foram efetuados pagamentos nesta área.

Situação em 2013:

Designação	Pago	
	Valor	%
Semana da Juventude	7 500,00	55,76%
Concurso Nacional de Bandas	5 227,50	38,87%
Atividades Diversas	722,50	5,37%
Total "Juventude"	13 450,00	100,00%

Freguesias

Designação	Pago	
	Valor	%
Freguesia N.S.F. - Contrato de Execução (Limpeza Urbana)	5 263,14	30,20%
Freguesia S.J.B. - Contrato de Execução (Limpeza Urbana)	10 109,91	58,01%
Freguesia N.S.F. - Contrato de Execução de Coesão Social	627,27	3,60%
Freguesia S.J.B. - Contrato de Execução de Coesão Social	1 427,62	8,19%
Total "Transferências para Freguesias"	17 427,94	100,00%

No âmbito dos protocolos estabelecidos com as freguesias, o município suportou despesas de 17.427,94 €.

Situação em 2013:

Designação	Pago	
	Valor	%
Protocolo Limpeza Urbana - Freguesias N.S.F.	34 222,28	37,88%
Protocolo com Freguesia S.J.B.	33 613,73	37,21%
Conservação e Reparação de Habitação Social	22 500,00	24,91%
Total "Transferências para Freguesias"	90 336,01	100,00%

2.6. Avaliação da execução do PPI. Integração dos investimentos executados por objetivo e programa.

O investimento municipal encontra-se relacionado no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o seu nível de realização é dado pelo mapa “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” em anexo, ponto 9.2.1.

No mapa apresenta-se o PPI resumido por programas dentro do próprio objetivo.

Obj	Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
01	PROG. 1-Serv. Gerais Adm. Pub./Administração Geral - Edifícios	42 961,00	24 576,07	23 704,61	871,46	55,18%
	PROG. 2-Serv. Gerais Adm. Pub./Administração Geral - Equip.	241 114,00	199 413,53	103 795,54	82 647,60	43,05%
	PROG. 3-Seg.Ordem Púb./Prot.Civil Ordem Públicas	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 1 - Funções gerais	284 077,00	223 989,60	127 500,15	83 519,06	44,88%
02	PROG. 1-Educação - Ensino não Superior	5 579 799,00	5 027 572,52	3 722 891,84	780 636,64	66,72%
	PROG. 3-Ordenamento do Território	28 945,00	5 104,50	0,00	5 104,50	0,00%
	PROG. 4- Habitação e Serviços Colectivos - Saneamento	7 080,00	3 031,34	0,00	2 295,80	0,00%
	PROG. 5-Serv. Colectivos e Habitação - Abast. de Água	22 400,00	17 437,67	10 217,25	5 249,23	45,61%
	PROG. 6-Serv. Colectivos e Habitação - Resíduos Sólidos	7 870,00	2 461,09	2 095,78	0,00	26,63%
	PROG.8-Hab. Serv. Col. / Prot. Meio Amb. C. Nat. - Cemitério	10 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG.9-Hab. Serv. Col. / Prot. Meio Amb. C. Nat.-Esp. Verdes	227 858,00	136 478,69	136 478,69	0,00	59,90%
	PROG.10-Serv. Cult., Recreat. e Relig. / Cultura	3 150,00	148,56	148,56	0,00	4,72%
	PROG.11-Serv. Cult., Rec. e Relig. / Cine-Teatro S. João	19 915,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG.12-Serv. Cult., Recreat. e Relig. / Biblioteca	6 150,00	793,13	640,96	0,00	10,42%
	PROG.14- Serv. Cul. Rec. Rel./Desp., Rec e Lazer - Piscina	36 080,00	31 926,62	28 947,55	2 371,78	80,23%
	PROG.15-Serv. Cul. Rec. Rel./Desp., Rec. e Lazer - Pavilhões	5 571,00	352,40	352,40	0,00	6,33%
	PROG.16-Serv. Cul. Rec. Rel./Desp., Rec. e Lazer - Rec. Desp.	14 910,00	1 877,39	504,19	0,00	3,38%
	Total do Objetivo 2 - Funções sociais	5 969 978,00	5 227 183,91	3 902 277,22	795 657,95	65,37%
03	PROG. 4-Industria e Energia - Iluminação Pública	4 750,00	1 926,80	0,00	0,00	0,00%
	PROG. 6-Industria e Energia -Zona Industrial	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG. 8-Transp.. Rodov. - R. Viária e Arruam. Municipais	2 372 309,00	630 042,53	122 837,35	315 489,11	5,18%
	PROG. 9-Transp. Rodov. - Ord. de Transito e Sinalização	8 905,00	4 241,33	720,78	3 456,55	8,09%
	PROG. 13-Comercio e Turismo - Mercados e Feiras	7 840,00	1 517,57	1 517,57	0,00	19,36%
	PROG. 14-Comercio e Turismo -Turismo	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total do Objetivo 3 - Funções económicas	2 395 805,00	637 728,23	125 075,70	318 945,66	5,22%	
Total do PPI	8 649 860,00	6 088 901,74	4 154 853,07	1 198 122,67	48,03%	
		70,39%	68,24%			

O PPI teve um índice de execução de 48,03 %.

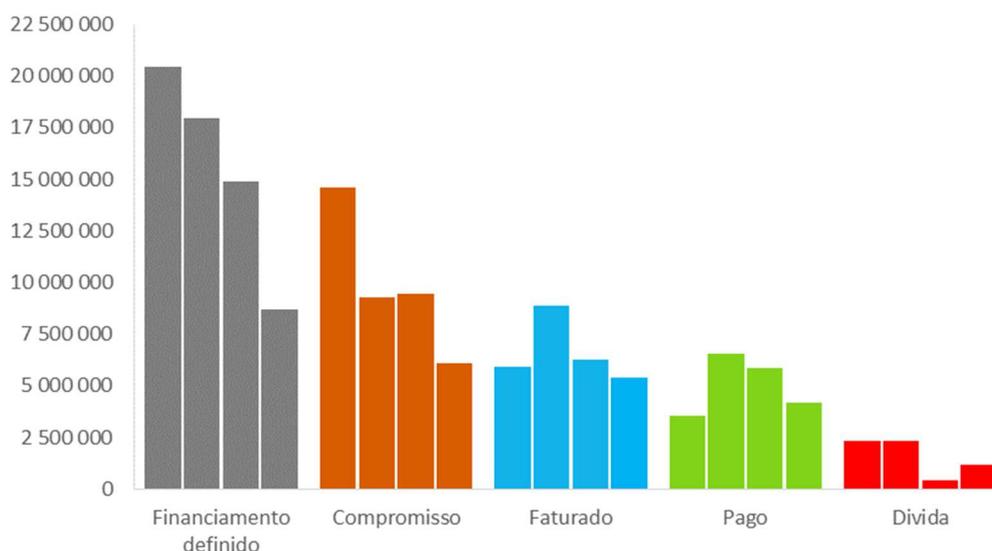
Os compromissos assumidos representaram 70,39 % das dotações, tendo sido pagos 68,24 % desses mesmos compromissos.

Evolução face aos anos anteriores:

Ano	Financiamento definido	Compromisso	Faturado	Pago	Divida
2011	20 448 302,00	14 607 982,44	5 872 546,43	3 549 064,61	2 323 481,82
2012	17 935 163,00	9 296 426,90	8 871 146,24	6 525 038,74	2 346 107,50
2013	14 893 751,00	9 460 541,77	6 227 868,76	5 828 121,19	399 747,57
2014	8 649 860,00	6 088 901,74	5 352 975,74	4 154 853,07	1 198 122,67

variação					
2014/2013	-41,9%	-35,6%	-14,0%	-28,7%	199,7%

Evolução gráfica 2011-2014



Comparando os anos em análise, verificam-se diferenças de algum significado, caracterizadas pelo decréscimo generalizado nas rubricas ao longo do tempo.

O principal destaque vai para a alteração nos valores estabelecidos em sede de orçamento, patente na rubrica **financiamento definido**, em que a estimativa orçamental de 2013 para 2014 conheceu um decréscimo de 41,9 %.

Esta é a base a partir da qual se entra num processo de tendencial solidificação e equilíbrio orçamental, visto que os valores patenteados nas rubricas subsequentes, superiormente tuteladas pela anterior, contribuem para imprimir uma gestão mais rigorosa na autarquia, tendo presente que a área das despesas de capital é aquela que acarreta movimentos de maior vulto geradores de maiores responsabilidades financeiras.

Excetua-se a situação da **divida**, que registou um aumento de alguma dimensão relativa face ao ano anterior (199,7%), ao que não será porventura alheia a factualidade da contração do empréstimo ao abrigo do PAEL ocorrida em 2013.

Os projetos que de seguida se referem podem ser vistos em pormenor no mapa em anexo denominado “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos”.

2.6.1. Objetivo 1 – Funções Gerais

Enquadram-se neste objetivo os programas relativos à gestão e equipamento dos serviços da autarquia, designadamente seus edifícios, instalações de serviços e viaturas.

Obj	Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Divida	Grau de execução
01	PROG. 1-Serv. Gerais Adm. Pub./Administração Geral - Edifícios	42 961,00	24 576,07	23 704,61	871,46	55,18%
	PROG. 2-Serv. Gerais Adm. Pub./Administração Geral - Equip.	241 114,00	199 413,53	103 795,54	82 647,60	43,05%
	PROG. 3-Seg.Ordem Púb./Prot.Civil Ordem Públicas	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 1 - Funções gerais	284 077,00	223 989,60	127 500,15	83 519,06	44,88%

No objetivo 01, o programa 1 foi o que apresentou um maior grau de execução, com 55,18 %. Contudo, em termos absolutos, a maior parte das verbas (103.795,54 €) foi canalizada para pagamentos no programa 02.

As despesas foram efetuadas na modernização/conservação e reparação de edifícios e instalações municipais e ainda em maquinaria, equipamentos, viaturas e software.

2.6.2 Objetivo 2 – Funções sociais

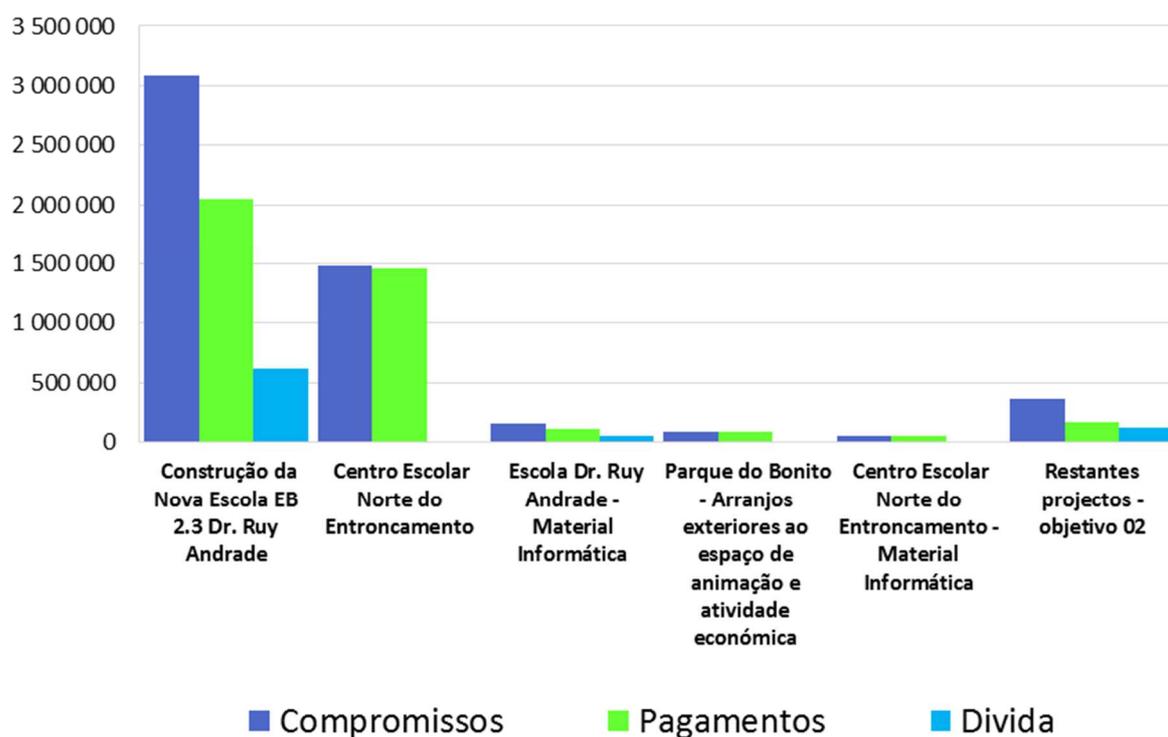
Englobam-se nestas funções os programas de investimento nas áreas do ensino, habitação, ordenamento do território, águas e saneamento, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, social, cultural, recreativa e desportiva.

O objetivo 2 apresenta um grau de execução de 65,37 %.

Obj	Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução	% pago
02	PROG. 1-Educação - Ensino não Superior	5 579 799,00	5 027 572,52	3 722 891,84	780 636,64	66,72%	95,40%
	PROG. 3-Ordenamento do Território	28 945,00	5 104,50	0,00	5 104,50	0,00%	0,00%
	PROG. 4- Habitação e Serviços Colectivos - Saneamento	7 080,00	3 031,34	0,00	2 295,80	0,00%	0,00%
	PROG. 5-Serv. Colectivos e Habitação - Abast. de Água	22 400,00	17 437,67	10 217,25	5 249,23	45,61%	0,26%
	PROG. 6-Serv. Colectivos e Habitação - Resíduos Sólidos	7 870,00	2 461,09	2 095,78	0,00	26,63%	0,05%
	PROG.8-Hab. Serv. Col. / Prot. Meio Amb. C. Nat. - Cemitério	10 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	PROG.9-Hab. Serv. Col. / Prot. Meio Amb. C. Nat. - Esp. Verdes	227 858,00	136 478,69	136 478,69	0,00	59,90%	3,50%
	PROG.10-Serv. Cult., Recreat. e Relig. / Cultura	3 150,00	148,56	148,56	0,00	4,72%	0,00%
	PROG.11-Serv. Cult., Rec. e Relig. / Cine-Teatro S. João	19 915,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	PROG.12-Serv. Cult., Recreat. e Relig. / Biblioteca	6 150,00	793,13	640,96	0,00	10,42%	0,02%
	PROG.14- Serv. Cul. Rec. Rel./Desp., Rec e Lazer - Piscina	36 080,00	31 926,62	28 947,55	2 371,78	80,23%	0,74%
	PROG.15-Serv. Cul. Rec. Rel./Desp., Rec. e Lazer - Pavilhões	5 571,00	352,40	352,40	0,00	6,33%	0,01%
	PROG.16-Serv. Cul. Rec. Rel./Desp., Rec. e Lazer - Rec. Desp.	14 910,00	1 877,39	504,19	0,00	3,38%	0,01%
	Total do Objetivo 2 - Funções sociais	5 969 978,00	5 227 183,91	3 902 277,22	795 657,95	65,37%	100,00%

Neste objetivo, a maior parte da despesa foi efetuada nos programas 1 e 9 sendo que 96% dos pagamentos foram efetuados nos seguintes projetos:

Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução	% pago
Construção da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy Andrade	3 213 710,00	3 089 597,98	2 043 842,88	619 883,07	63,60%	52%
Centro Escolar Norte do Entroncamento	1 790 350,00	1 477 609,87	1 453 711,41	5 368,95	81,20%	37%
Escola Dr. Ruy Andrade - Material Informática	159 500,00	158 325,74	104 899,53	53 426,21	65,77%	3%
Parque do Bonito - Arranjos exteriores ao espaço de animação e	120 000,00	82 179,16	82 179,16	0,00	68,48%	2%
Centro Escolar Norte do Entroncamento - Material Informática	51 305,00	50 934,94	50 934,94	0,00	99,28%	1%
Sub-total	5 334 865,00	4 858 647,69	3 735 567,92	678 678,23	70,02%	96%
Restantes projectos - objetivo 02	635 113,00	368 536,22	166 709,30	116 979,72	26,25%	4%
Total do objetivo	5 969 978,00	5 227 183,91	3 902 277,22	795 657,95	65,37%	100%



Deste conjunto de projetos, verificamos que o esforço do município se localizou mais concretamente na área da educação, com a construção da Escola Dr. Ruy d'Andrade e do Centro Escolar Norte, quer a nível da construção quer do seu apetrechamento com equipamentos informático.

2.6.3. Objetivo 3 – Funções Económicas

Neste objetivo enquadram-se os investimentos nas áreas de mercados e feiras, ordenamento de trânsito, rede viária e arruamentos municipais, zona industrial, infraestruturas elétricas, transportes rodoviários, industria e energia e turismo.

Neste objetivo, o grau de execução foi de 5,22 %, destacando-se o programa 8 que engloba as obras relativas à rede viária, arruamentos e passeios.

Obj	Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Divida	Grau de execução	% pago
03	PROG. 4-Industria e Energia - Iluminação Pública	4 750,00	1 926,80	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	PROG. 6-Industria e Energia - Zona Industrial	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	PROG. 8-Transp.. Rodov. - R. Viária e Arruam. Municipais	2 372 309,00	630 042,53	122 837,35	315 489,11	5,18%	98,21%
	PROG. 9-Transp. Rodov. - Ord. de Trânsito e Sinalização	8 905,00	4 241,33	720,78	3 456,55	8,09%	0,58%
	PROG. 13-Comercio e Turismo - Mercados e Feiras	7 840,00	1 517,57	1 517,57	0,00	19,36%	1,21%
	PROG. 14-Comercio e Turismo - Turismo	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total do Objectivo 3 - Funções económicas		2 395 805,00	637 728,23	125 075,70	318 945,66	5,22%	100,00%

Na verdade, as estimativas realizadas ficaram muito aquém das realizações, sendo de destacar os projetos componentes do programa 8:

Projetos	Dotação orçamental	Pago
Investimento obras municipais-construções diversas	171 168,00	0,00
Transportes urbanos-2ª. Fase	21 110,00	19 934,57
Investimentos municipais - construções diversas	1 000,00	0,00
Rede viária e arruamentos municipais	1 411 313,00	97 572,97
Melhoria das acessibilidades interconcelhias	767 718,00	5 329,81
Total	2 372 309,00	122 837,35

Deste, o mais importante é **Rede viária e arruamentos municipais**, cujas componentes são:

REDE VIÁRIA E ARRUAMENTOS MUNICIPAIS	Dotação orçamental	Pago
Cons. rede viária - Manutenção arruamentos, estacionamento e passeios	88 100,00	36 952,74
Aquisição de terrenos	12 713,00	12 712,30
Aquisição de pilaretes	500,00	0,00
Alargamento da Avenida das Forças Armadas	165 000,00	8 200,00
Requalificação dos acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal	350 000,00	16 500,00
Ciclovias - Freguesia Nossa Senhora Fátima	795 000,00	23 207,93
Total	1 411 313,00	97 572,97

As obras de maior valor (*Alargamento da Avenida das Forças Armadas, Requalificação dos acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal e Ciclovias - Freguesia Nossa Senhora Fátima*), tinham uma baixa realização no final de 2014 devido a contingências relacionadas com os procedimentos administrativos conexos (contratos, obtenção de financiamento, etc.), embora nesta data se encontrem em execução e se prevja a conclusão das mesmas no final do 1.º semestre de 2015.

Para terminar, relacionam-se os projetos que têm comparticipação financeira via Contrato-Programa e do FEDER e bem assim as verbas recebidas em 2014:

Projeto	Comparticipação	%
Construção Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade	364 991,50	100,0%
Total	364 991,50	100,0%

Projeto	Comparticipação	%
Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade	2 084 620,83	62,5%
Centro Escolar Norte e acessibilidades	1 116 610,68	33,5%
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal	37 215,81	1,1%
Médio Tejo Online	24 464,70	0,7%
Projeto Médio Tejo - Gestão em SIG	22 056,91	0,7%
Arranjos exteriores Rest.Bonito-Complementos	21 682,78	0,7%
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia	17 998,92	0,5%
Execução do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	8 513,00	0,3%
Total	3 333 163,63	100,0%

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Análise do balanço

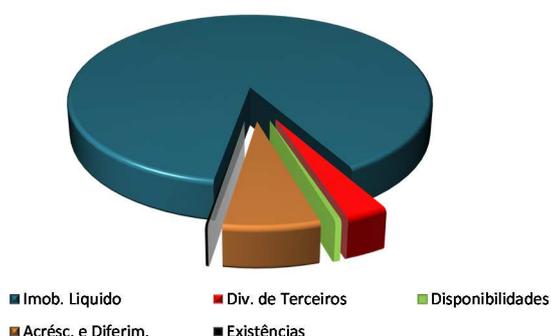
Do Balanço Analítico, (ponto 9.3), extraímos o seguinte quadro síntese:

BALANÇO À DATA DE 31-12-2014

Activo	Valor	%	Fundos próprios + passivo	Valor	%
Imobilizado líquido	52.283.650,51	88,8%	Fundos próprios	18.274.594,99	31,0%
Existências	115.105,26	0,2%	Passivo		
Dívidas de terceiros	1.893.251,80	3,2%	Prov. para Riscos e Encargos	555.724,04	0,9%
Disponibilidades	288.597,67	0,5%	Débitos m/l/ prazo	8.662.915,49	14,7%
Acréscimos e diferimentos	4.280.446,00	7,3%	Débitos curto prazo	4.155.449,46	7,1%
			Acréscimos e diferimentos	27.212.367,26	46,2%
TOTAL	58.861.051,24	100,0%	TOTAL	58.861.051,24	100,0%

Através da análise do quadro, verifica-se que a principal rubrica do balanço é o imobilizado líquido, a qual corresponde a 88,8 % do ativo.

Os acréscimos e diferimentos surgem de seguida representando 7,3 % do total do ativo. Nesta rubrica está contabilizado os proveitos de 2014 que o município apenas irá concretizar como receita em 2015. Exemplo destes proveitos é o IMI, o IRS e a derrama.



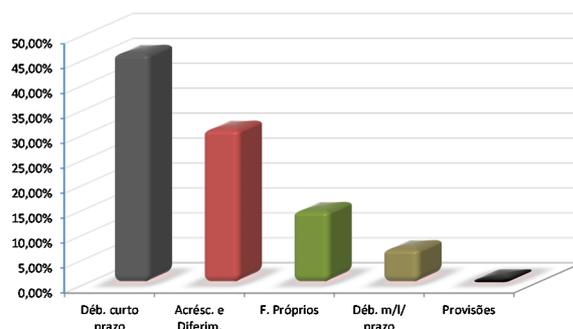
tesouraria.

No que diz respeito aos Fundos Próprios + Passivo, a distribuição é feita na razão de 31,0 % para os primeiros e de 69,0 % para o segundo.

No passivo, 46,2 % não constituem um passivo que se venha a traduzir em endividamento, uma vez que, em grande parte trata-se de subsídios ao investimento.

As dívidas de terceiros surgem de seguida representando 3,2 % do total do ativo.

Em relação às disponibilidades representam 0,5 % do total do ativo. Estão incluídos neste grupo os depósitos em instituições financeiras e caixa, bem como as aplicações de



3.1.1. Imobilizado

O **imobilizado**, reparte-se por investimentos financeiros (participações no capital de empresas), imobilizações corpóreas (móveis, imóveis e veículos), incorpóreas (projetos, software), imobilizações em curso (obras que o município tem em desenvolvimento) e bens do domínio público, no qual consideramos os bens de domínio público que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, designadamente bibliotecas, escolas primárias e pré-primárias, a cargo da autarquia, museus, cemitérios, muros, silos, parques, albufeiras, canais, estradas e arruamentos, caminhos, redes de saneamento, redes de distribuição de água, praças e jardins, redes de iluminação pública, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias e abrigos de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2014, o imobilizado bruto do município era de 78.818.458,24 € e as amortizações acumuladas eram de 26.534.807,73€

O valor líquido contabilístico dos bens (móveis, imóveis e veículos) era de 52.283.650,51 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
41	Investimentos financeiros	23.415,96	0,00	23.415,96	0,00
42	Imobilizações corpóreas	37.469.830,20	80.957,54	37.388.872,66	0,00
43	Imobilizações incorpóreas	879.996,44	0,00	879.996,44	0,00
44	Imobilizações em curso	11.146.559,76	3.369.539,81	7.777.019,95	0,00
45	Bens de domínio público	33.050.823,23	301.670,00	32.749.153,23	0,00
48	Amortizações acumuladas	0,00	26.534.807,73	0,00	26.534.807,73
Totais Gerais		82.570.625,59	30.286.975,08	78.818.458,24	26.534.807,73

Em 2014 na transferência de imobilizações em curso para imobilizações corpóreas destaca-se o encerramento contabilístico das seguintes empreitadas:

- Requalificação Jardim José Pereira Caldas
- Remodelação/Ampliação da Escola Básica da Zona Verde
- Arranjos Exteriores Restaurante Bonito
- Edifício de apoio Parque Verde Bonito - Casa Canoas
- Execução da laje sobre a Ribeira de Sta. Catarina - Alv. Pereira/Martim Freitas

As obras que se encontram em curso são as seguintes:

Designação	Valor
Remodelação do Cine -Teatro S. João	41.967,39
Esquadra da PSP e Posto de Atendimento	37.144,80
Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	79.112,19
Req.Urb.R.Elias Garcia(Cruz.R.Casal Melão M.Via)	134.771,01
Centro Escolar Norte	2.450.442,65
Escola EB 2,3 Dr.Ruy Andrade	5.026.329,29
Req.Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal	62.706,28
Alargamento Av.ª Forças Armadas	18.861,18
Execução de Ciclovias-Freg.n.ª Sra. Fátima	4.797,35
Imobilizações em curso bens de domínio público	7.697.907,76
Total de Imobilizações em Curso	7.777.019,95

Estas obras representavam 14,87 % do imobilizado líquido.

3.1.2. Existências

Quanto às **existências finais**, o seu valor cifra-se em 115.105,26 €.

RUBRICAS	MECADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	0,00	140.099,42	140.099,42
Compras	1.001.298,83	249.681,21	1.250.980,04
Regularização de existências	0,00	-45.969,71	-45.969,71
Existências finais	0,00	115.105,26	115.105,26
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	1.001.298,83	228.705,66	1.230.004,49

Mercadorias:

Água – refere-se à água adquirida às Aguas do Centro para posterior venda;

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Trata-se de bens destinados à produção que não incorporam materialmente nos produtos finais. Estes bens têm como destino diversos serviços municipais, tais como, Saneamento, Obras, Oficinas, Desporto, Jardins, Cemitério, Mercados, entre outros.

Junta-se de seguida quadro com valor das existências finais por hierarquia de material:

Designação	Valor
ÁGUAS	36.949,21
MATERIAL AUTO	12.399,40
ELECTRICIDADE	9.457,02
MATERIAL PARA JARDINS E REGA	8.811,10
ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO	8.285,81
SANEAMENTO - ESGOTOS	5.706,98
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	5.666,34
MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE	5.428,22
VESTUÁRIO, FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS USO PESSOAL	5.290,01
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	4.079,03
RESÍDUOS SÓLIDOS	2.663,78
ARRUAMENTOS E VIADUTOS (PAVIMENTAÇÃO)	2.604,80
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	2.544,18
MATERIAL PARA PINTURA	2.536,84
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	2.186,91
MATERIAL DIVERSO	208,35
PARAFUSOS, PORCAS, ANILHAS, BROCAS, BUCHAS	189,52
MATERIAL PARA CORTE E DE REBARBAR	97,76
TOTAL	115.105,26

3.1.3. Dívidas de terceiros.

No que respeita às dívidas de terceiros a curto prazo, estas totalizavam 1.893.251,80 €.

O elevado valor das dívidas de terceiros de curto prazo, deve-se sobretudo a:

- *O valor da água, saneamento e RSU faturado:*

- *Em novembro de 2014 que só será pago pelos utentes em janeiro de 2014*

- *Em dezembro de 2014 que só será pago pelos utentes em fevereiro de 2014*

- *Valor em dívida de várias entidades das quais se destacam:*

Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda – 171.638,50 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a ocupações da via pública.

Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública – 36.869,61 €

Natureza da dívida: Renda das instalações da PSP na Rua 5 de Outubro

Construções Vieira Mendes – 27.019,47 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a um auto de trabalhos a menos da empreitada Requalificação da Freguesia N. Sra. Fátima.

Estas 3 entidades representam 235.527,58 € o que significa 74,72 % do valor registado na conta 211 Clientes.

- *Contratos de Financiamento assinados com o Programa Operacional Regional do Centro (QREN), cujas verbas ainda não foram transferidas para o Município cuja relação se apresenta no quadro abaixo.*

DESCRIÇÃO	VALOR
Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy d'Andrade	162.853,91
Construção da Escola Básica Norte do Entroncamento	144.759,18
OP6 - Requalificação da Zona Desportiva Junto ao Parque do Bonito	110.457,92
Execução do Parque Verde do Bonito	82.082,46
OP3A - Requalificação do Espaço Público - Arruamentos, Largos e Praças Estruturantes	70.104,19
Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	68.965,80
OP5 - Req.Parq.Bonito - Construção de equipamento de apoio para a animação e actividade económica	40.530,02
SAMA - Candidatura Médio Tejo Online	27.027,45
OP4 - Rede Aberta Multi-Serviços	22.912,00
OP2 - Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho	21.594,28
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	13.714,79
OP1 - Requalificação Urbana da Praça da República	10.999,21
OP8 - Remodelação do Centro Cultural	7.419,60
Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento	6.007,21
SAMA - Candidatura Médio Tejo Online	4.077,45
OP3B - Requalificação do Espaço Público - Arruamentos, Largos e Praças Estruturantes	3.399,14
Remodelação do Centro de Convívio da 3ª Idade	3.099,73
OP7 - Remodelação do Edifício da Biblioteca - 1º Andar	2.147,21
OP14 - Gestão e monitorização da parceria	1.789,95
Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul	1.046,34
TOTAL - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	804.987,85

DESCRIÇÃO	VALOR
Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy d'Andrade - PIDDAC	25.580,00
TOTAL - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	25.580,00

TOTAL GERAL	830.567,85
--------------------	-------------------

Foi reforçada a provisão para cobranças duvidosas, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL que refere:

“O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.”

A provisão atual é de 230.751,42 €.

Estes valores são representados por dívidas de clientes (ligações de água, saneamento,...), de contribuintes e utentes (dividas de consumo de água e de saneamento/rsu, mercados, ...).

As provisões de 2014 foram constituídas/reforçadas com base nos seguintes elementos:

PROVISÃO PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS

31 DE DEZEMBRO 2014

Dívidas com mais de 6 meses e até 12 meses (50% restante)

(os 50 % anteriores foram provisionados em 31.12.2013)

Mês Fact.	Facturado em	Valor	Conh.	%	Provisão
ÁGUA	10/2012	27/11/2012			
	11/2012	23/12/2012			
	12/2012	25/01/2013			
	01/2013	25/02/2013			
	02/2013	25/03/2013			
	03/2013	24/04/2013			
			20.608,30	1020	Total (1)

Class. 2131

DÍVIDAS COM MAIS DE 12 MESES (100 %)

Mês Fact.	Facturado em	Valor	Conh.	%	Provisão
ÁGUA	04/2013	24/05/2013			
	05/2013	23/06/2013			
	06/2013	24/07/2013			
	07/2013	23/08/2013			
	08/2013	25/09/2013			
	09/2013	25/10/2013			
			21.819,50	941	Total (2)

Class. 2131

DÍVIDAS COM MAIS DE 6 MESES E ATÉ 12 MESES (50 %)

(Os 50 % restantes serão provisionados em 31.12.2015)

Mês Fact.	Facturado em	Valor	Conh.	%	Provisão
ÁGUA	10/2013	22/11/2013			
	11/2013	22/12/2013			
	12/2013	24/01/2014			
	01/2014	24/02/2014			
	02/2014	24/03/2014			
	03/2014	30/04/2014			
			18.476,70	761	Total (3)

Class. 2131

RENDAS E ALUGUERES

DÍVIDAS COM MAIS DE 6 MESES E ATÉ 12 MESES (50 %) restante

(Os 50 % anteriores foram provisionados em 31.12.2012)

(Débito mensal)

Mês Fact.	Débito em	Valor	Conh.	%	Provisão	
RENDAS	1-2-3-4-5-6	1-2-3-4-5-6	450,24	0	50%	225,12
	2013	2013	450,24	0	Total (6)	225,12

Total a provisionar (1)+(2)+(3)+(4)

(1)	10.304,15
(2)	21.819,50
(3)	9.238,35
(4)	225,12
	41.587,12

3.1.4. Disponibilidades e aplicações financeiras

Os valores em caixa e bancos eram:

Caixa – 12.005,69 €

Bancos – 276.591,98 €

Veja-se nas páginas seguintes o “*Resumo Diário de Tesouraria*” referente ao dia 31/12/2014:

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data	Nº Pág.
31/12/2014	1

Número	Ano
250	2014

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria		Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
CAIXA		9 066,97	251 996,77	261 063,74	249 058,05	12 005,69
FUNDOS DE MANEIO		5 120,00	0,00	5 120,00	5 120,00	0,00
BANCOS						
À ORDEM	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 00350282000000173018	86 466,17	38 966,47	125 432,64	35 421,97	90 010,67
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820000740103083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 00350282000014473049	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 00350282000014553074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820001879583035	347,08	10 602,99	10 950,07	0,00	10 950,07
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002089123017	1 198,66	0,00	1 198,66	0,00	1 198,66
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002097143076	2 824,25	261,48	3 085,73	14,23	3 071,50
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002341233098	914,28	0,00	914,28	0,00	914,28
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002752613008	63,11	0,00	63,11	0,00	63,11
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002526523080	1 213,72	0,00	1 213,72	0,00	1 213,72
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003503080000000223068	75 529,27	0,00	75 529,27	29 631,18	45 898,09
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002994113035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 00330000007427037905	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000808018425913	6 920,78	0,00	6 920,78	1 848,71	5 072,07
	Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000109017043761	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000808034018857	125,01	0,00	125,01	0,00	125,01
	Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 00330000000408669447	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data	Nº Pág.
31/12/2014	2

Número	Ano
250	2014

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS					
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004526981551405	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004527601187405	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004528340599005	291,50	0,00	291,50	0,00	291,50
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004528713321505	74,09	0,00	74,09	0,00	74,09
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004532874563305	51 142,32	320,55	51 462,87	7 563,11	43 899,76
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004532874640905	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800003516179600112	268,99	0,00	268,99	0,00	268,99
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800032511875302038	61 656,21	232,61	61 888,82	0,00	61 888,82
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800033225702402034	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740000576000689	184,25	0,00	184,25	0,00	184,25
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740002920000063	2 148,73	298,41	2 447,14	0,00	2 447,14
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740003051001861	88,68	851,75	940,43	0,00	940,43
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740003050000433	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740003058000896	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740003073001849	391,11	562,50	953,61	182,50	771,11
Banco : Banco Espírito Santo, Sa Conta : 000703740003128000849	1 330,16	276,91	1 607,07	0,00	1 607,07
Banco : Banco Bpi, Sa Conta : 001000002217788010152	5 701,64	0,00	5 701,64	0,00	5 701,64

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data	Nº Pág.
31/12/2014	3

Número	Ano
250	2014

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saida do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS					
Banco : Banco Bpl, Sa Conta : 001000002217788010249	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	298 880,01	52 373,67	351 253,68	74 661,70	276 591,98
APLICAÇÕES DE TESOURARIA					
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Disponibilidades :	313 066,98	304 370,44	617 437,42	328 839,75	288 597,67
DOCUMENTOS	32 381,17	0,00	32 381,17	0,00	32 381,17
Total de Movimentos de Tesouraria :	345 448,15	304 370,44	649 818,59	328 839,75	320 978,84
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	52 804,57	171 982,46	224 787,03	196 684,38	28 102,65
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	260 262,41	232,61	260 495,02	0,00	260 495,02

Decomposição do Saldo em Numerário Para o Dia Seguinte

Em Dinheiro	12 005,69
Em Cheques e Vales Postais	0,00

3.1.5. Acréscimo de proveitos

Segundo o POCAL deverão ser contabilizados na conta “271 – Acréscimos de proveitos” os proveitos a reconhecer no próprio exercício cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) futuro (s).

Foram identificados 4.275.376,82 € de proveitos desta natureza, cuja cobrança só irá ser feita em 2015.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
27	Acréscimos e diferimentos	9.335.620,27	5.060.243,45	4.275.376,82	0,00
271	Acréscimos de proveitos	9.335.620,27	5.060.243,45	4.275.376,82	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	9.335.620,27	5.060.243,45	4.275.376,82	0,00
	Totais Gerais	9.335.620,27	5.060.243,45	4.275.376,82	0,00

Estão incluídas nesta conta:

Faturação de água, saneamento e RSU no mês de janeiro de 2015, correspondente ao período de consumo dezembro de 2014. Ou seja, o proveito é de 2014 mas a receita só dá entrada no ano de 2015 (186.023,76 €).

Renda proveniente de um contrato de concessão com a EDP referente à Iluminação Pública. Esta renda corresponde ao 4º trimestre do ano de 2014 (72.045,81 €).

Previsão de recebimento das seguintes receitas:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (2.601.393,26€)
- Derrama (125.190,65 €)
- IRS (1.159.852,00 €)

Estes impostos constituem proveitos de 2014 mas apenas são recebidos em 2015.

Receita recebida em janeiro de 2015 mas que diz respeito a proveitos de 2014:

- Verbas transferidas da DGEST (10.430,10 €)
- Impostos Único de Circulação (37.836,68 €)
- Imposto Municipal sobre Transações (34.525,78 €)

Entre outras.

3.1.6. Fundos Próprios

Os **Fundos Próprios** apresentam o valor de 18.274.594,99 €.

3.1.7. Passivo

Quanto aos **débitos a médio e longo prazo**, referem-se aos empréstimos a médio e longo prazos contratados pelo município e cujo valor em dívida é de 9.552.761,75 €.

Os empréstimos estão divididos em:

Exigível a Médio e Longo Prazo – 8.662.915,49 €

Exigível a Curto Prazo (N+1) – 889.846,26 €

Balancete Acumulado

Analítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
23	Empréstimos obtidos	2.837.799,19	12.390.560,94	0,00	9.552.761,75
231	Em moeda nacional	2.837.799,19	12.390.560,94	0,00	9.552.761,75
2312	De médio e longo prazo	2.837.799,19	12.390.560,94	0,00	9.552.761,75
23121	Empréstimos bancários	1.461.000,12	7.465.677,78	0,00	6.004.677,66
231211	Instituições financeiras monetárias residentes	1.461.000,12	7.465.677,78	0,00	6.004.677,66
2312111	Caixa Geral de Depósitos	396.748,74	3.952.246,65	0,00	3.555.497,91
231211101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.170,34	128.114,46	0,00	114.944,12
231211103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	130.424,60	611.778,20	0,00	481.353,60
231211105	C.G.D.-Zona Industrial	23.215,86	250.795,51	0,00	227.579,65
231211106	C.G.D.-Saneamento Financeiro - 465.810 €	53.000,92	190.693,65	0,00	137.692,73
231211107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.308,92	177.365,03	0,00	163.056,11
231211108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. - 2.855.000 €	162.628,10	2.593.499,80	0,00	2.430.871,70
2312113	Banco Espírito Santo	122.508,00	1.114.655,96	0,00	992.147,96
231211301	B.E.S.-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	64.411,20	0,00	57.511,20
231211302	B.E.S.-Saneamento Básico	10.248,00	82.016,17	0,00	71.768,17
231211303	B.E.S.-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	61.164,92	0,00	54.612,92
231211304	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	46.223,67	0,00	40.463,67
231211305	B.E.S.-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	679.205,00	0,00	605.789,00
231211306	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	181.635,00	0,00	162.003,00
2312114	Banco BPI	941.743,38	2.398.775,17	0,00	1.457.031,79
231211401	B.P.I.-Recinto Multiusos	38.210,35	392.585,19	0,00	354.374,84
231211402	B.P.I.-EB1 + JI Sul - 1.265.000 €	903.533,03	2.006.189,98	0,00	1.102.656,95
2312114021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	854.869,58	1.170.868,40	0,00	315.998,82
2312114022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	48.663,45	835.321,58	0,00	786.658,13
23122	Empréstimos bancários MLP (Vencimento em N+1)	860.901,11	1.483.535,97	0,00	622.634,86
231221	Instituições financeiras monetárias residentes	860.901,11	1.483.535,97	0,00	622.634,86
2312211	Caixa Geral de Depósitos	555.632,01	951.312,65	0,00	395.680,64
231221101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.030,40	26.168,79	0,00	13.138,39
231221103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	129.816,97	260.241,57	0,00	130.424,60
231221104	C.G.D.-Saneamento Financeiro (3.000.000 €)	124.412,77	124.412,77	0,00	0,00
231221105	C.G.D.-Zona Industrial	23.000,17	46.216,03	0,00	23.215,86
231221106	C.G.D.-Saneamento Financeiro (465.810 €)	52.694,41	105.695,33	0,00	53.000,92
231221107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	15.339,11	29.648,03	0,00	14.308,92
231221108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. (2.855.000 €)	158.272,66	319.864,61	0,00	161.591,95
231221109	C.G.D.-PREDE (281.089 €)	39.065,52	39.065,52	0,00	0,00
2312212	I.N.H.-Instituto Nacional Habitação	30.285,74	30.285,74	0,00	0,00
231221201	I.N.H.-Fogos Sociais	30.285,74	30.285,74	0,00	0,00
2312213	Banco Espírito Santo	122.508,00	245.016,00	0,00	122.508,00
231221301	B.E.S.-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	13.800,00	0,00	6.900,00
231221302	B.E.S.-Saneamento Básico	10.248,00	20.496,00	0,00	10.248,00
231221303	B.E.S.-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	13.104,00	0,00	6.552,00
231221304	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	11.520,00	0,00	5.760,00
231221305	B.E.S.-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	146.832,00	0,00	73.416,00
231221306	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	39.264,00	0,00	19.632,00
2312214	Banco BPI	152.475,36	256.921,58	0,00	104.446,22
231221401	B.P.I.-Recinto Multiusos	37.531,05	74.950,55	0,00	37.419,50
231221402	B.P.I.-EB1 + JI Sul (1.265.000 €)	114.944,31	181.971,03	0,00	67.026,72
2312214021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	66.732,78	85.941,26	0,00	19.208,48
2312214022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	48.211,53	96.029,77	0,00	47.818,24
23123	Outros empréstimos obtidos	267.211,40	2.925.449,23	0,00	2.658.237,83
231231	Direcção-Geral do Tesouro	267.211,40	2.925.449,23	0,00	2.658.237,83
23123101	DGTF - PREDE - 187.392 €	37.478,40	168.652,80	0,00	131.174,40
23123102	DGTF - PAEL - 3.181.877,53 Euros	229.733,00	2.756.796,43	0,00	2.527.063,43
23124	Outros empréstimos obtidos (Vencimento em N+1)	248.686,56	515.897,96	0,00	267.211,40
231241	Direcção-Geral do Tesouro	248.686,56	515.897,96	0,00	267.211,40
23124101	DGTF - PREDE (187.392 €)	18.739,20	56.217,60	0,00	37.478,40
23124102	DGTF - PAEL (3.181.877,53 €)	229.947,36	459.680,36	0,00	229.733,00
Totais Gerais:		2.837.799,19	12.390.560,94	0,00	9.552.761,75

Os **débitos a curto prazo** referem-se ao exigível a menos de 1 ano (curto prazo) e situam-se em 4.155.449,46 €.

Compõem-se de:

Designação	Valor (€)
A curto prazo	
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	889.846,26
Fornecedores	
Fornecedores gerais c/c	1.222.340,48
Fornecedores - Fat. Recepção e Conferência	397.542,07
Fornecedores de imobilizado - c/c	529.845,09
Leasing	34.783,06
Factoring	619.227,15
Forn. Imobil. - Fat. em Recepção e Conferência	4.797,35
Total "Fornecedores"	2.808.535,20
Outros	
Estado e outros entes públicos	63.463,93
Administração autárquica	1.378,57
Outros credores	392.225,50
Total "Outros"	457.068,00
Total "Débitos curto prazo"	4.155.449,46

3.1.8. Acréscimos de custos (conta 273)

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício (s) posterior (es).

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2731	Seguros a liquidar	0,00	1.701,06	0,00	1.701,06
2732	Remunerações a liquidar	659.079,73	1.282.191,60	0,00	623.111,87
27321	Remunerações	534.802,85	1.041.157,77	0,00	506.354,92
273211	Membros da Câmara	27.621,62	53.323,80	0,00	25.702,18
273212	Pessoal	507.181,23	987.833,97	0,00	480.652,74
2732121	Pessoal do quadro	501.130,99	981.783,73	0,00	480.652,74
2732122	Pessoal em qualquer outra situação	6.050,24	6.050,24	0,00	0,00
27322	Encargos	124.276,88	241.033,83	0,00	116.756,95
273221	Membros da Câmara	6.560,14	12.664,40	0,00	6.104,26
273222	Pessoal	117.716,74	228.369,43	0,00	110.652,69
2732221	Pessoal do quadro	115.760,08	226.412,77	0,00	110.652,69
2732222	Pessoal em qualquer outra situação	1.956,66	1.956,66	0,00	0,00
2733	Juros a liquidar	1,20	1,20	0,00	0,00
2739	Outros acréscimos de custos	200.492,20	310.903,51	0,00	110.411,31
Totais Gerais		859.571,93	1.594.796,17	0,00	735.224,24

Fazem parte da conta 273 as seguintes subcontas:

- Seguros a liquidar (2731), Remunerações a liquidar (2732), Juros a liquidar (2733), e outros acréscimos de custos (2739).

Em 2015, aquando do respetivo pagamento, estas contas serão saldadas.

2732 «Remunerações a liquidar». - Compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorram no ano seguinte.

As férias são pagas no ano n+1 (movimento financeiro), mas o seu direito é adquirido no ano n (ano de origem e registo do custo).

A previsão destes custos para o ano de 2014 é de 623.111,87 €.

3.1.9. Proveitos diferidos

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 «Subsídios para investimentos». - Incluem-se nesta conta os subsídios/transferências para investimento a que a autarquia local tem direito, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

Proveitos diferidos refere-se aos recebimentos dos vários fundos financeiros para investimentos municipais, conforme mapa seguinte:

Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2745	Subsídios para investimentos	1.884.902,99	28.358.032,28	0,00	26.473.129,29
27451	Administrações Públicas	1.884.902,99	28.358.032,28	0,00	26.473.129,29
274511	Orçamento do Estado	1.884.902,99	28.358.032,28	0,00	26.473.129,29
2745111	Cooperação técnica e financeira	296.508,74	4.296.522,41	0,00	4.000.013,67
274511101	DGTT - MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
27451110111	Edifício 9	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
274511102	DGAL - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	31.173,56	529.950,45	0,00	498.776,89
274511104	CCDRLVT - REQUALIFICAÇÃO ZONA ENV. MERCADG	8.002,84	584.257,41	0,00	576.254,57
274511105	DGAL/CCDRLVT - PISCINA	9.530,48	686.194,52	0,00	676.664,04
274511106	INST. DESPORTO - PAVILHÃO	3.257,49	234.539,48	0,00	231.281,99
274511109	DGTT - Passagem Inferior	77.218,59	386.092,94	0,00	308.874,35
274511110	INSTITUTO GESTÃO FINANCEIRA DA JUSTIÇA	4.068,90	48.826,82	0,00	44.757,92
274511111	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2ª FASE	0,00	9.352,89	0,00	9.352,89
274511112	DGAL-REQ.ESP.URB.DESP.ZONAS V.LAZER	50.135,03	664.411,59	0,00	614.276,56
274511114	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-1ª parte	24.742,28	109.567,31	0,00	84.825,03
274511115	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-2ª parte	10.146,25	171.579,32	0,00	161.433,07
274511117	Ministério Educação-Escola Dr. Ruy Andrade	78.233,32	771.749,88	0,00	693.516,36
2745112	FEDER	217.461,20	6.039.598,14	0,00	5.822.136,94
27451121	FEDER TRADICIONAL - QCA I - QCA II	77.405,59	894.631,32	0,00	817.225,73
2745112101	Infraestr.u saneamento básico pavim. (overbook.)	6.765,37	33.826,81	0,00	27.061,44
2745112105	Infraestruturas da Zona Industrial	0,04	0,00	0,04	0,00
2745112111	Arranjo Urbanístico Via Principal Centro Cidade	9.352,46	37.409,85	0,00	28.057,39
2745112112	Infraestruturas Lugares Fontainhas,C.Grião e Covão	26.287,15	105.148,57	0,00	78.861,42
2745112113	Valorização do Complexo Turístico Bonito	9.731,61	48.658,04	0,00	38.926,43
2745112114	Conserv. rede viária,armuamentos passeios-2.Fase	12.798,47	63.992,33	0,00	51.193,86
2745112115	Pavilhão Polidesportivo - 1ª. Fase	8.108,11	583.783,85	0,00	575.675,74
2745112118	Passagem Inferior - Obra Compart. pelo PORLVT	4.362,38	21.811,87	0,00	17.449,49
27451122	QCA II - PROSIURB	4.653,39	335.044,15	0,00	330.390,76
274511221	Piscina	3.055,62	220.004,36	0,00	216.948,74
274511222	Pavilhão Polidesportivo	1.597,77	115.039,79	0,00	113.442,02
27451123	QCA III	135.402,22	4.809.922,67	0,00	4.674.520,45
274511231	EIXO 1	119.282,96	3.937.451,91	0,00	3.818.168,95
27451123101	Requalificação de espaços urbanos (MT12/011)	15.250,46	137.550,69	0,00	122.300,23
274511231011	R. EUA, Brito Capelo, A.M. Agostinho, LG.	3.268,82	26.150,54	0,00	22.881,72
274511231012	R.J.F.Corujo, Viana de Lemos, J.Estrela Teriaga	3.470,35	31.233,16	0,00	27.762,81
274511231013	Pavimentação R. Almada Negreiros	2.472,92	19.783,34	0,00	17.310,42
274511231014	Pavimentação da R. Elias Garcia	3.483,71	34.837,12	0,00	31.353,41
274511231015	Rua B - Acessos à Galharda	2.554,66	25.546,53	0,00	22.991,87
27451123102	Saneamento básico Concelho-1.Fase (MT12/012)	22.650,98	199.496,06	0,00	176.845,08
274511231021	Rede esgotos - Prolongamento Rua Cia, Divisionária	3.732,17	33.589,58	0,00	29.857,39
274511231022	Rede de Esgotos R. Elias Garcia (11 Unidos - A.R.)	2.457,29	22.115,70	0,00	19.658,41
274511231023	Remod. Colectores R.R. Matos Torres e D. Pedro V	2.726,67	24.540,05	0,00	21.813,38
274511231024	Remod. rede águas R.F.Pessoa e Eng. Gomes Silva	4.454,12	40.066,99	0,00	35.632,87
274511231025	Remodelação da Rede de Águas do Casal da Galharda	2.490,49	19.923,97	0,00	17.433,48
274511231026	Reposição Pav. R. Luis Sommer	977,81	7.822,44	0,00	6.844,63
274511231027	Reposição Pav. R. Eng. E. Pichiocci G. Eng.M.Costa	1.550,93	12.407,39	0,00	10.856,46
274511231028	Rede Esg. R. Almada Negreiros e Casal Melão	3.604,92	32.444,20	0,00	28.839,28
274511231029	Pav.R. Elias Garcia (Dos 11 Unidos à R. A. Reis)	656,58	6.565,76	0,00	5.909,18
27451123103	Projecto qualificação zonas urbanas (MT12/013)	12.100,77	151.879,47	0,00	139.778,70
274511231031	Ruas D. Afonso Henriques / Vasco da Gama	2.620,96	23.588,71	0,00	20.967,75
274511231032	R.D.S., Lg Comun.,Env.polid.desc.,Lg. Frat.M.Moni	3.625,61	32.630,45	0,00	29.004,84

Balancete Acumulado

Analtico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
274511231033	Recinto multilúos - 1ª Fase (Mercado Semanal)	762,91	54.929,91	0,00	54.167,00
274511231034	Novo Acesso à Escola Secundária	2.090,50	16.723,91	0,00	14.633,41
274511231035	Remod. rede esg. pluv. e rede águas Afonso Henr.	2.588,53	20.708,26	0,00	18.119,75
274511231036	Alteração do Parqueamento na Rua da Coferpor	64,62	516,97	0,00	452,35
274511231037	Ampliação Estacionamentos na Coferpor	174,22	1.393,81	0,00	1.219,59
274511231038	Correcção perfil R.A.Sérgio, Col.,J.Lopes.	173,42	1.387,43	0,00	1.214,01
27451123104	Pavilhão polidesport.-2ª. Fase-Cobertura(MT11/022)	3.071,94	221.179,61	0,00	218.107,67
27451123105	Piscina-Cobertura, Acabamentos e Equipamento	7.600,73	547.252,25	0,00	539.651,52
27451123106	Requalificação urbana zona env.mercado municipal	14.006,07	1.022.442,77	0,00	1.008.436,70
27451123107	Recinto multilúos	10.762,66	774.911,61	0,00	764.148,95
27451123108	Rede de Ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro	16.627,53	199.530,30	0,00	182.902,77
27451123109	Jardim de Infância Norte - Entroncamento	7.493,77	547.045,57	0,00	539.551,80
27451123110	Zona Industrial 2ª Fase - (Eixo 1 Medida 1.5/231)	9.718,05	136.163,58	0,00	126.445,53
274511233	EIXO 3	12.916,28	846.846,65	0,00	833.930,37
27451123301	Jardim Infância Norte	1.319,45	11.874,96	0,00	10.555,51
27451123302	Pavilhão Polidesportivo - 3ª. Fase	11.596,83	834.971,69	0,00	823.374,86
274511236	POE - PROGRAMA OPERACIONAL ECONOMIA	3.202,98	25.624,11	0,00	22.421,13
2745113	FSE - FUNDO SOCIAL EUROPEU (univa)	94,61	851,57	0,00	756,96
2745114	QREN	1.361.965,99	18.003.312,61	0,00	16.641.346,62
274511401	Escola Básica António Gedeão	162.220,97	1.515.711,83	0,00	1.353.490,86
274511402	Escola Básica Norte do Entroncamento	0,00	2.034.419,36	0,00	2.034.419,36
27451140201	Escola Básica Norte Entª-empregada	0,00	1.932.631,02	0,00	1.932.631,02
27451140202	Escola Básica Norte Entª-Equip.Informático	0,00	43.294,70	0,00	43.294,70
27451140203	Escola Básica Norte Entª-Material Didático	0,00	26.466,31	0,00	26.466,31
27451140204	Escola Básica Norte Entª-Mob. Escolar	0,00	32.027,33	0,00	32.027,33
274511403	Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento	112.679,39	2.173.204,34	0,00	2.060.524,95
274511404	Escola Dr. Ruy d'Andrade	277.773,96	4.194.819,09	0,00	3.917.045,13
27451140401	Escola Ruy D'Andrade-Empregada	167.476,72	3.976.804,22	0,00	3.809.327,50
27451140402	Escola Ruy D'Andrade-Mobiliário Escolar	63.538,53	100.436,64	0,00	36.898,11
27451140403	Escola Ruy D'Andrade-Equipam.Informático	46.768,71	117.578,23	0,00	70.819,52
274511405	Melhoria Acessibilidades Interconcelhias	0,00	124.180,53	0,00	124.180,53
27451140501	Melhoria Acess.inter-Req.Acessos Formigos/C.Vidiga	0,00	53.300,34	0,00	53.300,34
27451140502	Melhoria Acess.inter-Req.Urbana R.Elias Garcia	0,00	59.743,78	0,00	59.743,78
27451140503	Melhoria Acess.inter-Alarg. Av.ª Forças Armadas	0,00	11.136,41	0,00	11.136,41
274511410	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 1	45.337,31	430.330,06	0,00	384.992,77
27451141001	Praça da Republica	5.698,35	71.236,32	0,00	65.637,97
27451141002	Jardim Parque José Pereira Caldas	39.738,96	359.093,76	0,00	319.354,80
274511411	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 2	348.997,48	3.332.500,57	0,00	2.983.503,09
27451141101	Largo José Duarte Coelho	28.445,82	254.706,77	0,00	226.260,95
27451141102	Largo José Duarte Coelho - Complementos	13.300,10	126.350,83	0,00	113.050,73
27451141103	Fonte Ornamental	9.058,38	86.054,53	0,00	76.996,15
2745114112	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3A	141.203,14	1.254.687,37	0,00	1.113.484,23
274511411201	Req. Urb. Freg. S. João Baptista	21.197,18	327.974,52	0,00	306.777,34
274511411202	Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab	883,72	14.001,91	0,00	13.118,19
274511411203	Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente	59.496,22	200.938,03	0,00	141.441,81
274511411204	Man.Red. Viária-R.Alb.,R.Prof.J.F.Corujo, LgVa	2.010,93	29.635,24	0,00	27.624,31
274511411205	Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase	3.072,65	47.667,62	0,00	44.594,97
274511411206	R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito	1.024,64	18.443,55	0,00	17.418,91
274511411207	Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stª, Ant.-Complem	21.357,66	44.693,75	0,00	23.336,09
274511411208	Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)	9.881,48	148.038,28	0,00	138.156,80
274511411209	Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima	22.278,66	423.294,47	0,00	401.015,81

Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2745114113	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3B	40.057,57	470.050,97	0,00	429.993,40
274511411301	R. 1º de Maio e R. Pedro Álvares Cabral	8.373,53	159.097,16	0,00	150.723,63
274511411302	R. Luis Falcão de Sommer (Ilumin. Pública)	1.559,77	28.075,88	0,00	26.516,11
274511411303	R. Luis Falcão de Sommer (Jogos de Água)	3.438,67	61.891,73	0,00	58.453,06
274511411304	R. Luis Falcão de Sommer (Mobiliário Urbano)	6.836,87	26.338,75	0,00	19.501,88
274511411305	R. D. Nuno Álvares Pereira	1.623,01	29.211,79	0,00	27.588,78
274511411306	Bairro Frederico Ulrich	18.225,72	165.435,66	0,00	147.209,94
2745114114	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 4	76.402,45	367.469,01	0,00	291.066,56
274511411401	Rede Aberta Multi-serviços	76.402,45	367.469,01	0,00	291.066,56
2745114115	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 5	40.530,02	773.181,09	0,00	732.651,07
274511411501	Const. Eq. Apoio para Animação - Rest. Bonito	40.530,02	773.181,09	0,00	732.651,07
27451141601	Env. Campos Sintéticos - Arranjos Ext. Z.Env.Pisc.	65.672,20	1.126.259,64	0,00	1.060.587,44
27451141602	Env. Campo Relvado e Bancada Poente	18.266,88	278.115,62	0,00	259.848,74
27451141603	Parque Radical	128.531,43	418.030,95	0,00	289.499,52
27451141604	Env.Campos Sinteticos - Equipamentos de Apoio	33.327,89	33.327,89	0,00	0,00
27451141605	Edif. Apoio aos Campos de Tenis	3.004,66	54.082,07	0,00	51.077,51
27451141606	Parque Infantil - Parque do Bonito	5.465,74	103.849,05	0,00	98.383,31
27451141607	Modulo para Parque Radical	877,45	15.794,03	0,00	14.916,58
274511417	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 7	637,46	41.729,32	0,00	41.091,86
27451141701	Remodelação da Biblioteca Municipal	637,46	41.729,32	0,00	41.091,86
274511418	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 8	14.849,42	148.391,88	0,00	133.542,46
27451141801	Remodelação do Centro Cultural	14.849,42	148.391,88	0,00	133.542,46
274511419	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro)-Op.14-G.Monil.Parc	5.064,72	21.916,21	0,00	16.851,49
274511420	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 15	6.829,91	46.065,43	0,00	39.225,52
27451142001	Centro de Convívio	6.829,91	46.065,43	0,00	39.225,52
274511421	Execução do Parque Verde do Bonito	101.923,54	1.582.935,19	0,00	1.481.011,65
27451142101	Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	101.923,54	1.582.935,19	0,00	1.481.011,65
274511422	Operação Centro-03-0350-FEDER-023061	28.965,63	243.872,84	0,00	214.907,21
27451142201	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	28.965,63	243.872,84	0,00	214.907,21
274511423	Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	1.540,05	83.786,69	0,00	82.246,64
27451142301	Médio Tejo - Gestão em SIG	1.540,05	28.217,09	0,00	26.677,04
27451142302	SAMA - Médio Tejo Online (Plataforma de Educação)	0,00	32.619,60	0,00	32.619,60
27451142303	SAMA - Médio Tejo Online (Rest. Inf. Tecnológicas)	0,00	22.960,00	0,00	22.960,00
2745119	Outros fundos/organismos	8.872,45	17.747,55	0,00	8.875,10
274511901	REFER - Participação em estudo "Circular 3"	8.872,45	17.747,55	0,00	8.875,10
2749	Outros proveitos diferidos	1.586,73	5.600,46	0,00	4.013,73
Totais Gerais:		1.886.489,72	26.363.632,74	0,04	26.477.143,06

Os Balancetes apresentados revelam todos os projetos executados pelo Município do Entroncamento que beneficiaram de apoio financeiro quer da administração central (através de contratos-programa) quer da União Europeia, através do FEDER e do FSE.

Assim de acordo com o POCAL os movimentos efetuados através da conta 2745 são:

A crédito

Verbas recebidas ou contratos de financiamento assinados .

A débito

Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, os subsídios para investimento devem ser considerados proveitos diferidos durante a vida útil do investimento. Ou seja, existe uma correlação entre os custos e os proveitos. Assim, o subsídio (proveitos) vai sendo repartido pelos diversos anos em que se utiliza o bem (vida útil).

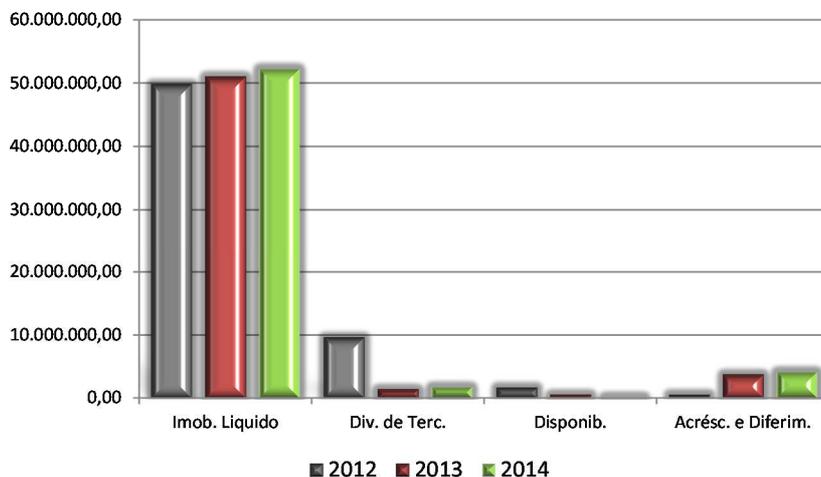
3.2. Evolução do balanço

EVOLUÇÃO DO BALANÇO

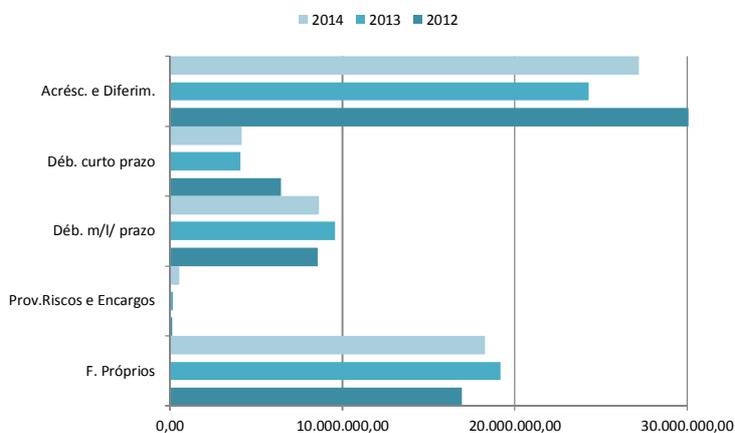
Activo	2012				2013				2014				
	2012	2013	2014	Var. 14/13	2012	2013	2014	Var. 14/13	2012	2013	2014	Var. 14/13	
Imobilizado líquido	49.886.531,42	51.045.661,31	52.283.650,51	2,43%	Fundos próprios	16.923.050,69	19.175.505,39	18.274.594,99	-4,70%				
Existências	167.403,75	140.099,42	115.105,26	-17,84%	Passivo								
Dividas de terceiros	9.716.360,61	1.507.010,94	1.893.251,80	25,63%	Prov. /Riscos e Enc.	148.067,16	149.533,17	555.724,04	271,64%				
Disponibilidades	1.768.360,01	673.591,93	288.597,67	-57,16%	Débitos m/l/ prazo	8.558.730,51	9.555.511,49	8.662.915,49	-9,34%				
Acrésc. e diferimentos	614.239,45	3.882.709,08	4.280.446,00	10,24%	Débitos curto prazo	6.440.156,35	4.070.966,33	4.155.449,46	2,08%				
					Acrésc. e diferimentos	30.082.890,53	24.297.556,30	27.212.367,26	12,00%				
Total	62.152.895,24	57.249.072,68	58.861.051,24	2,82%	Total	62.152.895,24	57.249.072,68	58.861.051,24	2,82%				

No ativo verifica-se um aumento de 2,82 %.

Este crescimento deve-se principalmente ao aumento verificado no imobilizado líquido (+ 2,43 % - fruto dos investimentos a decorrer no concelho.



Nos fundos próprios verifica-se uma redução de 4,70 %, principalmente em consequência do resultado líquido negativo no valor de 645.880,88 €



Os Fundos Próprios + Passivo registaram um aumento de 2,82 %.

Face ao ano anterior verificou-se um aumento das provisões para riscos e encargos (+406.190,87 €) e um aumento nos acréscimos e diferimentos (+ 12 %), fruto do recebimento de verbas provenientes de fundos comunitários.

3.3. Análise da demonstração de resultados por natureza

Ver mapa no ponto 9.4.

CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Proveitos			
71	Vendas e prestações de serviços	2.968.152,95	22,59%
72	Impostos e taxas	3.621.025,60	27,56%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.700.443,41	35,77%
78	Proveitos e ganhos financeiros	55.993,93	0,43%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.794.974,70	13,66%
	Total de proveitos	13.140.590,59	100,00%
Custos			
61	Custo das merc. vendidas e matérias consumidas	1.230.004,49	9,36%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.368.861,99	25,64%
63	Transferências e subsídios e prestações sociais	224.145,95	1,71%
64	Custos com o pessoal	5.093.985,48	38,77%
65	Custos e perdas operacionais	86.011,02	0,65%
66	Amortizações do exercício	2.706.626,86	20,60%
67	Provisões do exercício	480.628,36	3,66%
68	Custos e perdas financeiros	261.735,88	1,99%
69	Custos e perdas extraordinários	334.471,44	2,55%
	Total de custos	13.786.471,47	104,92%
	Resultado do exercício	-645.880,88	-4,92%

O exercício de 2014 terminou com um resultado negativo no valor de 645.880,88 €.

Os proveitos registaram um valor de 13.140.590,59 €, por sua vez, os custos fixaram-se em 13.786.471,47 €, ou seja, 4,92 % acima dos proveitos.

As rubricas com maior peso nos proveitos foram “impostos e taxas” e “transferências e subsídios obtidos”. As 2 no seu conjunto representam 63,33 % do total dos proveitos obtidos.

No que diz respeito aos custos as rubricas com maior peso foram: custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, com um peso conjunto de 64,40 % no total de proveitos.

Veja-se de seguida a evolução dos últimos 3 anos:

CÓD	Descrição	2012	2013	2014	Var. 14/13
Proveitos					
71	Vendas e prestações de serviços	2.950.164,11	2.998.322,77	2.968.152,95	-1,0%
72	Impostos e taxas	4.337.501,42	4.171.061,54	3.621.025,60	-13,2%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.577.038,48	4.585.421,25	4.700.443,41	2,5%
78	Proveitos e ganhos financeiros	43.860,36	61.115,11	55.993,93	-8,4%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.768.869,74	1.255.518,61	1.794.974,70	43,0%
Total de proveitos		13.677.434,11	13.071.439,28	13.140.590,59	0,5%
Custos					
61	Custo das merc. vendidas e mat.consumidas	1.194.021,61	1.474.090,44	1.230.004,49	-16,6%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.187.432,05	3.539.052,22	3.368.861,99	-4,8%
63	Transf. e subsídios e prestações sociais	290.896,26	250.754,63	224.145,95	-10,6%
64	Custos com o pessoal	4.834.201,89	5.146.127,75	5.093.985,48	-1,0%
65	Custos e perdas operacionais	114.034,17	109.026,00	86.011,02	-21,1%
66	Amortizações do exercício	2.262.782,62	2.490.255,06	2.706.626,86	8,7%
67	Provisões do exercício	35.697,60	76.497,41	480.628,36	528,3%
68	Custos e perdas financeiros	347.430,73	305.082,94	261.735,88	-14,2%
69	Custos e perdas extraordinários	221.274,68	45.660,31	334.471,44	632,5%
Total de custos		12.487.771,61	13.436.546,76	13.786.471,47	2,6%
Resultado do exercício		1.189.662,50	-365.107,48	-645.880,88	

Face ao ano anterior verifica-se:

Vendas e Prestações de Serviços – Redução de 1,0 % (-30.169,82 €)

Impostos e Taxas – Redução de 13,2 % (-550.035,94 €)

Transferências e Subsídios Obtidos – Aumento de 2,5 % (115.022,16 €)

Proveitos e Ganhos Financeiros – Redução de 8,4 % (-5.121,18 €)

Proveitos e Ganhos Extraordinários – Aumento de 43,0 % (539.456,09 €)

O aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários é justificado principalmente por 2 movimentos:

- Aumento do valor registado em “transferências de capital” que diz respeito à especialização de subsídios para investimentos. O aumento deve-se ao encerramento contabilístico de obras participadas.

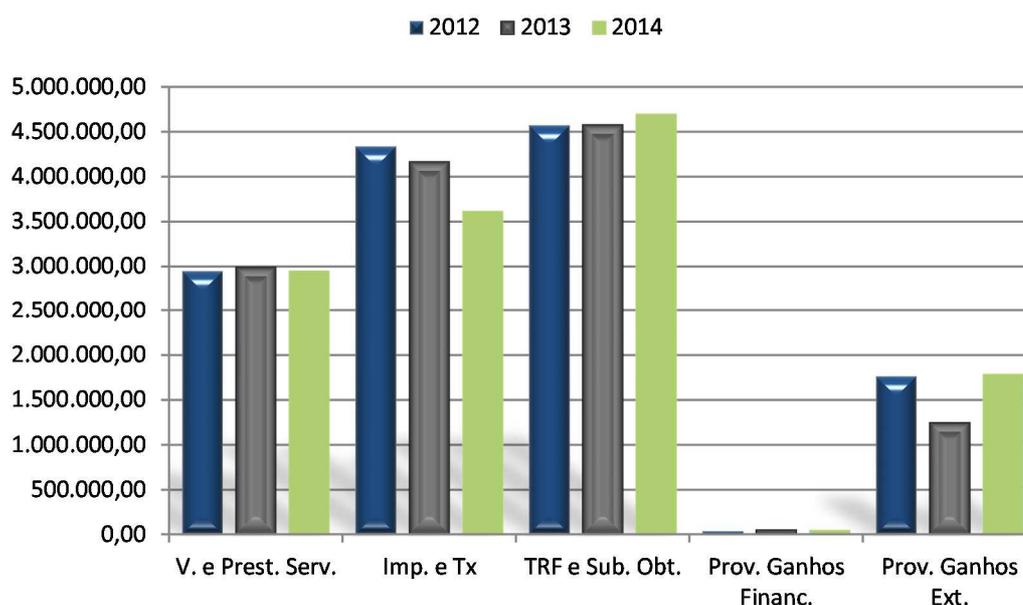
- Aumento da rubrica “outros proveitos e ganhos extraordinários” resultante da faturação emitida pelo Município às Águas do Centro (AdC) no valor de 387.079,13 €.

Esta faturação é o reflexo da posição do Município face aos critérios de faturação do saneamento adotados pelas AdC, ou seja, a faturação está a ser feita pelos valores mínimos definidos no Contrato de Recolha de Efluentes e o Município entende que esta faturação deve ser feita pelos valores efetivamente medidos, uma vez que, existem condições para efetuar essas medições. O valor acima apurado resulta do diferencial entre o que foi faturado e o que foi medido desde o início da faturação dos efluentes, ou seja, desde abril de 2013.

No final de 2014 foi feito um encontro de contas entre esta faturação e o valor que o município tinha em dívida referente às faturas de saneamento.

Apesar das situações acima referidas terem contribuído para o aumento dos proveitos, este efeito acaba por ser nulo, uma vez que, do lado dos custos é feito o movimento inverso, ou seja, em relação às “transferências de capital” são contrabalançadas pelo aumento registado nas amortizações do exercício e em relação aos “outros proveitos e ganhos financeiros” o efeito é anulado porque do lado dos custos é registada uma provisão do mesmo valor da faturação emitida (387.079,13 €). Esta provisão foi feita porque as AdC não aceitam a posição do Município e não reconhecem o encontro de contas feito.

De seguida é feita a representação gráfica da evolução das várias rubricas dos proveitos nos últimos 3 anos.



No que diz respeito aos custos verifica-se um aumento de 2,6 % face ao ano anterior.

No geral verifica-se o seguinte:

Descrição	Dif. 2014-2013	Dif. %	
Custo das Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	-244.085,95	-16,60%	↓
Fornecimento e serviços externos	-170.190,23	-4,80%	↓
Transferências e subsídios concedidos	-26.608,68	-10,60%	↓
Custos com pessoal	-52.142,27	-1,00%	↓
Custos e perdas operacionais	-23.014,98	-21,10%	↓
Amortizações do exercício	216.371,80	8,70%	↑
Provisões do exercício	404.130,95	528,30%	↑
Custos e perdas financeiros	-43.347,06	-14,20%	↓
Custos e perdas extraordinárias	288.811,13	632,50%	↑
Total	349.924,71		

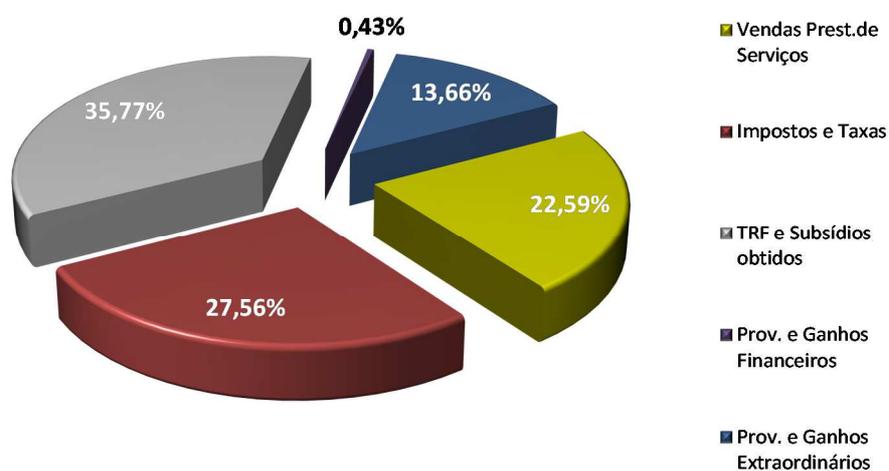
Apesar dos custos terem aumentado, a razão desse aumento prende-se exclusivamente com 3 rubricas que não estão diretamente relacionados com a exploração normal.

O município reduziu substancialmente os custos de exploração relacionados com saídas de fluxos monetários em 516.042,11 €, como se pode constatar no quadro acima (não considerando amortizações e provisões).

Destaca-se principalmente o aumento registado nas amortizações do exercício e as provisões efetuadas para riscos e encargos. O aumento registado nestas 2 rubricas totaliza 620.502,75 € que só por si cobrem praticamente o RL negativo registado. De referir que o aumento registado nestas 2 rubricas não implica saídas de tesouraria.

3.3.1 Proveitos

O gráfico seguinte demonstra o peso das rubricas que constituíram em 2014 a base do financiamento do município, no total de proveitos.



De seguida é feita uma análise mais pormenorizada acerca de cada uma das rubricas dos proveitos.

Vendas e Prestações de Serviços (Conta 71)

A rubrica “vendas e prestações de serviços” registou em 2014 uma redução de 1,02 % face ao ano anterior, ou seja, menos 30.169,82 €.

DESIGNAÇÃO	2014	2013	Variação
Água	848.440,93	870.895,82	-2,65%
Saneamento	720.242,28	734.071,55	-1,92%
Resíduos sólidos	442.743,02	445.176,45	-0,55%
Água - Tarifa Fixa	347.439,04	342.994,81	1,28%
Fornecimento de Refeições Escolares	115.298,51	111.668,53	3,15%
Electricidade	123.691,04	117.102,87	5,33%
Rendas	98.291,00	84.064,02	14,47%
Transportes Urbanos	82.899,57	89.660,46	-8,16%
Piscinas Municipais	46.212,97	59.128,38	-27,95%
Parques de estacionamento	31.405,42	27.129,84	13,61%
Taxa de Recursos Hidricos (Saneamento)	23.427,17	23.989,25	-2,40%
Prolongamento de Horários Escolares	19.553,36	17.707,65	9,44%
Taxa de Recursos Hidricos (Águas)	17.017,30	17.355,62	-1,99%
Actividades Diversas	12.558,59	7.588,05	39,58%
Serviços culturais	10.747,00	11.539,74	-7,38%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	6.367,11	5.255,47	17,46%
Campos de Relva Artificial para Futebol	5.960,20	5.849,10	1,86%
Campos de Ténis	5.350,95	5.105,44	4,59%
Fornecimento de Processos de Concursos	4.800,00	4.200,00	12,50%
Produtos acabados e intermédios	2.490,46	8.950,33	-259,38%
Mercados e feiras	2.261,89	2.519,95	-11,41%
Ligação de Ramais e Contratos de Água	1.775,00	1.393,16	21,51%
Pavilhão Desportivo Municipal	1.757,97	2.321,52	-32,06%
Outros serviços	1.413,17	3.981,01	-181,71%
Outros	357,80	190,69	46,70%
Licenciamento de Combustíveis	310,00	150,00	51,61%
Livros e documentação Técnica	105,86	88,45	16,45%
Outros	57,20	71,41	-24,84%
Trabalhos por conta de particulares	27,42	3.061,40	-11064,84%
Serviços desportivos	9,16	7,71	15,83%
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	0,04	10,72	-26700,00%
Anulações	-243,83	-1.419,40	-482,13%
Reembolsos e Restituições	-4.614,65	-3.487,23	24,43%
TOTAL GERAL	2.968.152,95	2.998.322,77	-1,02%

“Água”, “Saneamento”, “Resíduos Sólidos” e “Tarifa Fixa” são responsáveis por proveitos no valor de 2.358.865,27 € o que significa 79,47 % do total das vendas e prestações de serviços.

“Fornecimento e Refeições Escolares” diz respeito ao valor que os encarregados de educação pagam pelas refeições.

A rubrica “Eletricidade” diz respeito ao valor faturado às Águas do Centro referente ao custo de eletricidade, suportado pelo Município, das instalações que passaram para a responsabilidade desta entidade (AC5, AC6, Reservatório do Casal do Grilo, ETAR e EE do Centro de Convívio).

“Rendas” com um proveito no valor de 98.291,00 € diz respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Habitação Social	45.947,56
Bar Salgueiro Maia	6.200,16
Stands Feira Festas da Cidade	3.800,00
Máquinas Vending	626,36
Edifício das Piscinas Antigas (Onda Física)	10.854,00
Esquadra da Polícia de Segurança Pública	3.022,32
Bar/Esplanada junto aos Campos Sintéticos	1.222,92
Bar/Esplanada 1 Largo José Duarte Coelho	5.808,84
Bar/Esplanada 2 Largo José Duarte Coelho	5.808,84
Restaurante do P. Bonito	15.000,00
TOTAL	98.291,00

Face ao ano anterior teve um aumento 14,47 % devido ao início de cobrança da renda no Restaurante do P. Bonito (a partir de março).

No que diz respeito aos “transportes urbanos” verifica-se uma redução dos proveitos em 8,16 %.

Impostos e Taxas (Conta 72)

Vd. também pontos 2.3.1.1 a 2.3.1.4.

Da análise do quadro acima verifica-se que os proveitos obtidos na rubrica “*impostos e taxas*” obtiveram uma redução de 13,19 %, ou seja, menos 550.035,94 € quando comparado com o ano anterior.

DESIGNAÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
Impostos Diretos	3.393.444,55	3.658.668,87	-7,25%
Imposto municipal sobre imóveis	2.601.393,26	2.476.245,03	5,05%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis + SISA	241.706,62	582.848,95	-58,53%
Imposto único de circulação	425.154,02	466.806,08	-8,92%
Derrama	125.190,65	132.768,81	-5,71%
Impostos Indiretos	66.277,78	285.515,13	-76,79%
Ocupação da via pública	26.752,70	209.288,10	-87,22%
Publicidade	4.292,62	37.534,33	-88,56%
Loteamentos e obras	20.309,90	22.073,30	-7,99%
Outros	12.939,35	14.344,19	-9,79%
Mercados e feiras	1.983,21	2.275,21	-12,83%
Taxas	262.217,11	258.648,92	1,38%
Mercados e feiras	210.028,70	195.208,58	7,59%
Outras	31.526,83	42.086,16	-25,09%
Loteamentos e obras	18.386,55	20.260,89	-9,25%
Ocupação da via pública	2.129,45	910,50	133,88%
Caça, uso e porte de arma	145,58	182,79	-20,36%
Reembolsos e restituições	-100.910,60	-31.771,38	217,61%
Anulações	-3,24	0,00	-
TOTAL GERAL	3.621.025,60	4.171.061,54	-13,19%

A rubrica “impostos diretos” foi a que teve um pior desempenho, registando menos 265.224,32 € face ao ano anterior. A quebra mais acentuada foi no IMT com uma variação negativa de 58,53 %. A única exceção, face à redução generalizada dos impostos diretos, foi o Imposto Municipal sobre Imóveis, o qual, registou um aumento de 5,05 %.

Os valores registados no IMI e derrama dizem respeito a uma previsão dos valores a cobrar em 2015, ou seja, em relação a estes impostos a receita a arrecadar em 2015 diz respeito a um proveito de 2014.

Na rubrica “impostos indiretos” verificou-se uma redução de 76,79 % face ao ano anterior.

O principal destaque foi para a rubrica “Ocupação da Via Pública”.

Esta diferença deve-se ao facto de no ano de 2013 ter sido contabilizada uma dívida das Construções Rodrigues & Manuel Vieira, Lda, no valor de 190.516,35 €, referente à ocupação da via pública com obras.

No que diz respeito às Taxas registou-se um aumento de 1,38 %.

Com 210.028,70 € a rubrica “mercados e feiras” foi a que teve um melhor desempenho, registando uma variação positiva de 7,59 %.

O valor negativo registado em “reembolsos e restituições” diz respeito aos reembolsos e restituições feitas ao longo de 2014 nos seguintes impostos:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Imposto municipal sobre imóveis	4.038,48
Imposto único de circulação	91,44
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	90.472,39
Imposto municipal de sisa	2.321,46
Ocupação da via pública	3.986,83
TOTAL GERAL	100.910,60

Transferências e Subsídios Obtidos (Conta 74)

Esta rubrica regista as transferências que a entidade tem direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico.

DESIGNAÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
Transferências Correntes do Orçamento de Estado	4.188.949,93	3.877.543,76	8,03%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.807.410,00	1.589.119,00	13,74%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00%
Participação no IRS	1.159.852,00	922.146,00	25,78%
Outras Transferências Correntes obtidas	946.780,93	1.091.371,76	-13,25%
Transferências de Capital do Orçamento de Estado	200.823,00	397.280,00	-49,45%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200.823,00	397.280,00	-49,45%
Empresas	310.670,48	310.597,49	0,02%
TOTAL GERAL	4.700.443,41	4.585.421,25	2,51%

Em 2014 o Município obteve proveitos de “Transferências e Subsídios Obtidos” no valor de 4.700.443,41 €, registando uma variação positiva de 2,51 % face ao ano anterior.

No que diz respeito ao Fundo de Equilíbrio Financeiro verifica-se um aumento em termos de transferências correntes e uma diminuição em transferências de capital, mas no global houve um ligeiro aumento face ao ano anterior (21.834,00 €).

Em relação ao Fundo Social Municipal não se registaram variações, ou seja, os valores foram iguais aos do ano anterior.

A Participação no IRS regista um aumento de 25,78 % face ao ano anterior, ou seja, mais 237.706,00 €. O valor em causa diz respeito à receita que o Município irá efetivamente receber em 2015 mas que é considerado como um proveito de 2014 (MAPA XIX do OE 2015).

A diferença entre o valor registado entre a orçamental e a patrimonial deve-se às análises diferenciadas que cada uma deve ter, ou seja, na orçamental é registado pela receita efetivamente recebida e na patrimonial é registado pelo proveito, podendo o mesmo não ter sido ainda recebido.

Os proveitos registados na rubrica “outras transferências correntes” dizem respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Ministério Educação Ciência - Pessoal N/ Docente	588.732,54
DREL - Acordo Cooper. Pré-Escolar	140.906,07
DREL - Enriquecimento curricular (AEC)	71.017,36
C. Emprego T. Novas - Estágios Profissionais	28.395,96
C. Emprego T. Novas - Programa PAC - CEI+	22.600,29
ISS - Instituto da Segurança Social	21.205,98
C. Emprego T. Novas - Programa Inserção CEI +	21.193,02
Ministério Educação Ciência-Gestão Parque Escolar	20.000,00
C. Emprego T. Novas - Programa PAC	12.882,63
IEFP - GIP	11.832,57
C. Emprego T. Novas - Programa PAC-CEI	3.340,50
C. Emp. T Novas - EACE - Deficientes/Incapacitados	3.119,15
ANSR - Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	901,35
Direcção-Geral Administ. Interna - Adm. Eleitoral	653,51
TOTAL GERAL	946.780,93

Proveitos e Ganhos Financeiros (Conta 78)

Em 2014 registou-se proveitos desta natureza no valor de 55.993,93 €, tal como demonstra o quadro seguinte.

Balancete Acumulado		MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO				Analítico	
Mês de Dezembro						Ano: 2014	
Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito		
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.146,31	59.140,24	0,00	55.993,93		
781	Juros obtidos	3.146,31	48.230,80	0,00	45.084,49		
7811	Juros bancários	2,26	43,23	0,00	40,97		
7812	Juros de mora	22,65	42.914,63	0,00	42.891,98		
7813	Juros compensatórios	3.121,40	5.272,94	0,00	2.151,54		
783	Rendimentos de imóveis	0,00	10.909,44	0,00	10.909,44		
7831	Terrenos e recursos naturais	0,00	10.909,44	0,00	10.909,44		
Totais Gerais:		3.146,31	59.140,24	0,00	55.993,93		

Deste valor 45.084,49 € correspondem a juros obtidos e 10.909,44 a rendas de imóveis.

O proveito registado em rendimentos de propriedade diz respeito à renda de terrenos pela instalação de antenas de empresas de telemóveis.

Comparando com o ano anterior verificou-se uma redução dos proveitos desta natureza em 8,38 %, tal como demonstra o quadro abaixo:

Designação	2014	2013	Variação
Juros bancários	40,97	29.355,19	-99,86%
Juros de mora / compensatórios	45.043,52	20.850,48	116,03%
Rendimentos de imóveis	10.909,44	10.909,44	0,00%
Total Geral	55.993,93	61.115,11	-8,38%

Na rubrica “juros de mora / compensatórios” são registados os juros cobrados pelo município a entidades por atrasos no pagamento nas vendas e prestações de serviços e compensações por atrasos na liquidação de impostos (IMI, IMT, IUC).

Proveitos e Ganhos Extraordinários (Conta 79)

Designação	Valor
Ganhos em existências	2.708,70
Alienação de imobilizações corpóreas	
Terrenos no cemitério	36.767,07
Benefícios de penalidades contratuais	
Multas	5.561,56
Taxas de Relaxe	2.303,66
Reduções de amortizações e provisões	
Provisões	33.403,02
Correcções relativas a exercícios anteriores	
Reposições não abatidas aos pagamentos	1.731,45
Outros	80.946,22
Outros proveitos e ganhos extraordinários	
Transferências de capital	1.235.971,97
Outros não especificados	
Iva cobrado	525,48
Outros	395.055,57
Total Geral	1.794.974,70

Ganhos em existências

Refere-se à valorização de existências feita no programa informático.

Os ganhos obtidos em **alienação de imobilizações corpóreas** diz respeito à concessão de terrenos no cemitério municipal. A venda desses terrenos originou um proveito de 36.767,07 €

O valor registado na conta "**transferências de capital**" refere-se à especialização de subsídios para investimentos.

Na medida em que forem sendo amortizados os imobilizados objeto de comparticipação comunitária, é transferida para a conta em questão o valor da amortização desses investimentos na percentagem do financiamento que obteve.

Reduções de amortizações e provisões

Em 2014 foram reduzidas as seguintes provisões:

Descrição:

- Pedido de reconhecimento de propriedade de um prédio misto denominado “Casal Melão”, descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 2324, bem como a um pedido de condenação no pagamento de uma faixa do terreno e de uma compensação por (pretensas) privação do terreno e falta de cumprimento do acordo de aquisição do terreno.

Intervenientes:

Autor: José Augusto Ventura Diz (e outros)

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

Acordo entre as partes em que o município teve de pagar pelo terreno em causa 35 €/m2 num valor total de 15.254,75 €.

O valor em questão foi reconhecido na contabilidade havendo agora necessidade de anular a provisão feita em anos anteriores. A anulação da provisão foi no valor de 21.082,06 €.

Descrição:

Pedido de indemnização por danos numa viatura devido a falta de limpeza da via pública.

Intervenientes:

Autor: Jaime de Jesus Batista Figueiredo

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

Não foi dada razão ao autor do processo porque não ficou dado como provado que o acidente fosse devido à presença de terra na faixa de rodagem.

A anulação da provisão foi no valor de 11.768,31 €.

Foram anulados também valores referentes a provisões constituídas por dívidas de águas, saneamento e RSU.

Correções relativas a anos anteriores

O proveito no valor de 80.946,22 € deve-se principalmente a:

- Correção da previsão de recebimento de IMI feita no ano anterior. Como já foi referido anteriormente o IMI cobrado em determinado ano é proveito do ano anterior. Em 2013 foi feita a previsão do IMI a receber em 2014, esta previsão ficou 60.362,07 € abaixo do que foi recebido.

- Anulação dos apoios atribuídos à Associação de Modelismo "Os Pikuinhas" (1.900 €) e Centro Recreativo do Casal do Grilo (6.800 €) pelo facto de não terem apresentado a documentação obrigatória definida no Regulamento de Atribuição de Apoios (alíneas d) e e) do nº 2 do art.º 2).

Os proveitos registados em “**outras não especificados**” devem-se principalmente a:

- Critérios de faturação do saneamento

Como já foi referido anteriormente foram emitidas faturas às Águas do Centro (AdC), no valor total de 387.079,13 € devido à posição que o Município assumiu face aos critérios de faturação do saneamento adotados pelas AdC. A faturação está a ser emitida pelos valores mínimos definidos no Contrato de Recolha de Efluentes e o Município entende que apenas devem ser faturados os caudais efetivamente medidos.

O município esteia-se na letra do contrato para fundamentar esta sua pretensão.

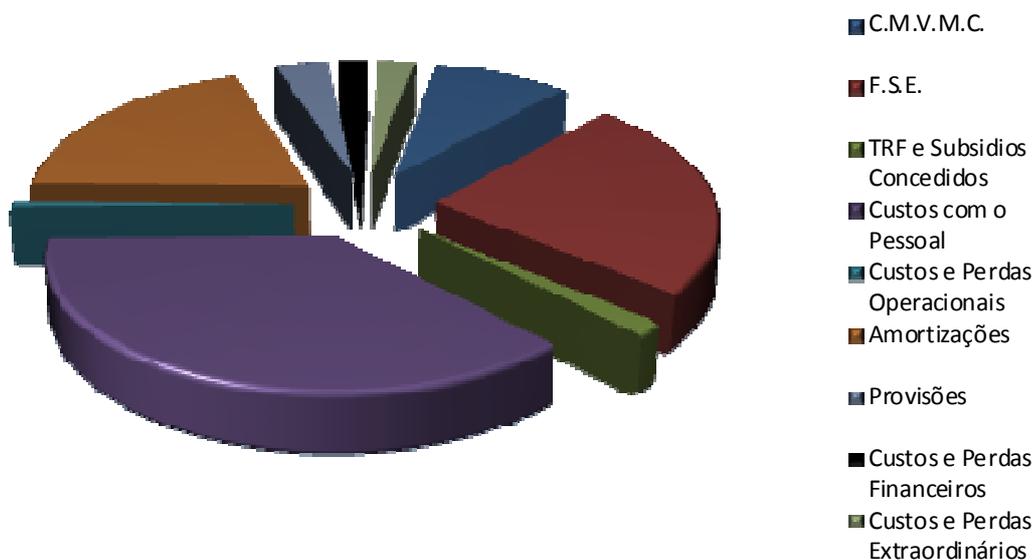
O n.º 2 do contrato de concessão, refere que *enquanto não for possível proceder à medição de caudais, por razões de ordem técnica, designadamente decorrente da articulação dos sistemas municipais com as condutas e os interceptores do sistema, os valores a receber pela concessionária coincidirão com os valores mínimos a que se refere o número I.*

Também a este propósito se refere o n.º 3 do Anexo 2 ao “Contrato de Recolha” dizendo que *no caso de avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do medidor, o volume dos efluentes presumivelmente recolhido será determinado pela média dos consumos do mês anterior à data em que presumivelmente tenha ocorrido a situação.*

O município entende que a medição dos caudais foi e é possível baseando-se nos valores que serviram de base ao cálculo da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) em cada um dos meses. Tendo em conta que os valores comunicados pelas AdC referente à TRH são inferiores aos valores mínimos faturados é entendimento que os valores que servem de suporte ao pagamento deste imposto pelas Adc são os efetivamente medidos.

- Patrocínio às Festas da Cidade 2014 no valor de 12.915 € por parte da SCC – Sociedade de Cervejas e Bebidas.

3.3.2. Custos



Analisando o gráfico, conclui-se que existem 2 rubricas que constituem a base de funcionamento corrente do município: “custos com pessoal” e “fornecimentos e serviços externos”.

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (Conta 61)

O CMVMC é obtido a partir da fórmula:

$$\text{CMVMC} = \text{Existências iniciais} + \text{Compras} - \text{Existências Finais}$$

São assim considerados custos do exercício, o valor das mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e diversas que estavam em armazém no início do ano, adicionadas às compras e subtraídas das que ficaram em armazém no final do ano.

Em 2014 esta rubrica registou um custo no valor de 1.230.004,49 € distribuído por:

Mercadorias: 1.001.298,83 €

Refere-se ao valor cobrado pelas Águas do Centro relativamente ao consumo de água.

Em relação ao ano anterior verifica-se um acréscimo de 18.348,79 €.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: 228.705,66 €

Refere-se ao consumo de materiais para garantir o bom funcionamento dos serviços municipais.

Do valor acima referido 153.103,79 € (66,94 %) corresponde ao consumo de gasóleo pelas viaturas municipais.

Fornecimentos e Serviços Externos (Conta 62)

A conta 62 – Fornecimentos e serviços externos, regista, a débito despesas com:

- a) As aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis;
- b) Serviços prestados por entidades externas;

Já nos referimos a estas despesas no ponto 2.4.1.2. colocando a ênfase no aspeto orçamental, e justificando o conteúdo das rubricas mais importantes.

Existem diferenças entre os dois mapas, tendo em conta os princípios organizativos de que cada um deles parte.

DESIGNAÇÃO	2014	2013	Variação
Trabalhos especializados	1.127.317,92	1.060.170,53	5,96%
Electricidade	758.220,76	755.001,86	0,42%
Outros fornecimentos e serviços	643.036,46	712.871,92	-10,86%
Conservação e reparação	162.602,77	163.531,58	-0,57%
Combustíveis	135.583,49	138.961,56	-2,49%
Vigilância e segurança	95.745,41	52.143,79	45,54%
Honorários	90.713,49	188.941,07	-108,28%
Comunicação	88.843,64	117.114,88	-31,82%
Seguros	84.761,72	88.257,16	-4,12%
Encargos de cobrança	78.938,40	97.116,98	-23,03%
Rendas e alugueres	43.334,49	59.938,25	-38,32%
Publicidade e propaganda	11.545,02	7.774,64	32,66%
Ferramentas e utensílios	11.357,80	2.289,89	79,84%
Outros fluídos	7.246,38	8.190,16	-13,02%
Artigos para oferta	7.015,74	14.260,15	-103,26%
Limpeza, higiene e conforto	5.483,53	51.895,34	-846,39%
Deslocações e estadas	5.121,90	5.758,65	-12,43%
Material de escritório	4.737,32	2.015,28	57,46%
Despesas de representação	4.092,00	7.646,86	-86,87%
Livros e documentação técnica	2.099,42	3.404,95	-62,19%
Contencioso e notariado	1.064,33	878,02	17,50%
Água	0,00	888,70	0,00%
TOTAL GERAL	3.368.861,99	3.539.052,22	-5,05%

83,91%

Esta conta registou custos no valor de 3.368.861,99 €, representando uma redução de 5,05 % face ao ano anterior.

Analisando o quadro anterior pode-se verificar que as maiores despesas foram ao nível de:

- Trabalhos Especializados
- Eletricidade
- Outros Fornecimentos e Serviços
- Conservação e Reparação
- Combustíveis

Na rubrica “**Trabalhos especializados**” são contabilizados serviços que a CME não consegue superar pelos seus próprios meios e por isso tem de recorrer a entidades externas.

A sua composição era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2014	2013	Variação
Recolha e Tratamento de Efluentes	711.501,24	535.965,77	24,67%
Tratamento de Resíduos Sólidos	245.138,69	258.572,50	-5,48%
Outros	60.707,16	50.279,58	17,18%
Contratos de manutenção e assistência técnica	38.641,86	25.764,04	33,33%
Serviços Informáticos	24.592,23	35.430,78	-44,07%
Trabalhos de impressão	23.755,78	59.843,69	-151,91%
Serviços jurídicos e contabilísticos	18.530,18	34.492,64	-86,14%
Inspecções de viaturas	2.248,83	2.182,51	2,95%
Serviços de ensaios e análises técnicas	2.201,95	3.957,03	-79,71%
TOTAL GERAL	1.129.331,92	1.008.501,54	10,70%

Existem 3 rubricas responsáveis por 90,08 % dos custos verificados em “trabalhos especializados” são elas:

Recolha e tratamento e efluentes – Refere-se ao tratamento de águas residuais.

O aumento verificado no ano anterior deve-se ao facto da faturação ter tido início apenas a partir de abril de 2013.

O custo aqui apresentado é o reflexo da faturação por parte das Águas do Centro com base nos consumos mínimos definidos no Contrato de Recolha de Efluentes. Como já foi referido anteriormente, no entender do município a faturação deverá ser efetuada com base nos valores efetivamente medidos.

Entre os valores faturados pelas Águas do Centro e os valores efetivamente medidos, que serviram de base ao cálculo e pagamento da TRH a diferença é a seguinte:

Mês	Minimos (Contrato) m3	m3 recolhido/tratado (TRH)
Janeiro	85.804	47.287
Fevereiro	85.804	44.265
Março	85.804	35.584
Abril	85.804	55.196
Mai	85.804	53.990
Junho	85.804	53.738
Julho	85.804	50.865
Agosto	85.804	59.889
Setembro	85.804	77.121
Outubro	85.804	54.449
Novembro	85.804	64.585
Dezembro	85.804	74.509
Total M3	1.029.648	671.478
Preço por m3	0,6519	0,6519
Total S/ IVA	671.227,53	437.736,51
Total C/IVA	711.501,18	464.000,70
Diferença	247.500,48	
Média mensal	59.291,77	38.666,72

Entre os mínimos definidos no contrato e os valores efetivamente tratados existe uma diferença de 35.8170 m3, ou seja, 247.500,48 €.

Tratamento de Resíduos Sólidos – Refere-se à recolha e tratamento de resíduos sólidos pela Resitejo. Face ao ano anterior verificou-se uma redução de 5,48 %. Esta diferença resulta da não cobrança em 2014 da Taxa de Gestão de Resíduos por parte da Resitejo.

A taxa em causa só é devida quando os resíduos são depositados no aterro, situação que não aconteceu no ano transato uma vez que os resíduos foram diretamente para o sistema de tratamento mecânico biológico (TMB).

Outro – Refere-se principalmente aos custos com as atividades de apoio à família, serviços de motorista dos TURE, prestação de serviços de saúde no trabalho e serviços de teleassistência.

No que diz respeito à “eletricidade” a rubrica divide-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	2014	2013	Variação
Iluminação Pública	408.982,61	413.230,64	-1,04%
Centrais Elevatórias	57.111,05	47.616,25	16,63%
Piscinas Municipais	41.813,90	39.857,85	4,68%
Outras Instalações	26.906,22	71.741,10	-166,63%
Edifício Paços do Concelho	25.261,12	22.528,11	10,82%
Campo de Jogos	23.720,24	15.233,30	35,78%
Escola Básica da Zona Verde	20.920,80	25.522,66	-22,00%
Mercado Diário	17.000,60	18.015,01	-5,97%
Parque de Estac. Subterraneo	16.965,66	15.755,69	7,13%
Edifício dos Serviços Técnicos	14.965,50	16.550,75	-10,59%
Escola Básica António Gedeão	11.834,21	11.806,73	0,23%
Pavilhão Polidesportivo	11.066,17	9.850,49	10,99%
Jardim-de-infancia Sophia de Mello Breyner	11.040,81	10.088,33	8,63%
Oficinas e Viaturas	5.893,75	7.014,27	-19,01%
Escola Básica do Bonito	4.805,25	0,00	100,00%
Centro de Convívio	4.484,62	4.724,89	-5,36%
Recinto Multiusos	4.318,89	4.362,78	-1,02%
Biblioteca Municipal	4.027,93	4.055,11	-0,67%
Serv. Culturais - R. Junta Freguesia (2º andar)	3.723,41	3.721,57	0,05%
Escola Básica do Entroncamento	2.519,68	5.519,26	-119,05%
DEVA	2.176,06	1.328,69	38,94%
Escola Básica das Tílias	1.999,51	2.045,23	-2,29%
Escola de Segurança e Educação Rodoviária	1.371,76	1.479,44	-7,85%
Cemitério	1.269,34	1.124,90	11,38%
Cine-teatro S. João	817,34	801,50	1,94%
Centro de Estudos Politécnicos do Entroncamento	594,69	510,12	14,22%
Centro Cultural	435,15	517,19	-18,85%
TOTAL GERAL	726.026,27	755.001,86	-3,99%

80,41%

Os custos com “eletricidade” registaram um valor de 726.026,27 € o que significa uma redução de 3,99 % face ao ano anterior.

Existem 6 rubricas responsáveis por 80,41 % do total do custo.

A rubrica “outras instalações” respeita a semáforos, jardins, fontes na Rua Falcão de Sommer e Largo José Duarte Coelho, iluminação das passagens inferiores da via férrea, estação elevatória do centro de convívio, entre outros.

A composição da conta “outros fornecimentos e serviços” era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2014	2013	Variação
Refeições	194.690,93	195.527,28	-0,43%
Centro de Emprego	184.091,24	176.663,46	4,03%
Actividades culturais e turísticas	80.987,79	159.704,90	-97,20%
Serviços de educação	61.364,70	56.504,00	7,92%
Produtos Alimentares	36.228,20	24.860,53	31,38%
IMI - Transferência para as Freguesias	25.321,74	277,53	98,90%
Outros	9.412,75	28.944,18	-207,50%
Livros Escolares	8.094,79	0,00	100,00%
Bolsas de Estudo	7.273,77	3.653,37	49,77%
Indemizações a Terceiros	6.307,65	1.021,60	83,80%
Encargos c/ Cobrança de Água - CTT	5.284,48	5.546,24	-4,95%
Material Desportivo, Cultural e Recreativo	4.240,86	2.809,79	33,74%
Árvores, Plantas e Flores	3.418,56	7.755,80	-126,87%
Jornais e Revistas	2.618,50	4.672,40	-78,44%
Material Didático	2.540,36	169,65	93,32%
Cativação no F.E.F. - DGAL	2.004,00	1.980,00	1,20%
Cursos/Formações/Seminários	1.759,02	1.690,00	3,92%
Condomínios	1.230,87	2.239,05	-81,91%
Informática - Acessórios	1.106,37	2.071,32	-87,22%
Tintas / Div. Mat. de Preparação	813,54	232,35	71,44%
Copos, Talheres, Pratos, Toalhas, Outros	759,32	1.134,90	-49,46%
Sementes, Fertilizantes e Pesticidas	636,16	16,07	97,47%
Portagens	544,81	1.093,06	-100,63%
Passes de Estudante	520,20	842,60	-61,98%
Chaves, Fechaduras, e Cadeados	446,80	468,51	-4,86%
Produtos Farmaceuticos	380,71	529,81	-39,16%
Despesas com Alojamentos	272,00	144,00	47,06%
Numeros de Policia e Placas Toponimicas	249,27	0,00	100,00%
Transporte Escolares	198,97	4.865,40	-2345,29%
Direitos de Autor	83,25	0,00	100,00%
Artigos de Decoração	81,00	25,00	69,14%
Actividades Desportivas	73,85	1.853,54	-2409,87%
Emolumentos	0,00	25.575,58	0,00%
TOTAL GERAL	643.036,46	712.871,92	-10,86%

81,04%

Da análise do quadro da folha anterior verifica-se que existiram 4 rubricas responsáveis por 81,04 % do total dos custos apurados.

Em relação às “refeições” diz respeito ao fornecimento de refeições para os jardim-de-infância e Escolas Primárias. Este serviço é feito pela Uniself e manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

A rubrica “centro de emprego” refere-se aos custos com os CEI e CEI+ a prestar serviço no município. Registou uma variação de 4,03 % face a 2013.

Nas atividades culturais e turísticas estão incluídos os custos com as festas da cidade e outros espetáculos culturais que ocorreram ao longo do ano de 2014. Quando comparado com o ano anterior registou-se uma de redução de 78.717,11 €.

Na rubrica “serviços de educação” estão incluídos custos com prestações de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC – Inglês, atividade física e expressões artísticas).

“Conservação e reparação” conforme o próprio nome indica, inclui custos com a manutenção dos diversos equipamentos e edifícios, a saber:

DESIGNAÇÃO	2014	%
Edifícios e outras construções	88.637,99	54,51%
Piscinas Municipais	22.652,72	13,93%
Parques e Jardins	17.974,24	11,05%
Passagem Inferior	6.318,34	3,89%
Rede de Águas	5.173,47	3,18%
Edifício dos Serviços Técnicos	4.698,05	2,89%
Campo de Jogos Municipal	4.021,57	2,47%
Rede de Esgotos	3.904,62	2,40%
Outros - Cons. Reparação	3.358,96	2,07%
Escola Básica António Gedeão	3.330,22	2,05%
Habituação Social	2.952,93	1,82%
Rede Viária	2.782,87	1,71%
Edifício Paços do Concelho	1.913,29	1,18%
Jardim-de-infancia Sophia de Mello Breyner	1.805,24	1,11%
Pavilhão Desportivo	1.446,80	0,89%
CEMPRE	1.328,40	0,82%
Escola Dr. Ruy de Andrade	913,77	0,56%
Mercado Municipal	889,91	0,55%
Oficinas Municipais	675,23	0,42%
Centro Cultural	641,01	0,39%
Centro de Convívio	570,61	0,35%
P. de Estacion. (P. Salg. Maia)	526,68	0,32%
Cemitério	253,35	0,16%
Escola Básica Zona Verde	154,78	0,10%
Edifício da Biblioteca Municipal	147,24	0,09%
Remodelação IP do concelho	116,04	0,07%
Centro Empresarial	53,27	0,03%
Posto Turismo	34,38	0,02%
Equipamento básico	9.385,21	5,77%
Serviço de desporto	3.662,85	2,25%
Serviço de parques e jardins	3.118,99	1,92%
Serviço de resíduos sólidos	1.209,52	0,74%
Serviço de obras	573,56	0,35%
Serviço de águas	423,44	0,26%
Serviço de saneamento	308,08	0,19%
Serviço de eletricidade	88,77	0,05%
Equipamento de transporte	53.554,82	32,94%
Serviço de resíduos sólidos	19.229,15	11,83%
Serviços de obras	13.043,64	8,02%
TURE'S	12.068,37	7,42%
Serviço de saneamento	3.087,48	1,90%
Presidência	1.989,44	1,22%
Serviço de parques e jardins	1.192,71	0,73%
Serviço de águas	1.170,72	0,72%
Serviço de desporto	959,96	0,59%
Serviço de proteção civil	263,59	0,16%
Serviço de eletricidade	209,10	0,13%
Serviço de cultura	171,80	0,11%
Serviço de educação	105,51	0,06%
Ação social - CPCJ	51,05	0,03%
ESER - Escola de trânsito	12,30	0,01%
Ferramentas e utensílios	17,22	0,01%
Outras conservações e reparações	11.007,53	6,77%
TOTAL GERAL	162.602,77	100,00%

Vejamos agora outras contas com subdivisões e respetivos custos suportados em 2014:

DESIGNAÇÃO	2014
Combustíveis	135.583,49
Gasóleo	917,66
Gasolina	1.913,28
Gás	132.400,10
Outros	352,45
Rendas e alugueres	43.334,49
Terrenos	10.248,00
Edifícios	24.304,00
REFER	461,16
Outros	8.321,33
Comunicação	88.843,64
Comunicações Fixas	8.618,65
Comunicações Móveis	14.533,52
Internet	10.336,43
Serviços Postais	49.929,14
Outras	5.425,90
Seguros	84.761,72
Seguros de Máquinas e Viaturas	49.403,18
Responsabilidade Civil	17.713,07
Multirriscos	5.661,09
Bombeiros	2.027,16
Autarcas	1.092,87
Centro de Emprego	4.769,97
Atividades Culturais e Desportivas	4.094,38
Publicidade e propaganda	11.545,02
Jornais	4.217,45
Rádios	180,81
Diário da Republica	6.486,75
Outros	660,01
Vigilância e segurança	95.745,41

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (Conta 63)

Refere-se aos apoios atribuídos a entidades diversas (coletividades, clubes, associações).

Vd. ponto 2.4.1.4 e mapa nominal no ponto 8.3.4 dos Anexos ao Balanço

DESIGNAÇÃO	2014	%
Instituições sem fins lucrativos	161.270,83	71,95%
Municípios	39.607,56	17,67%
Freguesias	19.460,95	8,68%
Associações de municípios	3.806,61	1,70%
TOTAL GERAL	224.145,95	100,00%

Registou em 2014 custos no valor de 224.145,95 €.

Estes custos tiveram origem em:

“Instituições sem fins lucrativos” diz respeito aos apoios concedidos aos clubes e outras entidades sem fins lucrativos.

“Municípios” refere-se à comparticipação que coube ao município na gestão do canil intermunicipal.

“Freguesias” diz respeito ao contrato de delegação de competências nas Juntas de Freguesia (manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, entre outros).

“Associação de Municípios” refere-se aos projetos desenvolvidos pela CIMT.

Custos com o Pessoal (Conta 64)

As despesas com o pessoal em 2014 atingiram o valor de 5.093.985,48 €, registando uma redução de 1,02 % relativamente ao ano de 2013.

DESIGNAÇÃO	2014	%	2013	%	Varição
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	229.232,58	4,5%	178.666,55	3,5%	22,06%
Remuneração Mensal	177.248,38	3,5%	125.646,52	2,5%	29,11%
Despesas de Representação	35.844,40	0,7%	34.092,11	0,7%	4,89%
Ajudas de Custo	0,00	0,0%	1.637,73	0,0%	0,00%
Senhas de Presença	5.219,68	0,1%	5.769,12	0,1%	-10,53%
Membros da Assembleia	10.920,12	0,2%	11.521,07	0,2%	-5,50%
Remunerações do pessoal	3.386.113,66	66,5%	3.501.486,70	68,0%	-3,41%
RCTFP por tempo indeterminado	3.308.033,67	64,9%	3.442.521,19	67,6%	-4,07%
Pessoal com contrato a termo certo	30.065,62	0,6%	46.371,59	0,9%	-54,23%
Pessoal em qualquer outra situação	2.288,53	0,0%	0,00	0,0%	100,00%
Estágios profissionais	45.725,84	0,9%	12.593,92	0,2%	72,46%
Suplementos de remunerações	396.939,75	7,8%	412.814,83	8,0%	-4,00%
Trabalho extraordinário	37.123,80	0,7%	44.963,38	0,9%	-21,12%
Trabalho em regime de turnos	44.004,06	0,9%	40.021,25	0,8%	9,05%
Abono para falhas	20.930,82	0,4%	18.041,34	0,4%	13,80%
Subsídio de refeição	293.515,53	5,8%	309.445,16	6,1%	-5,43%
Ajudas de custo	765,41	0,0%	343,70	0,0%	55,10%
Vestuário e artigos pessoais	595,38	0,0%	0,00	0,0%	100,00%
Outros suplementos	4,75	0,0%	0,00	0,0%	100,00%
Prestações sociais directas	26.136,51	0,5%	27.010,13	0,5%	-3,34%
Subsídio familiar a crianças e jovens	17.975,49	0,4%	18.495,85	0,4%	-2,89%
Outras prestações familiares	8.161,02	0,2%	8.514,28	0,2%	-4,33%
Pensões	2.348,69	0,0%	272,78	0,0%	88,39%
Encargos sobre remunerações	845.179,21	16,6%	794.211,27	15,4%	6,03%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	37.144,50	0,7%	35.598,68	0,7%	4,16%
Outros custos com o pessoal	170.890,58	3,4%	196.066,81	3,8%	-14,73%
TOTAL GERAL	5.093.985,48	100,0%	5.146.127,75	100,0%	-1,02%

Enquadramento face ao OE de 2014 (Lei 83-C/2013).

Foi previsto no art.º 33 da Lei 83-C/2013, que durante o ano de 2014 eram reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais das pessoas com valor de remuneração superior a 675 €. A redução em causa mante-se ativa até aos vencimentos do mês de maio, altura em que foi declarado pelo Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade do artigo acima referido, por violação do princípio da igualdade, consagrado no art.º 13 n.º 1 da Constituição.

Entre os meses de junho a agosto todos os funcionários receberam as suas remunerações sem qualquer redução.

Com a publicação da **Lei nº 75/2014** de 12 de setembro, aos funcionários com remunerações acima de 1.500 €, foi-lhes aplicada nova redução remuneratória nas seguintes percentagens:

- a) 3,5 % sobre o valor total das remunerações superiores a 1.500 € e inferiores a 2.000 €;
- b) 3,5 % sobre o valor de 2.000 € acrescido de 16 % sobre o valor da remuneração total que exceda os 2.000 €, perfazendo uma redução global que varia entre 3,5 % e 10 %, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2.000 € e até 4.165 €;
- c) 10 % sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 €;

Apesar da redução remuneratória não ter sido aplicada nos meses de julho a agosto verificou-se uma redução de 4,07 % nas remunerações do pessoal a tempo indeterminado, consequência da saída de 17 funcionários (saídas por aposentação e fim de contratos a termo).

A redução registada no “pessoal com contrato a termo certo” (-54,23 %) deve-se à não renovação dos contratos a termo. No final de 2014 o município não tinha nenhum funcionário nestas condições.

Em “suplementos de remunerações” verifica-se uma redução de 4 % face ao ano anterior, com especial incidência no “subsídio de refeição” fruto da redução do número de funcionários de 336 no final de 2013 para 319 no final de 2014.

Encargos sobre remunerações

Face às alterações do Decreto-Lei 498/72 (Estatuto da Aposentação), a partir 01 de janeiro de 2014, conforme previsto no art.º 81.º do LOE a contribuição da entidade patronal para a CGA passa de 20,00 % para 23,75 % da remuneração sujeita a desconto da quota dos trabalhadores do Regime de Proteção Social Convergente.

Esta alteração contribuiu para o aumento do custo face ao ano anterior (6,03 % - 50.967,94 €).

Outros Custos com Pessoal

A rubrica “outros custos com pessoal” refere-se a despesas com:

- Verbas retidas nas transferências do OE para o Serviço Nacional de Saúde (art.º150 da Lei nº 83-C/2013 de 31 dezembro e art.º 55 do DL 52/2014 de 07 abril).

O valor retido ascendeu a 99.084 €.

Artigo 150.º

Transferências das autarquias locais para o orçamento do Serviço Nacional de Saúde

1 — As autarquias locais transferem para o orçamento da ACSS, I. P., um montante igual ao afeto em 2013 aos encargos com os seus trabalhadores em matéria de prestações de saúde pelo SNS.

2 — A transferência referida no número anterior efetiva-se mediante retenção da transferência do Orçamento do Estado para as autarquias locais.

3 — A repartição do encargo referido no n.º 1 por município é objeto de encontro de contas com o SNS, com base nos custos efetivos em que este incorreu com a prestação de serviços e dispensa de medicamentos a trabalhadores das autarquias locais no ano de 2012.

4 — A operação de encontro de contas referida no número anterior tem uma periodicidade semestral e é regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde e da administração local.

5 — Os ajustamentos resultantes da operação de encontro de contas são refletidos no semestre seguinte nas retenções referidas no n.º 2.

- Encargos com RO’S que se traduzem em despesas dos beneficiários da ADSE privado (com acordos com a ADSE). Em 2014 o município suportou encargos desta natureza no valor de 33.180,81 €.

- Despesas de saúde dos nossos funcionários, no setor privado (sem acordo da ADSE) e que o município paga (uma percentagem de acordo com as tabelas da ADSE) aos funcionários juntamente com o vencimento. Em 2014 este tipo de despesas ascendeu a 30.826,68 €.

O aumento dos encargos acima referidos (20 % para 23,75 %) teve como justificação o aproximar do setor público ao setor privado, contudo, para a entidade patronal parece-nos que existem diferenças significativas entre os 2 sistemas de proteção social, saindo o setor publico prejudicado face ao privado.

Em termos de taxas de contribuição verifica-se (a partir de 2014) uma convergência entre o público e o privado, ou seja, ambos contribuem com 23,75 %.

A desigualdade verifica-se quando no setor privado a sua contribuição fica-se pelos 23,75 e no setor publico as entidades têm de suportar ainda os encargos inerentes à proteção social no âmbito dos cuidados de saúde através da ADSE.

- Encargo da entidade de 2,5 % para a ADSE referente aos funcionários que foram transferidos no âmbito do protocolo de transferência de competência na área da educação. Este encargo é devido porque para estes funcionários o município não tem encargos com os RO’S.

Em 2014 os custos com estes encargos foram de 7.682,38 €.

Outros Custos e Perdas Operacionais (Conta 65)

Relativamente aos “outros custos e perdas operacionais” atingiram um valor 86.011,02 €.

DESIGNAÇÃO	2014	2013	Variação
Impostos e taxas	39.297,26	43.950,61	-11,84%
Imposto Municipais S/ Imóveis	2.644,07	2.717,94	-2,79%
Contribuição Audio Visual - L30/2003	1.957,67	1.856,28	5,18%
Taxa de Recursos Hídricos	31.700,82	34.266,21	-8,09%
Outros impostos e taxas	2.994,70	5.110,18	-70,64%
Quotizações	46.713,76	58.349,80	-24,91%
Comunidade Intermunicipal Medio Tejo	36.913,32	38.059,20	-3,10%
ANMP	4.756,00	4.756,00	0,00%
Resitejo	4.200,00	14.692,68	-249,83%
A.Logos-Assoc.Desenv.de Ass.Ens.Técnicos	844,44	841,92	0,30%
TOTAL GERAL	86.011,02	102.300,41	-18,94%

As despesas referentes ao “**IMI**”, referem-se à fração onde atualmente funcionam alguns serviços como é o caso da CPCJ. Este imposto é debitado pela locadora ao município, que posteriormente o vai recuperar.

“**Taxa de recursos hídricos**” é um custo suportado pelo município, que visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacte significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

“**Quotizações**” regista um custo de 46.713,76 €. Face ao ano anterior teve uma redução de 24,91 %.

Amortizações do Exercício (Conta 66)

Diz respeito às amortizações sobre o imobilizado registado nas contas da classe 4 do plano de contas, a saber:

- 42 – Imobilizado corpóreo
- 43 – Imobilizado incorpóreo
- 45 – Bens do domínio público

Vd. ponto 6 do Volume II

Balancete Acumulado

Analítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
66	Amortizações do exercício	2.706.626,86	0,00	2.706.626,86	0,00
662	Imobilizações corpóreas	1.256.491,16	0,00	1.256.491,16	0,00
6622	Edifícios e outras construções	583.821,80	0,00	583.821,80	0,00
66221	Edifícios	382.130,36	0,00	382.130,36	0,00
66222	Outras construções	201.691,44	0,00	201.691,44	0,00
6623	Equipamento básico	279.540,85	0,00	279.540,85	0,00
66231	Software	86.452,27	0,00	86.452,27	0,00
66239	Outros	193.088,58	0,00	193.088,58	0,00
6624	Equipamento de transporte	121.486,10	0,00	121.486,10	0,00
66242	Equipamento de transporte-Viaturas-Adm. Geral	121.486,10	0,00	121.486,10	0,00
6625	Ferramentas e utensílios	2.211,16	0,00	2.211,16	0,00
6626	Equipamento administrativo	210.799,53	0,00	210.799,53	0,00
66261	Software	3.153,48	0,00	3.153,48	0,00
66269	Outros	207.646,05	0,00	207.646,05	0,00
6628	Outras imobilizações corpóreas	58.631,72	0,00	58.631,72	0,00
663	Imobilizações incorpóreas	90.879,92	0,00	90.879,92	0,00
6639	Outras imobilizações incorpóreas	90.879,92	0,00	90.879,92	0,00
665	Bens de domínio público	1.359.255,78	0,00	1.359.255,78	0,00
6652	Edifícios	257.775,17	0,00	257.775,17	0,00
6653	Outras construções e infraestruturas	1.099.582,75	0,00	1.099.582,75	0,00
6655	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.609,23	0,00	1.609,23	0,00
6659	Outros bens de domínio público	288,63	0,00	288,63	0,00
Totais Gerais:		2.706.626,86	0,00	2.706.626,86	0,00

Os custos com amortizações registaram em 2014 o valor de 2.706.626,86 €. Este tipo custo representa 19,63 % do total dos custos.

Em comparação com os valores registados em 2013 (2.490.255,06 €), houve um aumento de 7,99 % o que resulta, principalmente, da transferência de obras em curso para imobilizado corpóreo.

Provisões do Exercício (Conta 67)

Vd. ponto 3.1.3.

Foram constituídas e reforçadas provisões para clientes, contribuintes e utentes que estão em situação devedora. O valor das provisões do exercício é de 480.628,36 €.

Balancete Acumulado

Analítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
671	Para cobranças duvidosas	41.587,12	0,00	41.587,12	0,00
672	Para riscos e encargos	439.041,24	0,00	439.041,24	0,00
6723	Processos judiciais em curso	127,16	0,00	127,16	0,00
6725	Outros riscos e encargos	438.914,08	0,00	438.914,08	0,00
Totais Gerais:		480.628,36	0,00	480.628,36	0,00

Foram feitas as seguintes provisões:

Para cobranças duvidosas - 41.587,12 € (Referente a dividas de agua, saneamento, RSU, rendas).

Processos Judiciais em Curso – 127,16 € (reforço)

Referente aos seguintes processos:

Autor: Maria José da Rocha

Ação: Feira de Artesanato

Tipo de ação: Ação Administrativa Comum

Valor: 6.809,96 €

Já tinha sido feita uma provisão no valor de 6.682,80 €. O reforço em causa deve-se ao facto do município já ter conhecimento da condenação. O processo em causa será finalizado em janeiro de 2015 com o pagamento.

Outros riscos e encargos – 438.628,36 €

O valor acima referido é o somatório dos seguintes processos:

Referente aos seguintes processos:

Autor: Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Ação: Contraordenação ASAE - Parque Infantil do Formigão

Valor máximo da contraordenação: 5.000 €

Autor: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Ação: Contraordenação ANSR - Veiculo sem extintor

Valor máximo da contraordenação: 249,40 €

Autor: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Ação: Contraordenação ANSR - Veiculo sem inspeção obrigatória

Valor máximo da contraordenação: 1.250 €

Autor: Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Ação: Inspeção no Mercado Diário

Valor máximo da contraordenação: 44.890 €

Autor: Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Ação: Inspeção no Mercado Diário

Valor máximo da contraordenação: 44.890 €

Autor: Ecofluido

Ação: Injunção

Valor máximo da contraordenação: 445,55 €

Para além dos processos acima referidos foi ainda criada uma provisão no valor de 387.079,13 €. Como já foi referido anteriormente, esta faturação é o reflexo da posição do Município face aos critérios de faturação do saneamento adotados pelas AdC, ou seja, a faturação está a ser feita pelos valores mínimos definidos no Contrato de Recolha de Efluentes e o Município entende que esta faturação deve ser feita pelos valores efetivamente medidos, uma vez que, existem condições para efetuar essas medições. O valor acima apurado resulta do diferencial entre o que foi faturado e o que foi medido desde o início da faturação dos efluentes, ou seja, desde abril de 2013.

No final de 2014 foi feito um encontro de contas entre esta faturação e o valor que o município tinha em dívida referente às faturas de saneamento. Tendo em conta que se trata de uma decisão unilateral optou-se por criar a provisão em causa.

Custos e Perdas Financeiras (Conta 68)

DESIGNAÇÃO	2014	%
Juros de Empréstimos Bancários de MLP	172.878,69	66,05%
Caixa Geral de Depósitos	52.922,28	20,22%
Construção 32 Fogos Habitação Social	892,31	0,34%
Financiamento P/Div. Investimentos (1.995.191 €)	2.431,25	0,93%
Saneamento Financeiro (3.000.000 €)	378,79	0,14%
Zona Industrial	1.382,73	0,53%
Saneamento Financeiro (465.810 €)	966,12	0,37%
Jardim-de-infancia Sophia de Mello Breyner	840,30	0,32%
Financiamento Diversos Investimentos (2.855.000 €)	45.816,46	17,50%
PREDE	214,32	0,08%
I.N.H.-Instituto Nacional Habitação	158,36	0,06%
Fogos Sociais	158,36	0,06%
Banco Espírito Santo / Novo Banco	13.378,25	5,11%
Requal.espaços públicos	760,84	0,29%
Saneamento básico conc.	1.089,27	0,42%
Project.qualific.z.urb.	722,49	0,28%
Pavilhão - Cobertura	613,77	0,23%
Pavilhão Polidesportivo 3ª. Fase	2.150,44	0,82%
Requalificação Zona Env.Mercado Municipal	8.041,44	3,07%
Banco BPI,SA	28.516,93	10,90%
Recinto Multiusos	2.571,44	0,98%
Escola Básica António Gedeão	25.945,49	9,91%
Direcção-Geral do Tesouro	77.902,87	29,76%
Programa de Regularização Dividas ao Estado (PREDE)	724,13	0,28%
Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	77.178,74	29,49%
Outros Juros	40.654,98	15,53%
Juros de mora	39.215,50	14,98%
Juros de Leasing	1.439,48	0,55%
Encargos Financeiros	48.202,21	18,42%
Encargos Bancários	2.107,61	0,81%
TPA-Terminais Pagamento Automático	4.385,86	1,68%
Encargos com Cobrança Água	41.060,98	15,69%
Encargos com Empréstimos	296,00	0,11%
Outros	351,76	0,13%
TOTAL GERAL	261.735,88	100,00%

Em 2014 os custos com juros e encargos financeiros totalizaram 261.735,88 €.

O quadro seguinte faz a comparação entre 2014 e 2013.

DESIGNAÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
Juros			
Empréstimos Bancários	172.878,69	155.391,94	10,12%
Juros de Mora	39.215,50	95.961,43	-144,70%
Juros de Leasing	1.439,48	4.193,89	-191,35%
Encargos Financeiros	48.202,21	49.535,68	-2,77%
Total	261.735,88	305.082,94	-16,56%

Analisando o quadro acima verifica-se uma redução dos custos financeiros em 16,56 % face ao ano anterior.

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	213.533,67	255.547,26	781	Juros obtidos	45.084,49	50.205,67
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	10.909,44	10.909,44
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	48.202,21	49.535,68	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-205.741,95	-243.967,83	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		55.993,93	61.115,11			55.993,93	61.115,11

Custos e Perdas Extraordinários (Conta 69)

Em 2014 foram contabilizados “custos e perdas extraordinários” no valor de 334.471,44 €.

Balancete Acumulado

Analítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2014

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
69	Custos e perdas extraordinários	351.421,44	16.950,00	334.471,44	0,00
693	Perdas em existências	54.570,36	0,00	54.570,36	0,00
6938	Outras	54.570,36	0,00	54.570,36	0,00
694	Perdas em imobilizações	80.100,00	16.950,00	63.150,00	0,00
6942	Alienação de imobilizações corpóreas	80.100,00	16.950,00	63.150,00	0,00
695	Multas e penalidades	2.029,50	0,00	2.029,50	0,00
6952	Multas não fiscais	26,00	0,00	26,00	0,00
6958	Outras penalidades	2.003,50	0,00	2.003,50	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	213.884,61	0,00	213.884,61	0,00
6972	Outras	213.884,61	0,00	213.884,61	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinários	836,97	0,00	836,97	0,00
6983	Outros não especificados	830,52	0,00	830,52	0,00
6988	Regularizações de Iva	6,45	0,00	6,45	0,00
Totais Gerais:		351.421,44	16.950,00	334.471,44	0,00

Como “custos e perdas extraordinárias” destaca-se”:

“Perdas em existências”

Refere-se à desvalorização de existências feita no programa informático.

“Perdas em imobilizações” – 63.150,00 €

Diz respeito à menos valia registada na sequência da venda do Lote 14 da Zona Industrial – 2ª Fase. O lote em questão estava valorizado no património municipal com o valor de 80.100 € (valor atribuído pelas finanças) e foi vendido pelo valor de 16.950 €.

“Multas e penalidades” – 2.029,50 €

O valor acima referido deve-se principalmente a:

- Contraordenação no valor de 1.801 € pelo facto do município, na sequência da empreitada “Remodelação do Centro Cultural”, ter efetuado a comunicação prévia aos serviços da ACT, após a obra se iniciar (infração por negligência).
- Pagamento de coima no valor de 202,50 € devido ao facto de um autocarro estar a circular com um extintor fora de validade.

“Correções relativas a exercícios anteriores”

As correções feitas devem-se às seguintes situações:

- Anulação do valor faturado em 2013 às Águas do Centro (AdC) para compensação dos encargos com eletricidade das instalações que passaram para a responsabilidade desta entidade. O valor faturado não foi aceite pela AdC e por isso foi creditado em 2014. A nota de crédito foi emitida pelo valor de 117.102,88 € que era o valor que estava dado como estando em dívida. Só no final de 2014 é que o município e as AdC chegaram a acordo sobre o valor em questão, ou seja, foi acordado uma compensação no valor de 145.430,11 € (incluindo já as despesas de 2014).

- Regularização de encargos com férias no valor de 26.596,44 €. A previsão feita no ano anterior foi superior ao custo real. Esta diferente deve-se principalmente às alterações efetuadas nas reduções remuneratórias. O pagamento do subsidio de férias foi feito na integra aos funcionários, ou seja, não foi sujeito da reduções pelas razões explicadas na explicação à conta 64 – Custos com pessoal.

- Beneficiação do Parque do Bonito no valor de 16.725,82 €. Estes trabalhos foram realizados em 2013 contudo a faturação só ocorreu em 2014.

- Correção da previsão da Derrama no valor de 12.578,16 €. O valor previsto em 2013 foi superior ao efetivamente recebido.

- Acertos nas apólices de acidentes de trabalho e dos bombeiros profissionais e voluntários. Em 2014 foram contabilizados acertos no valor de 8.518,19 € para estas 2 apólices.

Esta situação deve-se a:

- Utilização, por parte da seguradora, de um valor base de remunerações inferior ao que foi efetivamente pago.

- Alterações nas coberturas das apólices destinadas aos bombeiros profissionais e voluntários.

Esta alteração veio na sequência da publicação da portaria 123/2014.

Os resultados extraordinários (diferença entre a conta 79 e a 69), saldaram-se por um proveito de 1.460.503,26 €.

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	0,00	22.750,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	54.570,36	0,00	793	Ganhos em existências	2.708,70	40.094,81
694	Perdas em imobilizações	63.150,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	36.767,07	65.929,94
695	Multas e Penalidades	2.029,50	1.394,50	795	Benefícios de penalidades contratuais	7.865,22	2.724,48
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	33.403,02	33.531,47
697	Correções relativas a exercícios anteriores	213.884,61	21.148,93	797	Correções relativas a exercícios anteriores	82.677,67	18.688,45
698	Outros custos e perdas extraordinárias	836,97	366,88	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.631.553,02	1.094.549,46
	Resultados extraordinários	1.460.503,26	1.209.858,30				
		1.794.974,70	1.255.518,61			1.794.974,70	1.255.518,61

3.4. Análise do Resultado Líquido do Exercício

A exploração do exercício saldou-se por um resultado negativo de 645.880,88 €.

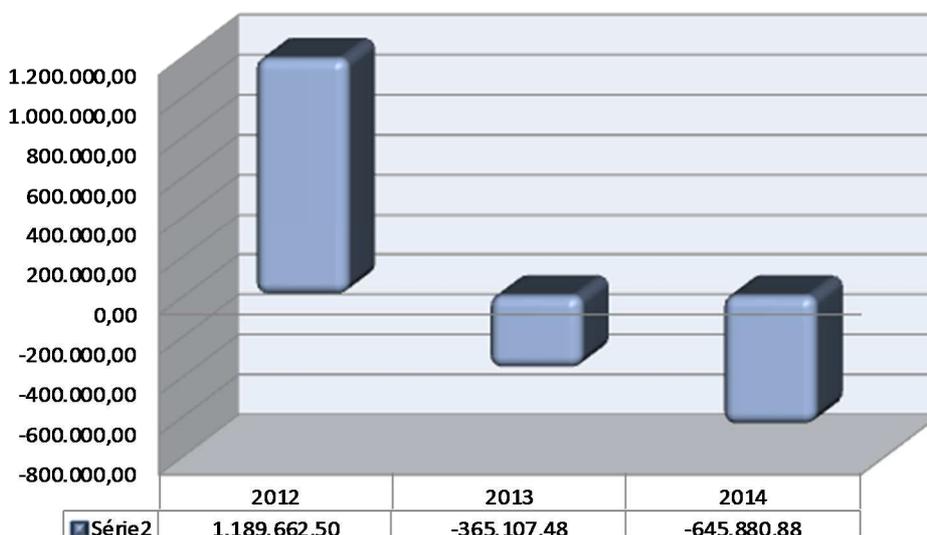
Da análise feita ao presente relatório constata-se o esforço que o município teve em reduzir os seus custos operacionais e de facto, apesar da análise global se verificar um aumento dos mesmos, os custos que implicam movimentações de tesouraria reduziram substancialmente (-516.042,11 €), conforme demonstra o quadro do ponto 3.3.

Destaca-se o aumento registado nas amortizações do exercício e nas provisões efetuadas para riscos e encargos. O aumento registado nestas 2 rubricas totaliza 620.502,75 € que só por si cobrem praticamente o RL negativo registado. De referir que o aumento registado nestas 2 rubricas não implica saídas de tesouraria. Caso o risco associado às provisões não se verifique as mesmas serão anuladas e consideradas como proveitos extraordinários.

Analisando os meios libertos líquidos verifica-se um resultado positivo no valor de 2.541.374,34 € (MLL = Resultado Líquido + Amortizações + Provisões). Os meios libertos permitem avaliar a capacidade do município em assegurar a manutenção do capital, garantir as participações a entregar ao Estado, assegurar a amortização do capital alheio, assegurar o crescimento e permitir o autofinanciamento.

O ano é marcado principalmente pela tomada de posição por parte do Município face aos critérios de faturação seguidos pelas Águas do Centro. Este movimento em termos de RL acaba por ter um efeito nulo, mas se retirarmos este movimento (387.079,13 €) dos proveitos (conta 71) e dos custos (conta 67) chegamos a um cenário um pouco diferente, ou seja, acaba-se por verificar uma redução de custos (-0,28 %) e proveitos (-2,43 %) face ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO NO PERIODO 2012 - 2014



3.5. Contabilidade de Custos

Segundo o ponto 2.8.3.1 do POCAL a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.

A implementação da Contabilidade de Custos trata-se de um processo bastante complexo e sujeito a melhorias contínuas, de modo a constituir-se como um sistema de apoio ao processo de gestão.

Os custos apurados repartiram-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	FINAL
Gabinete de apoio pessoal à presidência	45.490,73
GIP - Gabinete de inserção profissional	11.213,50
Proteção civil	64.895,46
Freguesias	19.261,76
Canil intermunicipal	11.102,81
Outros custos gerais	238.881,98
Administração Geral, Finanças, Inovação e Educação	5.259.838,99
Administração geral	
Serviços comuns	60.943,79
Secção de licenças e taxas	62.791,46
Serviços jurídicos	78.056,70
Notariado	25.626,15
Secção central	82.737,77
Fiscalização municipal	17.198,43
Serviços de habitação e ação social	291.094,14
Serviços Culturais	434.509,58
Serviços Desportivos	998.312,11
Gabinete de turismo, industria e comercio	74.634,84
Arquivo municipal	34.532,05
Gestão financeira	
Contabilidade	176.652,34
Aprovisionamento e armazens	202.880,49
Património	4.834,00
Mercados e Feiras	251.548,50
Tesouraria	21.366,28
Gab. Investimentos	38.754,90
Inovação, recursos humanos e educação	
Sistemas de informação	247.879,21
Secção de recursos humanos	143.315,58
Serviços de educação	1.922.400,42
Comunicação, imagem e protocolo	89.770,25
Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos	8.135.786,24
Gestão urbanística e obras	1.209.207,03
Ambiente e serviços urbanos	
Espaços verdes	800.892,05
Oficinas	226.074,51
Águas	1.463.893,81
Saneamento	1.574.360,67
Resíduos sólidos	221.462,65
Cons. Manut. Rede viária, arruam. Passeios	982.194,32
Cemitério	54.825,32
Transportes urbanos	290.588,33
Parque de estacionamento	110.451,90
Sinalização e trânsito	3.985,43
Outros serviços urbanos	72.789,70
Eletricidade	465.802,45
RSU recolha do lixo	489.832,78
Serviços comuns	169.425,28
Total Geral	13.786.471,47

4. DIVIDA DO MUNICIPIO

4.1 Estrutura da divida

RUBRICAS	Valor (€)	%
A MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	8.662.915,49	67,58%
A CURTO PRAZO		
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	889.846,26	6,94%
Fornecedores		
Fornecedores gerais c/c	1.222.340,48	9,54%
Fornecedores - Faturas em Recepção e Conferência	397.542,07	3,10%
Fornecedores de imobilizado - c/c	529.845,09	4,13%
Leasing	34.783,06	0,27%
Factoring	619.227,15	4,83%
Faturas em Recepção e Conferência	4.797,35	0,04%
Total "Fornecedores"	2.808.535,20	21,91%
Outros		
Estado e outros entes públicos	63.463,93	0,50%
Administração autárquica	1.378,57	0,01%
Devedores e credores diversos	392.225,50	3,06%
Total "Outros"	457.068,00	3,57%
Total de débitos de curto prazo	4.155.449,46	32,42%
DIVIDA TOTAL	12.818.364,95	100,00%

A divida de médio e longo prazo, composta no total de empréstimos bancários, era de 8.662.915,49 €. Esta rubrica representa 67,58 % do total da divida.

A curto prazo, a dívida era de 4.155.449,46 €, sendo:

- Empréstimos MLP (Vencimento n+1) – 889.846,26 €
- Fornecedores – 2.808.535,20 €
- Outros credores – 457.068,00 €.

Representa 32,42 % do total.

É incluído na divida de curto prazo o valor das amortizações dos empréstimos a vencer em 2015.

Retirando este efeito as dividas de curto prazo baixam a sua percentagem na divida total, passando para 25,48 %, por sua vez, as dividas referentes a empréstimos bancários sobem para 74,52 % do total da divida.

Na rubrica “devedores e credores diversos” encontra-se dívida a diversas entidades, tais como:

Direção-Geral de Proteção Social (ADSE)

Instituições sem Fins Lucrativos – Apoios pontuais e permanentes que foram deliberados mas que ainda não foram pagos.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Referente a quotas e projetos com participação dos vários municípios que a compõem.

Manuel Barroso Tavares - referente à compra do estúdio 121.

Para além destas entidades temos ainda:

Operações de Tesouraria – Referente a encargos de dezembro mas que só serão pagas em janeiro de 2015.

Cauções / garantias de fornecedores de imobilizado

4.2 Evolução da Dívida

RUBRICAS	2014	2013	2012	VAR. (2014/2013)
A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Dividas a Instituições de Crédito	8.662.915,49	9.555.511,49	8.558.730,51	-11,10%
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	889.846,26	1.058.000,08		
A CURTO PRAZO				
Fornecedores				
Fornecedores gerais c/c	1.619.882,55	1.591.887,39	3.008.818,37	1,73%
Fornecedores de imobilizado - c/c	1.153.869,59	773.787,22	2.003.818,76	32,94%
Leasing	34.783,06	83.671,62	194.137,36	-140,55%
Total "Fornecedores"	2.808.535,20	2.449.346,23	5.206.774,49	12,79%
Outros				
Estado e outros entes públicos	63.463,93	79.028,52	52.098,73	-24,53%
Administração autárquica	1.378,57	2.177,58	48.667,99	-57,96%
Devedores e credores diversos	392.225,50	482.413,92	1.132.615,14	-22,99%
Total "Outros"	457.068,00	563.620,02	1.233.381,86	-18,90%
Total de débitos de curto prazo	3.265.603,20	3.012.966,25	6.440.156,35	8,38%
DÍVIDA TOTAL	12.818.364,95	13.626.477,82	14.998.886,86	-6,30%

Nota: Para fazer a comparação da evolução da dívida face aos anos anteriores optou-se por colocar a rubrica "Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)" como dívida de médio e longo prazo (no mapa da folha anterior é colocado em curto prazo), ou seja, a análise é feita usando a mesma base.

Da análise do quadro acima pode-se concluir que houve uma diminuição global da dívida em 6,30 %.

As dívidas de curto prazo aumentaram em 8,38 % e as dívidas de médio e longo prazo registaram uma redução de 11,10 %.

O aumento da dívida de curto prazo deve-se principalmente ao decorrer de várias empreitadas, as quais, são financiadas por fundos comunitários. Verifica-se que a dívida registada em fornecedores de imobilizado regista um aumento de 380.082,37 € face ao ano anterior. Com o recebimento das participações é expectável que este valor obtenha uma redução significativa.

No global a dívida regista menos 808.112,87 € face a 2013 e menos 2.180.521,91 € face a 2012.

4.3 Aferição do Limite da Dívida Total

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2014 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
9.525.218	11.077.928	11.099.807	31.702.953	10.567.651

Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

15.851.476,56

No final de 2014 o cenário era o seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
15.851.477	01/01/2014						
	13.626.478	1.708.174	15.334.652	14.996.905		854.572	170.914
	31/12/2014						
	12.818.365	48.390	12.866.755	12.606.166		3.245.311	649.062
Variação da Dívida %							-15,94%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							2.561.653

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 15,94 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 01/01/2014 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 1.708.174 € e à data de 31/12/2014 essa contribuição passou para 48.390 €.

Para estes valores contribuía as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2014	% Participação	31-12-2014	% Participação
A. LOGOS - Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico	4.466	0,92%	4.466	0,92%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	315	0,32%	408	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	5.184	5,42%	3.045	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	5.689	0,95%	9.048	0,95%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	1.673.393	10,50%	12.435	4,34%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	19.127	0,03%	18.989	0,03%
TOTAL	1.708.174		48.390	

Nota: após várias insistências por parte do Município não foi possível informação acerca dos valores finais para as entidades A. Logos, FMNF e Tagusgás, pelo facto de estarem em processo de encerramento de contas. Os valores acima referidos são ainda provisórios podendo sofrer alterações.

A principal variação entre o início e o fim do ano tem a ver com a Resitejo e deve-se a 2 situações.

1 – Alteração do valor da quotização para 2014 reduzindo a percentagem de participação de 10,50 % para 4,34 %.

2 – Alteração dos critérios a aplicar no âmbito do determinado na alínea b) do nº 1 do art.º 54 da Lei 53/2013.

A alínea b) do nº 1 do art.º 54 refere o seguinte:

Artigo 54.º

Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total

1 — Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos:

b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;

Neste sentido a Resitejo em reunião da Assembleia Geral de 12 de novembro de 2014 deliberou por unanimidade aprovar que a quota-parte dos municípios nas despesas de funcionamento da Resitejo nunca poderá ser superior a **1,7 % do total das despesas de funcionamento**, correspondendo também esse limite para a relevância do endividamento da Resitejo nos limites da dívida total dos Municípios associados.

Na sequência desta deliberação foi comunicado pela Resitejo os seguintes valores:



Contribuição do Passivo da RESITEJO para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de Dezembro de 2014

Municípios	Quotização Mensal 2014	Percentagem	Contribuição Dívida Municípios
C. M. Alcanena	400,00 €	4,96%	14.211,03 €
C.M. Chamusca	550,00 €	6,81%	19.540,16 €
C.M. Constância	222,54 €	2,76%	7.906,30 €
C. M. Entroncamento	350,00 €	4,34%	12.434,65 €
C. M. Ferreira do Zêzere	400,00 €	4,96%	14.211,03 €
C. M. Golegã	300,00 €	3,72%	10.658,27 €
C. M. Santarém	2.500,00 €	30,97%	88.818,91 €
C. M. Tomar	1.500,00 €	18,58%	53.291,35 €
C. M. Torres Novas	1.500,00 €	18,58%	53.291,35 €
C.M. Vila Nova da Barquinha	350,00 €	4,34%	12.434,65 €
Total	8.072,54 €	100,00%	286.797,68 €

Cálculo do Passivo para a Contribuição da Dívida Bruta dos Municípios

Dívidas a Terceiros	17.040.465,08 €
Provisões	0,00 €
Saldo Operações não Orçamentais	70.188,17 €
Contribuição da Dívida dos Municípios antes de aplicar taxa	16.970.276,91 €
Percentagem da Quotização sobre os Custos de Funcionamento (Conforme Deliberação da Assembleia Geral a 11 de Novembro de 2014)	1,69%
Contribuição para a Dívida do Municípios	286.797,68 €

4.4 Situação de Saneamento ou Recuperação Financeira

Tendo em conta o artigo 58º e 61º da Lei 73/2013 (LFL) é demonstrado de seguida se o município se encontra em situação de saneamento financeiro ou recuperação financeira.

O artigo 58º refere que o município deve contrair empréstimos para **saneamento financeiro**, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, **quando, no final do exercício:**

1 a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

1 b) **O montante da dívida**, excluindo empréstimos, **seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.

3 — Caso a dívida total prevista no artigo 52.º se **situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto nos artigos 61.º e seguintes.

Face a esta situação o cenário é o seguinte:

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais	Margem	Ultrapassa o limite da dívida total	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2+n-1)	Média das receitas correntes	Montante total de empréstimos	Dívida total excluindo empréstimos	Dívida total = ou > média das receitas correntes	Dívida total, excluindo empréstimos, > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos	Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e <= 3* média das receitas correntes dos últimos três anos
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2), se (1)>(2)	(4)=(2)-(1), se (1)<(2)	(5)	(6)=(5)/3	(7)	(8)=(2)-(7)	(9)=(2)>(6)	(10)=(6)*0,75<(8)	(11)=(2)>(6)*2,25 e (2)<=(6)*3
ENTRONCAMENTO	15.851.477	12.606.166	3.245.311		31.702.953	10.567.651	9.552.762	3.053.404	Sim	Não	Não

Tendo em conta o quadro anterior o município não está numa situação de adesão obrigatória a um empréstimo de saneamento financeiro.

Tendo em conta o artigo 61 da LFL um município é obrigado a recorrer a um plano de **recuperação financeira** quando de encontre em situação de rutura financeira.

A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2 +n-1)	Média das receitas correntes	Dívidas total > 3* média das receitas correntes dos últimos
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/3	(5)=(2)>(4)*3
15.851.477	12.606.166	31.702.953	10.567.651	Não

Tendo em conta o quadro anterior o município não está obrigado a recorrer ao FAM.

4.5 – Pagamentos em Atraso

O nº 1 do artigo 94 da Lei do OE para 2014 refere que as entidades enquadradas no subsetor da administração local são obrigadas a reduzir no mínimo em 10 % dos pagamentos em atraso (PA) registados no SIIAL com mais de 90 dias à data de setembro de 2013.

No caso de incumprimento das reduções previstas no referido artigo há lugar a uma redução das transferências do OE no valor equivalente a 20 % do montante que excede.

Face ao exposto informa-se o seguinte (mapas em anexo):

Pagamentos registados no SIIAL (setembro 2013) = 972.228,55 €

Pagamentos registados no SIIAL (outubro 2014) = 47.940,89 €

Esta descida deve-se, sobretudo, às verbas do PAEL recebidas no último trimestre de 2013 e à contenção de custos levada a cabo por este executivo.

Tendo em conta estes valores o município cumpre, neste momento, os objetivos.

4.6 – Prazo Médio de Pagamento

O 4º trimestre de 2014 fechou com um prazo médio de pagamento de 84 dias. No ano de 2014 o município teve uma média de 79 dias de PMP.

A evolução deste indicador nos últimos anos foi a seguinte:

	2012	2013	2014
1º Trimestre	167	160	84
2º Trimestre	165	147	76
3º Trimestre	172	122	71
4º Trimestre	175	96	84
Média do ano	679	525	315
Nota: Dados da DGAL	170	131	79

5 APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

5.1 – Resumo dos principais indicadores

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2014 / 2013
Ativo líquido	62.152.895,24	57.249.072,68	58.861.051,24	2,82%
Fundos próprios	16.923.050,69	19.175.505,39	18.274.594,99	-4,70%
Passivo	45.229.844,55	38.073.567,29	40.586.456,25	6,60%
Volume de Vendas	2.950.164,11	2.998.322,77	2.968.152,95	-1,01%
Impostos e Taxas	4.337.501,42	4.171.061,54	3.621.025,60	-13,19%
Resultados Operacionais	-192.786,26	-1.330.997,95	-1.900.642,19	42,80%
Resultados Financeiros	-303.570,37	-243.967,83	-205.741,95	-15,67%
Resultados Extraordinários	1.547.595,06	1.209.858,30	1.460.503,26	20,72%
Resultados Líquidos	1.051.238,43	-365.107,48	-645.880,88	76,90%
Nº de Efetivos (1)	343	336	319	-5,06%
Rendibilidade dos Fundos Próprios a)	6,21%	-1,90%	-3,53%	
Rendibilidade do Ativo b)	1,69%	-0,64%	-1,10%	
Liquidez Geral c)	0,33	0,22	0,21	
Autonomia Financeira d)	0,27	0,33	0,31	
Solvabilidade e)	1,37	1,50	1,45	
Ativo líquido / (Passivo - Acrec. Dif.)	4,14	4,16	3,61	

(1) Não considerando cargos políticos

a) **Rendibilidade dos fundos próprios:** Resultados líquidos/Fundos próprios

b) **Rendibilidade do ativo:** Resultados líquidos/Ativo

c) **Liquidez geral:** Ativo Circulante/Passivo Circulante

d) **Autonomia Financeira:** Fundos próprios/Ativo líquido

e) **Solvabilidade:** Ativo líquido/Passivo

O ativo líquido é o valor do município após terem sido feitas as correções patrimoniais, ou seja, depois de terem sido deduzidas ao ativo o valor das provisões e amortizações referentes às diversas rubricas do ativo do balanço.

Face ao ano anterior verifica-se um acréscimo de 2,82 %.

Os fundos próprios por sua vez registam uma redução de 4,70 % fruto do resultado líquido negativo registado.

O passivo, fruto dos investimentos promovidos pelo município, registou um acréscimo de 6,60 % quando comparado com o ano anterior (com a inclusão dos acréscimos e diferimentos).

A rendibilidade dos fundos próprios negativa (3,53 %) é fruto do resultado líquido negativo. A rentabilidade dos fundos próprios determina a sobrevivência financeira da autarquia a longo prazo e a atração de capitais, quer próprios quer alheios.

O rácio de liquidez geral, indica a aptidão da autarquia para satisfazer os seus compromissos a c/prazo.

Quando maior que 1 mais desafogada é a situação da organização.

Quando inferior a 1 significa que poderá haver dificuldades de tesouraria.

Quando igual a 1 todos os capitais circulantes são financiados por débitos a curto prazo.

No ano de 2013 verifica-se que, o município continua longe do objetivo ($> / = 1$) ficando por um rácio de 0,22.

O grau de autonomia financeira traduz a capacidade de o município financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.

Se tomarmos 0,50 como um valor normal, conclui-se que em 2014, este rácio ainda se encontra aquém do objetivo.

O grau de solvabilidade, traduz a posição de independência do município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos, em caso de falência.

Quando o valor superior a 1, o Ativo é maior que o Passivo, pelo que as dividas a pagar estão garantidas pelos bens da autarquia. Sob este ponto de vista o município está numa posição cómoda, dado que possui um património imobiliário muito superior aos seus débitos, quer a curto quer a médio e longo prazo.

Se ao passivo retirarmos os acréscimos e diferimentos – que na realidade não constituem uma dívida, pelo menos no caso da conta 2745 – o grau de solvabilidade passa para 3,61.

5.2 Indicadores de Natureza Orçamental

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS RECEITAS	2012		2013		2014	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
impostos diretos / receitas correntes (cobrado liquido)	3.881.103,25 11.077.927,87	35,03%	3.597.923,56 11.099.806,93	32,41%	3.327.839,20 11.320.735,00	29,40%
transferências correntes / receitas correntes (cobrado liquido)	3.789.947,62 11.077.927,87	34,21%	4.150.227,03 11.099.806,93	37,39%	4.208.133,80 11.320.735,00	37,17%
transferências de capital / receitas de capital (cobrado liquido)	6.862.862,99 6.929.820,01	99,03%	4.241.788,96 7.483.952,80	56,68%	3.898.978,13 3.975.099,61	98,09%
receitas de empréstimos / receitas totais (cobrado liquido)	0,00 18.012.908,80	0,00%	3.181.877,53 20.080.062,24	15,85%	0,00 15.698.662,63	0,00%
receitas correntes(cobrado liquido) / receitas totais(cobrado liquido)	11.077.927,87 18.012.908,80	61,50%	11.099.806,93 20.080.062,24	55,28%	11.320.735,00 15.698.662,63	72,11%

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS DESPESAS	2012		2013		2014	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas pessoal/ despesas correntes	4.901.332,45 10.398.686,25	47,13%	5.583.273,78 12.842.397,00	43,48%	5.176.435,04 10.481.882,16	49,38%
despesas correntes / despesas totais	10.398.686,25 17.697.680,83	58,76%	12.842.397,00 19.890.005,56	64,57%	10.481.882,16 15.698.662,63	66,77%
investimentos /despesas de capital	6.525.038,74 7.298.994,58	89,40%	5.828.121,19 7.047.608,56	82,70%	4.154.853,07 5.216.780,47	79,64%

RÁCIOS FINANCEIROS	2012		2013		2014	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas c/ pessoal/ receitas correntes (cobrado liquido)	4.901.332,45 11.077.927,87	44,24%	5.583.273,78 11.099.806,93	50,30%	5.176.435,04 11.320.735,00	45,73%
(FEF + FSM+ P. IRS) / despesas totais	3.183.456,00 17.697.680,83	17,99%	3.183.452,00 19.890.005,56	16,01%	3.095.612,00 15.698.662,63	19,72%
despesas correntes / receitas correntes (cobrado liquido)	10.398.686,25 11.077.927,87	93,87%	12.842.397,00 11.099.806,93	115,70%	10.481.882,16 11.320.735,00	92,59%
despesas de capital / receitas de capital (cobrado liquido)	7.298.994,58 6.929.820,01	105,33%	7.047.608,56 7.483.952,80	94,17%	5.216.780,47 3.975.099,61	131,24%
receitas totais (cobrado liquido) / despesas totais	18.012.908,80 17.697.680,83	101,78%	20.080.062,24 19.890.005,56	100,96%	15.698.662,63 15.698.662,63	100,00%

5.3 Indicadores de Gestão Patrimonial

5.3.1. Rácios do imobilizado

DESIGNAÇÃO	INDICADOR	2013		2014	
		VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
RÁCIOS DO IMOBILIZADO					
Envelhecimento Patrimonial					
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação total do imobilizado.	Amortizações Acumuladas Património Final Bruto	= 23.828.180,87 74.873.842,18	31,82%	26.534.807,73 78.818.458,24	33,67%
Depreciação Patrimonial no Exercício					
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação do imobilizado no exercício	Amortizações do Exercício Amortizações Acumuladas	= 2.490.255,06 23.828.180,87	10,45%	2.706.626,86 26.534.807,73	10,20%
Especialização de Bens patrimoniais					
Permite saber, em percentagem, qual o peso das principais naturezas de imobilizado.	423 - Eq.Básico Património Final Bruto	= 2.662.804,67 74.873.842,18	3,56%	2.840.853,83 78.818.458,24	3,60%
	426 - Eq.Adm. Património Final Bruto	= 2.267.331,43 74.873.842,18	3,03%	2.538.768,46 78.818.458,24	3,22%
	422 - Edif.Outras.Const Património Final Bruto	= 24.900.282,86 74.873.842,18	33,26%	24.924.658,63 78.818.458,24	31,62%
	453-.Outras.Const e Infraest. Património Final Bruto	= 25.880.432,98 74.873.842,18	34,57%	26.426.106,98 78.818.458,24	33,53%
	44 - Imob. Em Curso Património Final Bruto	= 7.286.199,41 74.873.842,18	9,73%	7.777.019,95 78.818.458,24	9,87%
	Rotação Patrimonial Anual				
	Património Final Bruto Património Inicial Bruto	= 74.873.842,18 71.229.685,67	105,12%	78.818.458,24 74.873.842,18	105,27%

5.4 Rácios de atividade – Recursos Humanos

INDICES DE ATIVIDADE	2012		2013		2014	
Despesas com horas extraord. Pessoal do quadro e contratado	$\frac{6.429,74}{3.080.674,03} \times 100$	0,21	$\frac{5.527,33}{2.989.390,77} \times 100$	0,18	$\frac{7.458,81}{2.880.927,63} \times 100$	0,26
Venc. Pessoal do quadro Despesas com pessoal	$\frac{3.000.555,46}{4.901.332,45} \times 100$	61,22	$\frac{2.952.351,97}{5.583.273,78} \times 100$	52,88	$\frac{2.852.005,05}{5.176.435,04} \times 100$	55,10
Venc. Pessoal contratado Despesas com pessoal	$\frac{80.118,57}{4.901.332,45} \times 100$	1,63	$\frac{37.038,80}{5.583.273,78} \times 100$	0,66	$\frac{28.922,58}{5.176.435,04} \times 100$	0,56
Despesas com o pessoal Nº total de funcionários da câmara	$\frac{4.901.332,45}{343}$	14.289,60	$\frac{5.583.273,78}{336}$	16.616,89	$\frac{5.176.435,04}{319}$	16.227,07

Principais conclusões:

- O trabalho extraordinário aumentou o seu peso quando comparado com 2012 e 2013.
- As despesas com pessoal do quadro representam 55,10 % do total das despesas com o pessoal.
- O pessoal contratado representou em 2014 0,56 % das despesas com pessoal.
- Cada trabalhador acarretou para o município um custo médio de 16.227,07 € no ano.

6 FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Na sequência da candidatura efetuada aos Empréstimos-Quadro (EQ) com o Banco Europeu de Investimentos, foram rececionadas os contratos de financiamento com as operações aprovadas.

De um valor máximo pedido de 750.000 €, foram aprovados 674.928,32 € repartidos pelas diversas operações candidatas, conforme demonstra quadro abaixo.

Operação	Financiamento Aprovado	Valor Prestação Semestral (após período de carência)	Prazo Reembolso (Anos)	Período de Carência (Anos)	Spread (acresce a Euribor a 6 meses)
Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	63.668,97	10.835,82	6	2	0,425%
Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	35.058,37	5.966,58	6	2	0,425%
Escola Básica da Zona Verde	158.619,09	11.847,26	8	1	0,425%
Escola Básica Norte do Entroncamento	145.006,49	10.830,54	8	1	0,425%
Requalificação Urbana da Praça da República	25.245,69	6.407,81	3	1	0,425%
Req. Parq. Bonito - Const. de Equip. de Apoio para Animação e Act. Econ.	49.621,72	5.127,67	6	1	0,425%
Requalificação Parque Verde do Bonito - 1ª fase	197.707,99	14.766,81	8	1	0,425%
Total	674.928,32	65.782,49			

Após formalização dos pedidos ao Empréstimo-Quadro surgem 7 contratos de financiamento tratados de forma individual (1 por cada operação). O prazo de reembolso e período de carência é variável e depende do valor do financiamento aprovado para cada um.

A taxa de juro contratual inicial, para cada uma das operações, é de 0,601% (*zero virgula seiscentos e um por cento*), variável com frequência semestral, correspondendo à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 0,425%.

No quadro acima é referido a título de exemplo o valor da prestação semestral após o fim do período de carência em cada um dos empréstimos. O esforço de tesouraria para pagamento do empréstimo em causa ficará na ordem dos 65.782,49 € semestrais.

Este valor irá variar em função da Euribor e em função do início e do fim da amortização de cada um dos empréstimos.

7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a seguinte aplicação de resultados:

1. Que o resultado líquido do exercício, no valor de - 645.880,88 €, seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

(Ver detalhe na folha 4)